

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGCPRI)

ANNA CLARA BARROS OLIVEIRA

**O Complexo de Israel como um assemblage global de
(in)segurança: uma análise da política de (in)securitização da
violência no Rio de Janeiro e da ascensão do narcopentecostalismo**

GOIÂNIA - GO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

ANNA CLARA BARROS OLIVEIRA

3. Título do trabalho

O COMPLEXO DE ISRAEL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO E DA ASCENSÃO DO NARCOPENTECOSTALISMO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 16/04/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Clara Barros Oliveira, Discente**, em 29/04/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5265107** e o código CRC **0A8EA320**.

ANNA CLARA BARROS OLIVEIRA

**O Complexo de Israel como um assemblage global de
(in)segurança: uma análise da política de (in)securitização da
violência no Rio de Janeiro e da ascensão do narcopentecostalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais
Linha de Pesquisa: Política Internacional

Orientador: Professor Doutor Matheus Hoffmann
Pfrimer

GOIÂNIA - GO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

OLIVEIRA, Anna Clara Barros
O COMPLEXO DE ISRAEL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO E DA ASCENSÃO DO NARCOPENTECOSTALISMO [manuscrito] / Anna Clara Barros Oliveira. - 2025.
XCVIII, 98 f.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2025.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras.

1. Complexo de Israel. 2. assemblages globais de (in)segurança. 3. narcopentecostalismo. 4. sacro-securitização. 5. (in)securitização. I. PFRIMER, Matheus Hoffmann , orient. II. Título.

CDU 32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **80** da sessão de **Defesa de Dissertação de Anna Clara Barros Oliveira**, que confere o título de **Mestre em Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Ao(s) **onze dias de abril de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **15:00 horas**, no(a) endereço eletrônico <https://meet.google.com/meo-mmvm-gra>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **O COMPLEXO DE ISRAEL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO E DA ASCENSÃO DO NARCOPENTECOSTALISMO**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Matheus Hoffmann Pfrimer** (PPGCPRI/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Thiago Moreira de Souza Rodrigues** (UFF), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Dijaci David de Oliveira** (FCS/UFG), membro titular interno. Durante a arguição, os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Matheus Hoffmann Pfrimer, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) onze dias de abril de dois mil e vinte e cinco.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Não houve sugestão.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 16/04/2025, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Prandini Fraga Assis, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 29/04/2025, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5265105** e o código CRC **86835A4E**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me auxiliado por toda minha jornada acadêmica até aqui. Assim, obrigada, Deus, por ter me proporcionado a oportunidade de chegar até aqui para fazer o que eu sempre quis, nada do que eu fiz seria possível sem seu suporte.

Em segundo, agradeço às minhas mães. Minha mãe biológica, Dinarcy, e minha mãe de alma, minha tia Delmaci. Agradeço a vocês duas por terem feito tanto por mim e pela minha irmã, por ter nos ensinado que nós, mulheres, temos capacidade de conquistar qualquer coisa se tivermos força, dedicação e pessoas que nos amam por perto. Obrigada por terem me ensinado a ser independente, a ter senso crítico e dar valor à educação e aos princípios éticos. Vocês são exemplos de dedicação e coragem para mim, exemplos de pessoas que lutaram sem nunca passar por cima de ninguém. Se hoje estou aqui, buscando esse título de mestre, numa faculdade Federal, foi porque vocês me ensinaram o valor do saber.

Em terceiro, não menos especial, agradeço a meus avós. A minha avó Idete, que já não está mais aqui, encarnada, mas sempre estará no meu coração. Obrigada vovó por ter se preocupado tanto comigo durante toda sua vida, por ter me mostrado o quanto poderosa uma mulher pode ser e quanto altruísta o amor de uma mãe é, a ponto de esquecer de suas próprias necessidades em prol daqueles que quer bem. Dentro da minha trajetória escolar a senhora foi minha guia, a pessoa que levava e buscava todos os dias na escola que não me deixava matar nenhuma aula e sempre perguntava se as tarefas já tinham sido feitas. A senhora me ensinou a ter compromisso, a cumprir com minhas obrigações. E sempre me elogiou para outras pessoas, dizia que eu era estudiosa porque aparentemente sempre que a senhora chegava no nosso quarto eu estava lendo, detalhe, os livros eram: Crepúsculo e Harry Potter, mas tá válido ninguém começa o hábito da leitura com Bourdieu. E a meu avô Delfim, eu quero agradecer por ter sido o pai que eu precisei, por nunca ter faltado comigo e com minha irmã, por ter nos protegidos e por ter amparado minha mãe quando meu pai biológico não se dispôs. O senhor será sempre meu exemplo de pai e meu maior exemplo de pessoa de fé. Obrigada por ter me ensinado o valor das tradições, por ter me mostrado que quando nós vivemos momentos felizes com pessoas que amamos, esses momentos nunca serão tirados de nós. E, por fim, agradeço por sempre ter me incentivado a estudar e a ser uma mulher inteligente e independente.

Agradeço também à minha irmã, Anna Carla, que sempre esteve do meu lado e fez parte da minha jornada. Obrigada por colocar tanta confiança em mim e me enxergar como exemplo mesmo com todas as minhas inseguranças.

Agora agradeço aos meus primos, quase irmãos, Aline e Bruno. Obrigada por sempre terem me apoiado, acreditado em mim e instigado minhas capacidades, vocês dois sempre serão meus maiores exemplos de sucesso e dedicação. Desde criança sempre quis me espelhar em vocês e queria estudar para ficar igual a vocês.

Agradeço aos meus amigos que estiveram junto comigo nessa jornada. Jéssica, por sempre ter me apoiado e acreditado em mim; Ana Clara Bueno, minha eterna duplinha, que sempre compartilhou as frustrações comigo e me ajudou durante todo esse trajeto; Shelton, *My Darling*. Minha prima e amiga, Nathália, que cresceu comigo e compartilhou grande parte dos melhores momentos que vivi; Bruna e Luiza, por terem feito os dias e as aulas do mestrado mais leves e divertidos. Obrigada a todos por fazerem parte da minha vida, o suporte de vocês é, sem dúvidas, essencial para cada uma das minhas realizações.

Agradeço ao meu orientador, professor Matheus Hoffmann. Obrigada pelo cuidado e pela dedicação em todos os anos de trabalho em equipe, são quase 5 anos de orientação, desde a IC, TCC e agora aqui. Se hoje eu posso me rotular como pesquisadora foi graças ao senhor que como grande pesquisador me instruiu. Obrigada pelo olhar atento a cada detalhe da minha pesquisa, pelas dicas, pelas correções e principalmente pelos incentivos. Se hoje esse trabalho está concluído, o senhor é um dos principais responsáveis. Agradeço também ao professor Thiago Rodrigues e ao professor Dijaci David, membros desta banca, cujas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa.

Por fim agradeço a CAPES/Brasil pelo apoio financeiro concedido durante a realização desta pesquisa. O incentivo proporcionado foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. E agradeço também a Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Ciências Sociais por terem me fornecido, desde de 2018, o ambiente de pesquisa e ensino necessário para que pudesse crescer como pesquisadora.

“Do ponto de vista religioso, a fé consiste na crença em dogmas especiais, que constituem as diferentes religiões. Todas elas têm seus artigos de fé. Sob esse aspecto, a fé pode ser raciocinada ou cega. A fé cega, não examinando nada, aceita sem controle o falso como verdadeiro, e se choca, a cada passo, contra a evidência e a razão; levada ao excesso, produz o fanatismo.”

(Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. XIX)

RESUMO

A partir de 2008 foi desencadeada no Rio de Janeiro uma política de (in)securitização, marcada pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que permitiu a construção de um modelo de *assemblage* global de (in)segurança, composto por um arranjo entre narcotraficantes do Terceiro Comando Puro, milicianos, Igrejas (neo)pentecostais e agentes do Estado, que se projetou em um território nomeado Complexo de Israel, um local dominado por traficantes (neo)pentecostais que, além de praticar a (in)securitização, projetam a sacro-securitização em seus territórios. Nesse contexto, o mal ou o demônio se torna uma ameaça que demanda a criação de estratégias de combate para que ele não avance. Tal *assemblage* pode ser melhor descrito por um emaranhado inextricável de laços público-privados, lícito-ilícitos e sagrado-profanos que mobilizam relacionamentos globais com contingências locais. Saskia Sassen (2008) se refere a essa dinâmica como “*assemblages* globais”, conjuntos que desafiam as noções tradicionais de territorialidade. Ao se olhar para o caso aqui analisado nota-se que os arranjos formados entre os atores envolvidos na “*pacificação*” do Rio não podem ser definidos exclusivamente como locais ou globais, públicos ou privados, sagrados ou profanos, lícitos ou ilícitos. Em vez disso, eles englobam elementos de cada categoria, ilustrando a construção de novos territórios por meio de processos de tensão e glocalização. Esses atores demonstram o hibridismo de seu posicionamento espacial e cultural no Rio, desafiando categorizações claras. Desse modo, a fim de explicar como isso ocorre, essa pesquisa empregou uma abordagem qualitativa focada no método *Grounded Theory* (GT) e amparada pela investigação de informações hemerográficas, postagens em mídias sociais, literatura primária e secundária e entrevistas semiestruturadas. A análise permitiu demonstrar como o campo da segurança começou a usar diferentes “mundos” unindo diferentes atores e, assim, criou um novo território, estabelecendo, assim, uma nova lógica de relações na governança criminal, um *assemblage* global de (in)segurança.

Palavras-chave: Complexo de Israel; Rio de Janeiro; *assemblages* globais de (in)segurança; narcopentecostalismo; sacro-securitização; (in)securitização.

ABSTRACT

The present study examines the emergence of (in)securitization in Rio de Janeiro in 2008. This policy was characterized by establishing the Pacifying Police Units (UPPs), which facilitated the construction of a global assemblage model of (in)security. This model comprised an intricate network involving drug traffickers from the Terceiro Comando Puro, militiamen, (neo)Pentecostal Churches, and State agents. The study's analysis focuses on a specific territory known as Complexo de Israel, which is predominantly influenced by (neo)Pentecostal drug traffickers. These traffickers use a combination of (in)securitization and sacro-securitization. In this situation, evil or the devil becomes a threat that requires the creation of combat strategies. Such an assemblage can be most aptly characterized as an inextricable tangle of public-private, licit-illicit, and sacred-profane ties that mobilize global relationships with local contingencies. Saskia Sassen (2008) refers to these dynamics as "global assemblages," sets that challenge traditional notions of territoriality. When examining the case analyzed here, it becomes evident that the arrangements formed between the actors involved in the "pacification" of Rio cannot be defined exclusively as local or global, public or private, sacred or profane, or legal or illegal. Instead, they are characterized by elements of each category, thereby illustrating the construction of new territories through processes of tension and glocalization. In summary, the actions of these actors demonstrate the hybridity of their spatial and cultural positioning in Rio, thus defying clear categorizations. To elucidate this phenomenon, the present research adopted a qualitative approach, utilizing the Grounded Theory (GT) method. This approach was supported by a comprehensive investigation of various data sources, including newspaper articles, social media posts, primary and secondary literature, and semi-structured interviews. The analysis enabled the demonstration of how the field of security began to utilize different "worlds", uniting different actors, thereby creating a new territory and establishing a new logic of relations in criminal governance, i.e., a global assemblage of (in)security.

Keywords: Complex of Israel; Rio de Janeiro; global (in)security assemblages; narcopentecostalism; sacro-securitization; (in)securitization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Tipologia das relações crime-Estado	30
Mapa 1: Relação entre a presença de facções e os locais onde	61
Mapa 2: Zona Norte: conjunto habitacional de Cidade Alta	62
Imagem 1: Prints de tweets que mencionam o Complexo de Israel	67
Imagem 2: Montagem com prints de Tweets sobre ou de traficantes do TCP	69
Imagem 3: Eventos assistencialistas promovidos por Peixão no Complexo de Israel	72
Imagem 4: Prática ostensiva realizada por Peixão no Complexo	81
Imagem 5: Capital judaico presente no Complexo de Israel	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A POLÍTICA DE (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2008	18
1.1 (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO.....	19
1.2 DESIGNAÇÃO DO INIMIGO E LEGITIMAÇÃO DA “GUERRA”	28
1.3 CONSTRUÇÃO DA SACRO-SECURITIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO.....	35
CAPÍTULO 2: RELIGIÃO E A CONSAGRAÇÃO DA GUERRA: A EXPANSÃO NARCOPENTECOSTALISMO CARIOCA	45
2.1 A RELIGIÃO (NEO)PENTECOSTAL E A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA CRIMINAL DA SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO.....	47
2.2 TERRITORIALIZAÇÃO DO TCP	54
2.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TCP: A HEGEMONIA DE PEIXÃO	59
CAPÍTULO 3: CONGREGAÇÃO DOS MODELOS DE GOVERNANÇA RELIGIOSA E CRIMINAL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA: O COMPLEXO DE ISRAEL	66
3.1 RE-TERRITORIALIZANDO O COMPLEXO DE ISRAEL	70
3.2 OSTENSIVIDADE E (IN)SEGURANÇA: A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA (NEO)PENTECOSTAL DE PEIXÃO COMO REFLEXO DA PACIFICAÇÃO	73
3.3 O “COMPLEXO” DE ISRAEL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA	78
3.3.1 Re-territorialização do Comando Vermelho e desterritorialização das milícias?	83
CONCLUSÃO	87
BIBLIOGRAFIA	90

INTRODUÇÃO

Nessa terra em que as fronteiras são sempre tênues, imperceptíveis para quem vê com os olhos de "cá, os contrários convivem: a alegria e o pranto, a miséria e o prazer, a violência e a solidariedade, a fé e o crime, o tráfico e a vida honesta, a glória efêmera e a resistência muda, o medo, a crueldade e o terror — um cotidiano feito de sofrimento, mas também de uma esperança que às vezes parece inútil (VENTURA, 1994, p. 6).

O aumento do tráfico de drogas no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980 inaugurou novos arranjos de (in)segurança nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro. Antes disso, o problema do narcotráfico não era uma questão de destaque no país. No entanto, o cenário se transformou quando a cocaína dos cartéis bolivianos chegou às favelas da zona norte do Rio de Janeiro, no início da década de 1980. Nesse período, o tráfico era efetivamente controlado pela organização denominada Comando Vermelho (CV) em especial nos territórios da Zona Norte do Rio de Janeiro (MISSE, 2007). De acordo com Arias e Barnes (2017, p. 7, tradução minha), “as favelas da Zona Norte ofereceram aos membros do Comando Vermelho ampla autonomia e anonimato devido ao seu tamanho e à desconfiança local em relação à polícia.” A partir daí, os traficantes começaram ganhar maior capacidade de governo dentro das favelas e passaram a empregar muitos moradores em suas operações, fornecendo-lhes a assistência que o Estado não conseguia (ARIAS, 2006). Gradualmente, as quadrilhas de drogas se consolidaram, juntamente com o sucesso do mercado de cocaína. Com isso, aos poucos, os traficantes foram ocupando o locus do poder, dentro das comunidades cariocas. O período seguinte, entre 1987 e 1994, foi caracterizado pelo declínio do “controle externo” do CV sobre muitas áreas do tráfico e pela segmentação dos territórios (MISSE, 2007).

A consequência disso foi um aumento dos conflitos entre os narcotraficantes, especialmente entre membros do CV e seu principal inimigo, o Terceiro Comando (TC) que mais a frente se torna Terceiro Comando Puro (TCP). No entanto, é preciso notar que essas lutas não fragilizaram o crime organizado; pelo contrário, a segurança proporcionada pelos traficantes locais dependia do medo gerado por essas “batalhas”. Aos poucos, as quadrilhas de traficantes se consolidaram, elevando o nível de violência no estado e isso resultou em uma forte repressão policial caracterizada por constantes invasões nas comunidades (ARIAS, 2006). Iniciou-se a “guerra contra as drogas”, mas o resultado acabou fortalecendo ainda mais as organizações criminosas. As ações policiais não conseguiram conter o avanço do tráfico de drogas e ainda aumentaram a insegurança dos moradores das favelas, principais vítimas da repressão armada.

A partir de 2008, com o advento da política de pacificação por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, um novo arranjo de governança criminal surgiu a partir de laços entre milícias, Terceiro Comando Puro (TCP), Igrejas (neo)pentecostais e o Estado. A expansão dessa estratégia para a capital do Rio foi influenciada pelo fato de o Brasil ter sido designado como sede da Copa do Mundo de 2014, intensificando os esforços para apresentar o Rio como seguro e bem estruturado devido à exposição global. E para que esse objetivo fosse alcançado o Estado organizou estratégias de segurança cujo objetivo era lidar com o principal responsável por essa “insegurança”. Desse modo, quando as políticas de pacificação começaram a ser colocadas em prática às forças policiais tinham um objetivo específico: combater as ameaças geradas pelo tráfico de drogas, especificamente, as ameaças geradas pelo Comando Vermelho, facção que pelo histórico de formação baseado em uma política anti-Estado passou a ser a principal inimiga da segurança no Rio. Diante disso, todos aqueles que compartilhavam desse inimigo em comum foram trazidos para o campo da segurança. Em primeiro lugar, o que se destacou nesse esquema foi a lógica econômica da milícia, que deixou de lado o discurso moralista de coibir o tráfico de drogas, o que indica que as milícias expandiram suas atividades para o negócio das drogas. Na época, alguns policiais reiteraram, diante de tais fatos, que o crime não tinha ideologia. No entanto, essa trama intrincada se tornou ainda mais complicada quando os líderes do TCP se envolveram com líderes de Igrejas (neo)pentecostais. Destaca-se que o termo (neo)pentecostais foi usado nesta pesquisa não para homogeneizar processos como o pentecostalismo e neopentecostalismo, mas pelo fato de que as instituições religiosas aqui citadas reproduzem ideologias que abrangem os dois movimentos através daquele que Mariano denomina de neopentecostalização do pentecostalismo.

Dessa forma abre-se espaço para discutir a securitização¹ a partir de uma política nacional (UPPs), além de utilizar o caso dos arranjos formados no Rio de Janeiro como um exemplo capaz de demonstrar que, além de atores estatais, agentes ilícitos, privados, recursos humanos e não humanos podem atuar e serem utilizados diretamente no processo de securitização. Espera-se trazer alguns pontos que reforcem como esse trabalho pode ser usado para ilustrar como a política de pacificação e todos os arranjos que se formaram a partir dela

¹Destaca-se aqui que o conceito de securitização utilizado nessa pesquisa é baseado nos estudos críticos em segurança, Escola de Paris, e não na teoria da securitização da Escola de Copenhague (WAEVER 2004; BUZAN e WAEVER, 2003). De forma geral a meta não é tratar a securitização da violência no Rio como um simples “ato de fala” focado no discurso político, mas explorar o impacto das práticas diárias dos diferentes atores envolvidos no “campo da segurança” (estatais ou não estatais) nas dinâmicas sociais e políticas dentro do Rio de Janeiro.

podem ser entendidos como um exemplo de glocalização da política e de desmontagem parcial do Estado (*State disassembly*) para construção dos *assemblages* globais no contexto de conflitos urbanos (ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2009, SASSEN, 2008). Para tal, os capítulos dessa pesquisa foram estruturados em três partes ou processos principais que, em última análise, foram essenciais na formação de um assemblage global de (in)segurança: territorialização, desterritorialização e (re)territorialização.

O ano de 2008 serviu como ponto de partida para o primeiro estágio, territorialização, etapa que se inicia no decorrer da política de (in)securitização e sacro-securitização. Nessa fase um novo arranjo de governança criminal surgiu a partir dos laços entre milícias, uma importante facção do tráfico de drogas, como o Terceiro Comando Puro (TCP), policiais corruptos e algumas igrejas (neo)pentecostais para combater a proeminência do Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro. Essa intrincada trama se tornou ainda mais complicada quando os líderes do TCP se envolveram com líderes (neo)pentecostais. No final dos anos 2000, líderes do TCP, como Fernandinho Guarabu, tornaram-se cristãos evangélicos. A mídia noticiou e retratou amplamente esse novo esquema criminoso como o surgimento do Bonde de Jesus. Pouco tempo depois, episódios de intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras eclodiram em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo seus subúrbios. A partir de então, a desterritorialização começou pouco antes e durante a pandemia de Covid-19, quando o Bonde de Jesus, sob a nova liderança de Álvaro Malaquias Santa Rosa - conhecido como "Peixão" - passou a se chamar Tropa de Arão e ganhou controle territorial sobre as regiões que agora constituem um complexo de favelas: Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Cordovil, e outras comunidades mais pequenas da zona norte. O autoproclamado pastor e traficante evangélico, Peixão, anunciou por meio das mídias sociais a criação do "Complexo de Israel" sob a "soberania de Deus Jesus", um território onde apenas cristãos podem professar sua fé, em detrimento dos seguidores de religiões afro-brasileiras, completando assim os processos de (re)territorialização.

Assim, o que essa pesquisa procura discutir é como as parcerias criadas acima possibilitaram não só a criação de um assemblage global de (in)segurança, mas de um território (Complexo de Israel) que congrega cada uma das etapas da política de pacificação se tornando materialmente um modelo de assemblage global de (in)segurança. Isso porque essas associações possibilitaram a dispersão de símbolos em espaços nodais de modo que as fronteiras simbólicas foram transformadas em muros e esse assemblage se tornou tão coeso a ponto de se tornar uma estrutura física. De forma geral, a meta é entender como a política de securitização ou de sacro-securitização desencadeada no Rio de Janeiro permeou a construção

de um modelo de *assemblage* global de (in)segurança, composto por uma união entre narcotraficantes, milicianos, Igrejas (neo)pentecostais e agentes do Estado, que se projetou em um território nomeado Complexo de Israel.

Recentemente, estudiosos de diversas áreas examinaram detalhadamente a relação entre crime e religião. Alguns autores adotaram uma abordagem mais antropológica, investigando a instrumentalização criminosa da religião (COSTA, 2023; VITAL DA CUNHA, 2015; MANSO, 2023). Outros lançaram luz sobre a fusão de agentes criminais e estatais, o que resultou em uma nova ordem de segurança ou em modelos de governança híbrida (ARIAS, 2006; 2014; ARIAS E BARNES, 2017; VILLA, DE MACEDO BRAGA, FERREIRA, 2021). Arias e Barnes discutem o surgimento de uma ordem plural. No entanto, como mostrado nesta pesquisa, um *assemblage* de segurança superou essa ordem, implementando uma rede de atores e uma governança criminal para conter a proeminência do CV (LESSING, 2020). Geógrafos que estudam religião descobriram como vários espaços estão sendo (re)sacralizados. Por exemplo, eles mostraram como as mesquitas são transformadas em igrejas e como os espaços seculares são transformados em espaços sagrados (FINLAYSON, 2016; DORA, 2018; GILLIAT-RAY, 2005; ÖCAL, 2022). Geógrafos políticos também se aprofundaram no assunto, estudando o impacto da religião em espaços afetados pela violência. Johnson e Korf (2021) mostraram de forma definitiva como a religião foi responsável pela promulgação da soberania pastoral e pela constituição de santuários em meio à guerra civil do Sri Lanka. Além disso, Garmany (2010) também examinou como a religião evangélica exerceu a soberania pastoral em uma comunidade degradada brasileira, afetando a sensação de (in)segurança. Os autores que adotam essa abordagem geralmente investigam sobre o envolvimento das práticas espirituais nos processos políticos e sociais e desafiam as visões tradicionais dos teóricos da segurança internacional, que frequentemente subestimam o papel da religião na governança, na (in)segurança e na dinâmica política, presumindo que a secularização substituirá completamente o sagrado (WACQUANT, 2008; HALLWARD, 2008).

Logo, a literatura existente sobre o nexos entre religião, governança da segurança e crime negligenciou claramente o papel da soberania pastoral exercida pelos narcopentecostais. Embora alguns estudos tenham examinado o aumento da religiosidade dentro de grupos como o Terceiro Comando Puro e seus atos de intolerância contra as religiões africanas, eles não exploraram completamente os laços sociais, políticos e simbólicos que conectam religião, crime, segurança e intolerância, como por exemplo demonstrar como a introdução da religião na política de segurança contribuiu para a coexistência de múltiplas realidades através de um fenômeno denominado de glocalização (BOAZ, 2020; 2021; COSTA, 2023; VITAL DA

CUNHA, 2015; 2008; KHONDKER, 2018; MANSO, 2020; MACHADO, 2013; VASQUEZ E MARQUARDT, 2003). Essas publicações apresentam pelo menos dois vieses. Primeiro, a governança criminal exercida é abordada a partir de uma perspectiva tradicional de segurança urbana e religião, desconectada da construção de espacialidades. Em segundo lugar, essas publicações sobre religião e violência tendem a adotar uma análise de nível médio, por exemplo, analisando grupos criminosos separadamente para entender uma gama mais ampla de fenômenos, como governança criminal, violência e intolerância, negligenciando assim suas interconexões globais.

A fim de demonstrar a relevância das teorias supracitadas para o caso específico, essa pesquisa foi metodologicamente fundamentada em uma abordagem qualitativa focada no método *Grounded Theory* (GT). Bernard (2017, p. 465, tradução minha) explica que ao mesmo tempo que a experiência humana é infinitamente interessante pelo fato de ser única ela também apresenta certos padrões. Diante disso, para descobrir esses padrões é necessário “um exame indutivo de casos únicos, além da aplicação do raciocínio dedutivo. A *Grounded Theory* é um conjunto de técnicas sistemáticas para fazer isso.” De maneira geral, o principal objetivo da GT é descobrir teorias, gerar explicações causais, a partir de dados empíricos a fim de construir categorias de análise e, assim, explicar como as coisas funcionam ou até mesmo interpretar a realidade dos atores em contextos sociais. Logo, a GT pode ser usada para validar ou testar, explorar, refinar ou estender teorias existentes a partir de novos dados. Para com isso validar a aplicabilidade dessas teorias em novos contextos ou arranjos. Isso ocorre através de dois conceitos chaves; 1) Constante Comparação: no qual dados são coletados e analisados de forma simultânea, e 2) Amostragem teórica: que se baseia na ideia de que a escolha dos dados a serem coletados deve ser determinada a partir da teoria que está sendo construída (BERNARD, 2017; GLASER e STRAUSS, 1999; SUDDABY, 2006). Assim como descrito por Suddaby (2006, p. 634, tradução minha), o uso da *Grounded Theory* é interessante “quando se procura entender o processo pelo qual os atores constroem significado a partir da experiência intersubjetiva” ou “quando se deseja fazer afirmações de conhecimento sobre como os indivíduos interpretam a realidade.” De forma geral, não é uma metodologia linear e busca analisar ações e processos e não propriamente temas ou estruturas, de forma geral, a ideia é teorizar sobre como são construídos, significados, ações e estruturas (CHARMAZ, 2014).

Assim, dado que a GT é um método que pode complementar outras abordagens de análises qualitativas essa pesquisa será apoiada por outras fontes de pesquisa tais: informações hemerográficas, relatórios de ONGs, postagem em redes sociais, literatura primária e secundária e dados de amostragem de referência de cadeia - recolhidos através de entrevistas

semiestruturadas realizadas com base modelo bola de neve (*snowball*). Tal metodologia segundo (BERNARD, 2017) se faz eficaz para estudar populações difíceis de se encontrar ou de estudar. Segundo o autor essas populações são difíceis de encontrar por quatro motivos específicos: 1) Por serem grupos compostos por poucos membros e espalhados por uma grande área; 2) serem estigmatizados e reclusos; 3) terem algo a esconder e 4) serem membros de um grupo de elite que não com pouco ou nenhum interesse pelos dados que o pesquisador procura. A partir disso, há dois possíveis caminhos para realizar uma amostragem de referência de cadeia: modelo bola de neve (*snowball*) e o conduzido pelo entrevistado (*respondent-driven*). No caso dessa pesquisa, o modelo usado nas entrevistas foi o da bola de neve (BERNARD, 2017, p. 150). O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi pensado com base em cinco tópicos: I) Identificação dos entrevistados (por nome ou pseudônimo); II) Violência e presença do crime organizado; III) Características do TCP; IV) Religião e V) Conclusão.² O objetivo, portanto, foi levantar o maior número de informações possíveis mediante a visão dos entrevistados. Até porque, posteriormente, os relatos foram decupados para que todas as informações fossem conhecidas de forma literal e integral. Por fim, todos os dados empíricos e teóricos foram triangulados a fim de corroborar para os achados e elevar a validade e confiabilidade das informações.

² O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG) aprovou a realização deste estudo sob o protocolo no. 6.577.621

CAPÍTULO 1. UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A POLÍTICA DE (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2008

Infelizmente, em muitas ocasiões, agentes pragmáticos do regime político atual, sob a cobertura da lei e da ordem positivista instituída, praticam nos cárceres, e mesmo a céu aberto, atitudes semelhantes às dos militares nos anos de chumbo [...] Combatem a violência com violência, praticam a ‘lei do cão’, do abuso de poder. (GOMES, p. 8-9, 2009)

De acordo com Bigo (2008), a (in)segurança surge quase sempre quando se busca obter máxima segurança em um local. No caso do Rio de Janeiro, a necessidade do Estado de barrar o avanço do narcotráfico gerou novos conflitos e novas reconfigurações de poder baseadas em associações entre os setores públicos e privados e agentes lícitos e os ilícitos. A (in)securitização corresponde, então, a capacidade dos agentes em “gerenciar e criar segurança”, logo existe uma relação de proporcionalidade entre a segurança e insegurança de forma que um aumento na primeira implica um aumento na segunda. Logo, ao se pensar uma política de segurança, em seu contexto geral, deve-se considerar que, para aqueles que serão os alvos ou receptores dela, o sentimento gerado quase sempre é o de insegurança (BIGO, 2000). Bigo (2001) descreve que esse fato se enquadra no que ele denomina de “campo transversal de poder”. Segundo Balzacq et. al (2010, p. 4, tradução minha), a ideia de campo transversal, proposta por Bigo (2001), pode ser explicada através da emergência “por guildas transnacionais de profissionais de (in)segurança.” Isso implica na união entre campos autônomos ou quase autônomos como por exemplo a polícia e as forças armadas em um processo denominado de “desdiferenciação da segurança”, no qual deixa de haver uma diferenciação entre os campos de segurança interna e externa. Os autores explicam que naturalmente o papel das forças armadas era o de, basicamente, travar guerras, enquanto o da polícia era o de manter a ordem e a lei interna. Contudo, essas distinções já não ocorrem da mesma forma, e isso poderá ser visto a partir da dinâmica que se desenvolve no Rio de Janeiro a partir da criação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Para Balzacq et. al (2010):

Esta fusão reconfigurou não apenas a polícia e os militares, mas também as profissões intermediárias (alfândegas, guardas de fronteira, serviços de inteligência, empresas privadas que trabalham para estas burocracias e para a produção e retenção de dados) que resultam da desdiferenciação da segurança interna e externa, através das práticas de violência, tecnologias de identificação e vigilância, e prevenção (BALZACQ et. al, 2010, p. 4, tradução minha).

Isso, claramente, implica na reorganização das estruturas profissionais através da dissolução dos limites perceptíveis entre os campos “de segurança interno e externo, entre o criminoso e o inimigo, entre a proteção civil no caso de uma emergência e a defesa civil no caso de uma ameaça, entre a proteção da ordem pública, defesa da ordem democrática e estado de guerra” (BALZACQ et. al, 2010, p. 5, tradução minha). Em meio a esse processo, o Estado deixa de ser o único protagonista dentro do processo de construção da (in)segurança. Segundo Bigo (2016), para entender esse processo é preciso ir além dos conceitos tradicionais de segurança preconizados pelas correntes *mainstream* das Relações Internacionais (RI), que pressupõem uma mesclagem entre o crime e a guerra para justificar a desdiferenciação entre as políticas de segurança externa e interna. O autor critica a ideia defendida pelas RI de que a existência de um mundo caótico demanda a necessidade de criação de formas de segurança global.

Diante disso, o que deve ser considerado é o fato que a desdiferenciação não pressupõe e exclusão da fronteira entre o global e o local, mas um redesenho. Desse modo, tem-se a construção de um interior e de um exterior em níveis diferentes: mais transnacional ou mais global, mas não inteiramente globalizado (BALZACQ et. al, 2010). Nesse sentido, “os limites não são apagados, mas é como se os agentes não estivessem cruzando um círculo (a fronteira do estado) delimitando um interior (de onde vêm) e um exterior (para onde vão), mas como se estivessem percorrendo uma faixa de Möbius” (BALZACQ et. al, 2010. p. 5, tradução minha). Para tal, considera-se o ideal de segurança global um mito repercutido por aqueles que desejam vender o discurso de que a desdiferenciação entre o externo e o interno é motivada pelo surgimento de novas ameaças à soberania do Estado, como, por exemplo, o crime organizado taxado como uma nova forma de guerra cada vez menos local. Desse modo tem-se que, a partir do momento em que a expansão das estratégias nacionais de controle do crime passou a ser justificadas sob o rótulo de segurança, e não de garantia da lei e da ordem, o próprio ideal da segurança passou a ser compreendido enquanto uma mercadoria que pode ser vendida e comercializada, tanto por prestadores de serviços, quanto pelas indústrias militares e de vigilância (BIGO, 2006; ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2009).

1.1 (IN)SECURITIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Abrahamsen (2018) expõe que, em termos práticos, o processo de securitização nada mais é do que um “conceito moderno” para se referir ao processo de militarização. A autora explica que “o militarismo enquanto conceito organizador foi substituído por segurança, e a

militarização por securitização” (ABRAHAMSEN, 2018 p. 5, tradução minha). A partir disso, abre-se espaço para que assuntos de segurança pública tornem-se temáticas de interesse nacional. Logo, se a militarização tinha uma preocupação com a manutenção do Estado, a securitização muda essa lógica estado-cêntrica tornando o objeto de referência de políticas securitárias não só o Estado, mas indivíduos e sociedades. Como resultado, essa lógica fortalece “o poder e a influência das instituições militares e de segurança em relação a outros setores da sociedade, inclusive líderes civis e políticos, em virtude de sua centralidade nas questões de desenvolvimento e segurança” (ABRAHAMSEN, 2018, p. 9, tradução minha). Dado o pressuposto, o parêntese que se faz em relação a isso é o seguinte: a securitização como proposto por Bigo (2008; 2001) prevê a necessidade de trazer diferentes agentes para o campo da segurança ou como citado a mesclagem entre diferentes realidades como: crime/guerra, legal/ilegal, público/privado e sagrado e profano. A partir disso, não só os militares, mas vários outros agentes vão atuar no campo da segurança. Tal definição reforça a ideia defendida por Abrahamsen (2018, p. 10, tradução minha) de que não há “rupturas claras ou radicais entre o militarismo do passado e o do presente” porque ambos são compostos por elementos globais e locais. Assim, se a militarização do passado é o que se denomina de securitização atualmente, a novidade em torno dessa ação, especificamente no caso do Rio de Janeiro, é a participação de diferentes agentes na construção do que chamamos de (in)securitização da violência. Destaca-se aqui que, nessa pesquisa, foi utilizado o termo securitização para se referir a política desencadeada no Rio, mas chamou-se atenção para como o militarismo se mantém no conceito.

A política de (in)securitização no Rio começa então em 2008, momento em que o Estado começa o processo de “pacificação” das favelas. A partir daí, é válido ressaltar que essa estratégia de segurança pública e contenção do tráfico, por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), se expandiu pela capital carioca logo após o Brasil ser anunciado como sede da Copa do Mundo de 2014, em 2007. Assim, o Brasil seria exposto para o mundo e as expectativas em torno da possibilidade de o Rio sediar a final elevaram os esforços políticos para “vender” a imagem de um Rio de Janeiro seguro e bem estruturado. Diante desse cenário foi possível notar que grande parte das iniciativas para remodelar o cenário na “cidade maravilhosa” foram influenciados pela pressão de megaeventos esportivos internacionais, dado que, em 2009, o Rio foi escolhido como cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Como posto por Cunha e Melo (2011):

A escolha da cidade para sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos teve como consequência imediata uma série de propostas de políticas de renovação urbana. De modo geral, os projetos têm como alvo privilegiado áreas urbanas consideradas

estratégicas pelo poder público por seu potencial econômico e turístico. Muitas delas coincidem com espaços de habitação popular, particularmente as favelas, o que justifica as ações diretas do Estado nesses locais (CUNHA e MELLO, 2011, p. 372)

Diante disso, como destacado por Cunha e Mello (2011), complexas negociações entre o setor público e privado têm início para garantir investimento para realização de “melhorias” nas comunidades. Em 2011, por exemplo, o Governo Federal criou pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), subordinada ao Ministério da Justiça e apoiada pelo Comitê Organizador da Copa Do Mundo Fifa Brasil 2014 - COL (uma instituição privada). De forma geral, o principal objetivo do órgão era a construção de políticas de segurança específicas para os eventos esportivos que o Brasil iria sediar. E, para tal, previa-se a criação de “unidades integradas de comando e/ou cooperação em níveis internacional, nacional, regional e local” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Para os três níveis a proposta da SESGE era:

No âmbito nacional, coordenará as ações e promoverá a integração da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e da Receita Federal, bem como articulará com o Ministério da Defesa a participação das Forças Armadas em questões específicas, tais como a segurança estratégica da infraestrutura crítica e do espaço cibernético e a ABIN as atividades de Inteligência. No âmbito estadual e municipal, a SESGE, em parceria com as Secretarias de Segurança/Defesa Social, promoverá a integração das ações dos diversos órgãos, tanto nas questões operacionais como nas ações de inteligência, e em âmbito privado, através e em parceria com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 13).

Note como, nesse exemplo específico, houve uma interação entre diversos agentes em prol dessa suposta construção de uma política de Segurança. É a partir daqui que começaremos a discutir a construção de pontes entre o interno e o externo. E nesse processo o que será visto é que o Estado brasileiro começou a funcionar como um espaço intermediário (in-between spaces) que monta, desmonta e remonta múltiplas forças de um emaranhado glocalizado de agentes de segurança. (SASSEN, 2018; KHONDKER, 2018; SHERINGHAM, 2010; VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003;). Outro exemplo disso é que, no decorrer das políticas de gestão do crime organizado, o Estado de Israel se tornou o “provedor de soluções militares do Brasil” e passou a ser referência no quesito gestão de (in)segurança (ARAÚJO, 2022).

Em 2010, oitenta representantes brasileiros, entre eles comandantes das polícias militar, civil e federal participaram de uma conferência internacional sobre segurança, organizada pelo governo israelense, cujo objetivo era o oferecimento de tecnologias ao Brasil para que estas fossem usadas durante a Copa em 2014 e a Olimpíada em 2016. Na época, o encarregado de negócios da embaixada brasileira em Tel Aviv, Eduardo Uziel, afirmou que "Israel tem uma

indústria de alta tecnologia e muita experiência na área da segurança, que podem ser úteis, principalmente agora que o Brasil vai sediar grandes eventos internacionais" (FLINT, 2010).³ Em 2009, por exemplo foi realizado no Rio de Janeiro a sétima edição da maior feira de segurança da América Latina a *Latin America Aero and Defence* (LAAD), foi durante esse evento que empresa brasileira de armamentos Forjas Taurus selou um acordo com a empresa belicista israelense *Israel Weapon Industries* (IWI) para produção de um novo modelo de Fuzil - Tavor TAR-21 - que seria destinado às Forças Armadas (GALANTE, 2009).⁴ Logo em 2010, mais uma vez foi evidenciado a valorização pelo modelo de segurança Israelense, na época surgiu uma demanda do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para que os seguranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) fossem treinados para que passassem a utilizar a técnica israelense de defesa, já usada pela Força de Defesa de Israel (FDI), conhecida como Krav Maga. O responsável pelo treinamento dos seguranças foi o instrutor Israelense Kobi Lichtentein, também responsável por treinar oficiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE), da Polícia Federal e dos seguranças do governador do Rio (O GLOBO, 2010).⁵ Araújo (2022, p. 28) explica que “o interesse brasileiro nas tecnologias, equipamentos e expertise israelense em segurança também estava relacionado aos projetos neo-desenvolvimentistas da época”, em especial as UPPs. Isso porque a filosofia que guiou o projeto das UPPs foi relacionada ao projeto sionista de Israel, em especial a ideia de ocupar “territórios inimigos” e lidar com a gestão de “populações perigosas" (MACHADO 2013; 2018). O que se observa então é que, a menção a Israel enquanto um exemplo ideal de “melhores práticas”, começou a ser disseminado, primeiro, nos setores militares brasileiros e, depois, se expandiu para outros agentes envolvidos nesse projeto de (in)securitização, primeiro as Igrejas (neo)pentecostais e em seguida o crime organizado sob representação do Terceiro Comando Puro (TCP).

Rodrigues, Brancoli e Kalil (2018), explicam que esses arranjos marcaram um processo de “ressignificação da segurança”, pública e privada, no cenário urbano em um modelo em que atores “não-estatais e estatais” passaram a ter monopólio legítimo do uso da violência, tanto física quanto simbólica com a meta de reconquistar os “territórios do tráfico.” Hoff e Blanc

³Ver: FLINT, Guila. **Delegação do Brasil vai a Israel conhecer tecnologias de segurança para Copa e Olimpíada.** BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101029_israel_seguranca_gf_rc>. Acesso em: 31 out. 2024.

⁴ Ver: GALANTE, Alexandre. Taurus fecha acordo com israelenses, 2009. Disponível em: <<https://www.forte.jor.br/2009/04/14/taurus-fecha-acordo-com-israelenses/>>. Acesso em: 31 out. 2024.

⁵ Ver: O GLOBO. **Seguranças de Lula treinam técnica de defesa de Israel para o corpo a corpo eleitoral - Jornal O Globo.** 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/seguranças-de-lula-treinam-tecnica-de-defesa-de-israel-para-corpo-a-corpo-eleitoral-2987855>>. Acesso em: 31 out. 2024.

(2020, p. 13, tradução minha) descrevem que uma das consequências dessa dinâmica foi o fato de que a partir dela “as fronteiras entre a cidade e a esfera internacional se tornam cada vez menos fixas e delimitadas, aumentando a permeabilidade local às racionalidades e práticas políticas fomentadas por agentes externos”. Nesse sentido, a política de pacificação, e todos os seus desdobramentos foi mais uma etapa da "guerra às drogas" e, por isso, representou muito mais do que uma simples política nacional, mas um projeto movido por interesses de diferentes agentes, nacionais e internacionais (HOFF e BLANCO, 2020; HARIG, 2015).

Nesse íterim, o projeto da “pacificação” foi se expandindo pelo Rio. A primeira UPP foi instalada, em 2008, na Favela de Santa Marta, na Zona Sul, e desta para outras comunidades. Em 2010 e 2012, respectivamente, o Exército, em conjunto com a Polícia Militar, tomou os Complexos do Alemão e da Penha e, dois anos após a intervenção, instalou uma UPP no local. A Operação Arcanjo, nome dado à ocupação supracitada, foi coordenada pelo Exército Brasileiro e se enquadrou no que se denomina de Operação de Garantia da Lei e da Ordem⁶. Diante disso, ao analisarmos essa intervenção agregando-lhe um sentido simbólico foi possível verificar a construção de uma narrativa por parte da mídia e das forças de segurança que aquelas regiões, tratadas como território “inimigo”, estavam sendo pacificados e reintegrados ao estado do Rio de Janeiro. Um exemplo de como isso ocorreu foi o evento no qual a polícia hasteou a bandeira do Brasil⁷ e do estado do Rio de Janeiro no ponto mais alto do Alemão, na ocasião veículos de comunicação trataram a ação como: a posse oficial do território pelo Poder Público.⁸

Em 2012, o Coronel Fernando Montenegro publicou um artigo na página oficial do Exército Brasileiro, na qual explicava "os aspectos jurídicos das Operações Arcanjo". No texto ele descreve que “o militar tem uma formação tradicionalmente belicista, direcionada para a guerra, onde a identificação predominante separa os atores em ‘amigo’ e ‘inimigo’.” Mas, no caso da Operação Arcanjo, eles tiveram que mudar a abordagem, optando-se pelo “uso das operações psicológicas” de menor letalidade. Outro ponto importante, segundo o militar, foi o processo de seleção da equipe que atuou na missão de pacificação das comunidades. De acordo

⁶“A legislação referente às Operações de Garantia da Lei e da Ordem indica que estas podem ser requeridas pelos governos dos Estados, pelo presidente da república e pelo presidente de qualquer dos poderes instituídos. Dessa forma, tanto o Congresso Nacional quanto o Supremo Tribunal Federal também podem ser contados como participantes dos grupos de interesses para a consecução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (MELO e VIOLANTE, 2020, p. 218).

⁷ Um dos policiais responsáveis por hastear a bandeira do Brasil no topo do Alemão tinha envolvimento com a milícia. O sargento da PM Marcos Vieira Souza, o Falcon, participou também da ocupação do Complexo, em 2010, e foi preso em 2011 enquanto escoltava Paulo Ferreira Júnior, o Paulinho do Gás, membro da milícia chefiada pelo vereador Luiz André Ferreira da Silva, conhecido como Deco. Ele foi assassinado em 2016.

⁸Matéria vinculada em: ESTADO, Agência, Polícia finca bandeira do Brasil no Complexo do Alemão, Brasil, disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/policia-finca-bandeira-do-brasil-no-complexo-do-alemao.html>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

com o Coronel, foi “priorizado o recrutamento de militares possuidores de experiência no Haiti.”⁹. A partir disso, Hoff e Blanco (2020, p. 28) explicam que o termo pacificação vai se configurar como o ponto de conexão “entre a política de pacificação no Rio de Janeiro e o *modus operandi* adotado pelas Forças Armadas brasileiras no comando da MINUSTAH.”

Haring (2015, p. 142, tradução minha) chama atenção para o fato de as UPPs terem sido inspiradas e até testadas a partir da atuação do Brasil nas missões de paz do Haiti, nas quais o Brasil esteve à frente de 2004 a 2017. Diante disso, a MINUSTAH foi considerada pelo autor como a origem das abordagens de pacificação no Rio de Janeiro, pois em ambos os casos os militares passaram a atuar em conjunto com forças estaduais. Em outras palavras, criou-se uma sinergia entre a pacificação do Haiti e a pacificação do Rio, uma ponte entre uma política externa e uma política de segurança pública nacional. Vale ressaltar, que a utilização do exército no contexto urbano não começou a partir das UPPs e sim devido às operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), reguladas pela Constituição Federal no artigo 142. A novidade aqui será a ocupação contínua nas favelas, uma vez que o uso das Forças Armadas na GLO é previsto para ser esporádico e limitado. Entretanto, a partir das UPPs, esse intervencionismo ganhará novos contornos e se tornará definitivo por meio da implementação de unidade militar em cada local ocupado.

Em 2019, os pesquisadores Castro e Marques publicaram o livro “Missão Haiti: a visão dos *force commanders*.” Na obra em questão, os autores entrevistaram nove comandantes militares brasileiros que participaram da MINUSTAH, os *force commanders* da Missão de paz. No decorrer do trabalho, Castro e Marques (2019) chamam a atenção para como o discurso dos entrevistados faz uma constante comparação entre a problemática de segurança pública enfrentada no Haiti com aquela do Rio de Janeiro. Essa percepção também é a dos autores do livro, que chegam ao ponto de concluir que ao longo das entrevistas dos *force commanders* parecia que o “Haiti é aqui” - em referência ao Rio de Janeiro. Para Castro e Marques (2019, p. 12), existia um consenso entre os militares entrevistados de que as UPPs e a MINUSTAH se conectaram em diversos pontos, principalmente no que tange às “características do emprego militar num e noutro cenário”. Em uma das entrevistas, o General Augusto Heleno (2019, p. 37), comandante da Minustah, explicou como o modelo das UPPs nasceu de uma operação que ele comandou em Bel Air, um bairro em Porto Príncipe. Segundo o General, Bel Air foi o primeiro local que foi pacificado na região e era um bairro “favelizado” controlado por gangues.

⁹ MONTENEGRO, Fernando. Proteção à Lei e à Ordem: Os aspectos jurídicos das Operações Arcanjo. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/16077489>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Helena explica que durante a Missão, quando os militares brasileiros entravam no local “as gangues espalhavam”, mas depois retornavam, assim que as tropas saíam. A partir daí, um dos generais que atuava em conjunto com ele sugeriu colocar “uma companhia dentro de Bel Air”, uma sede militar permanente no bairro. Segundo Helena, essa estratégia “foi a precursora das UPPs”. As UPPs foram baseadas nessa experiência do Haiti.” (HELENO, 2019, p. 37). Além disso, ao ser questionado sobre como o processo de enfrentamento de gangues no Haiti se assemelhava aos das UPPs, o general Santos Cruz (2019, p. 109-110) explicou que as UPPs são como os “pontos fortes” (*Strong points*) usados no Haiti, um ponto militar que se instala em uma zona de conflito com o objetivo de expandir e reforçar a presença do Estado em locais dominados pelo crime organizado.

Em termos técnicos, as UPPs foram oficializadas apenas em 2011, pelo Decreto 42.787 – revogado em 2015 –, e eram compreendidas em quatro etapas: (I) intervenção tática; (II) estabilização; (III) implantação de UPPs; e (IV) avaliação e monitoramento (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011). De acordo com Haring (2015, p. 144, tradução minha), as ações conjuntas entre as forças armadas e as forças policiais aconteciam nas duas primeiras etapas. Para o autor, essa tática de conquista e de reivindicação de espaços utilizados na “pacificação” do Rio e do Haiti “aparentemente derivam das doutrinas francesas de contra insurgência do século XIX. De acordo com estas, era crucial estar permanentemente presente e demonstrar poder coercitivo em áreas contestadas”.

Contudo, assim como posto por Hoff e Blanco (2020, p. 28-29), “UPPs incorporam, por um lado, táticas de policiamento e repressão tradicionalmente brasileiras e, por outro, tentam incluir as estratégias de construção da paz operadas pelas Nações Unidas em países pós-conflito – como a criação da UPP Social”. Assim, quando o Estado lançou a política das UPPs inspiradas, em parte, nas missões de manutenção de paz no Haiti e utilizou o exército no processo de “pacificação” das comunidades isso demonstrou um novo desenho do que se entende como a localização do interior e do exterior em torno das fronteiras. Como posto por Balzacq et. al (2010):

Missões policiais no exterior e missões militares no interior transformam a ideia de fronteiras estatais que estão projetando de dentro para fora e de fora para dentro, através de "corredores" de forças. No final, como nos tempos coloniais, a polícia estrangeira e os militares estrangeiros afirmam que são os internos, que são os defensores da lei e da ordem e um governo legítimo, e que os rebeldes locais são de fato os externos, os estrangeiros em seu próprio país, pois contestam a autoridade do governo. Este é um desenvolvimento revolucionário, que tem sido sustentado pelas práticas de guildas transnacionais (BALZACQ et. al, 2010, p. 5-6, tradução minha).

No Haiti, assim como no Rio, o desafio era gerenciar a recuperação de regiões periféricas dominadas por gangues - crime organizado. Com a MINUSTAH, o Brasil usou seu exército para atuar, pelo menos em termos técnicos, em missões de "não combatentes" dentro dos princípios de construção e manutenção da paz, previstos na Carta da ONU. Com as UPPs, tecnicamente, em consonância com o princípio de Garantia da Lei e da Ordem regulamentados pela Constituição Federal, no artigo 142. Portanto, ao longo da construção da política de UPP, houve uma transferência de conhecimento entre o nível doméstico e internacional, em que o Estado atuou como ponte entre os dois espaços (HOFF E BLANCO, 2020; RODRIGUES, BRANCOLI e KALIL, 2018; HARING, 2015). Em 2018, por exemplo, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirmou, após uma visita a Israel, que os problemas que ambos os países enfrentam eram semelhantes, e que, no Rio de Janeiro, haviam “grupos armados similares a grupos terroristas”, que usurpam o território da cidade para o tráfico de drogas, ameaçando moradores. Witzel ainda afirmou que as mesmas técnicas usadas por Israel, para combater o “terrorismo” na região, poderia ser usada no Rio de Janeiro (GARCIA, 2018)¹⁰. Na mesma ocasião, o ministro da Defesa de Israel, Gilad Erdan, sustentou o argumento de Witzel e disse que “a luta contra o terrorismo é a mesma contra o crime organizado”. Por causa dessa “semelhança”, Israel poderia auxiliar o Brasil por meio do fornecimento de treinamento de policiais e “troca de informações” em gestão de terrorismo (RODRIGUES, 2018)¹¹. Logo, a semelhança com o modelo de ocupação Israelense também é notória, especialmente pelo modo como a polícia atuou durante a ocupação dos “territórios do tráfico”.

Entre 2014 e 2015, o estado do Rio de Janeiro começou a ocupação da favela da Maré, por meio de GLO, um processo que durou 15 meses e contou com um contingente de 23,5 mil militares das forças armadas, estes, por sua vez, chamados de “força de pacificação”, deveriam preparar o território “hostil” para o recebimento dos UPPs. A etapa de pacificação foi composta por um patrulhamento ostensivo e violento do conjunto de favelas com uso de “arames”, “sacos de areia e de tanques de guerras nas ruas” (VILLELA, 2015)¹². Além disso, é válido destacar

¹⁰Ver: GARCIA, Janaina. **Witzel compara problema de segurança do Rio ao de Israel: “Muito parecidos” | UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/10/witzel-diz-que-firmara-acordo-com-israel-para-treinar-policiais.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹¹Ver: RODRIGUES, Larissa. **Problemas de Israel são muito parecidos com os do Rio, diz Witzel | Metrôpoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/mundo/violencia-int/problemas-de-israel-sao-muito-parecidos-com-os-dos-rio-diz-witzel>, <https://www.metropoles.com/mundo/violencia-int/problemas-de-israel-sao-muito-parecidos-com-os-dos-rio-diz-witzel>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹² Ver: VILLELA, Flávia. **Exército deixa hoje o comando da Força de Pacificação da Maré**. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-06/exercito-deixa-hoje-o-comando-da-forca-de-pacificacao-da-mare>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

que a favela, composta por mais de 16 comunidades, foi cercada por um muro, que começou a ser construído em 2009. Oficialmente, o governo justificou a obra como um recurso de isolamento acústico - contenção dos ruídos do tráfego -, contudo, para os moradores, o muro, apelidado de “muro da vergonha”, foi construído com o objetivo de esconder a violência dentro das comunidades, os sons dos tiros e dos “caveirões pelas ruas”. Destaca-se que a Maré está localizada ao longo da linha vermelha, uma das principais rotas de acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão—Antônio Carlos Jobim. Para Araújo (2022), “a região, que popularmente ficou conhecida como a ‘Faixa de Gaza carioca’, não foi a única a receber muros e cercas, que pipocaram na cidade, ao lado de diversas soluções de segurança inclusive oferecidas por Israel, quando o Rio de Janeiro começou a ser sede dos megaeventos”. Se, como posto por Witzel, o Rio de Janeiro fosse realmente semelhante a Israel, os muros construídos para separar a Favela do “asfalto” seriam uma clara alusão aos muros que separam os Palestinos dos Judeus na Cisjordânia, uma zona de exclusão que divide os árabes dos judeus com a justificativa de proteção do povo judeu contra atentados dos “terroristas” Árabes.

Note como a fronteira entre o externo e interno se mescla, isso pelo fato de que por mais que aqueles territórios pertencessem oficialmente ao Estado, para grande parte do imaginário popular e político, eram áreas inimigas a serem conquistadas, dominadas por um poder que ameaçava a própria hegemonia estatal: o narcotráfico. Além disso, é importante destacar como a militarização foi discretamente disfarçada de política de segurança pública. Desse modo, o problema da violência gerada pelo crime organizado, frequentemente considerado um problema de polícia, foi securitizado e se tornou um problema de segurança. Abrahamsen (2018, p. 10, tradução minha) alega que o militarismo, hoje chamado de segurança, “é sempre construído historicamente e específico ao contexto, moldado pela confluência de atores, normas, ideologias e tecnologias globais e locais”. Isso se ilustra no caso do Rio de Janeiro, um processo de superação de fronteiras entre universos distintos por meio da transformação do crime em guerra, da associação entre a polícia e as forças armadas ao longo de um processo de "desdiferenciação" da segurança que uniu diferentes agentes em prol de um objetivo comum (BIGO, 2000). Esses agentes passam, então, a atuar no campo da (in)segurança, cada um com uma função delimitada, mas focados no mesmo objetivo.

A partir disso, aos poucos a polícia foi ocupando regiões onde o domínio pertencia ao tráfico. Uma particularidade é que a maior parte das comunidades “pacificadas” eram controladas por um só grupo: o Comando Vermelho. A dinâmica do Estado frente ao crime organizado, desta forma, sofreu alterações importantes. O que se nota, a partir disso, é a interação entre diferentes agentes que se interconectam em prol de objetivos em comum. Um

desses casos é a conexão que se estabelece entre o Estado e narcotraficantes do Terceiro Comando Puro (TCP) em prol da dissolução do Comando Vermelho (CV). Contudo, é válido ressaltar que o fato dessas políticas terem sido permeadas por diferentes atores não implica dizer que o Estado renunciou seu monopólio no que tange a segurança, mas cedeu a exclusividade sobre ele dentro de um processo parcial de desmontagem do Estado (*State disassembly*) e de construção dos assemblages globais (ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2009, SASSEN, 2008).

Dado o pressuposto, o questionamento que surge é: por que, em meio a tantas facções envolvidas no tráfico de drogas, o Estado se empenhou tanto em combater e limitar o controle territorial do Comando Vermelho? E quais foram as estratégias e recursos usados para justificar isso? Ambos os questionamentos serão discutidos nas próximas seções.

1.2 DESIGNAÇÃO DO INIMIGO E LEGITIMAÇÃO DA “GUERRA”

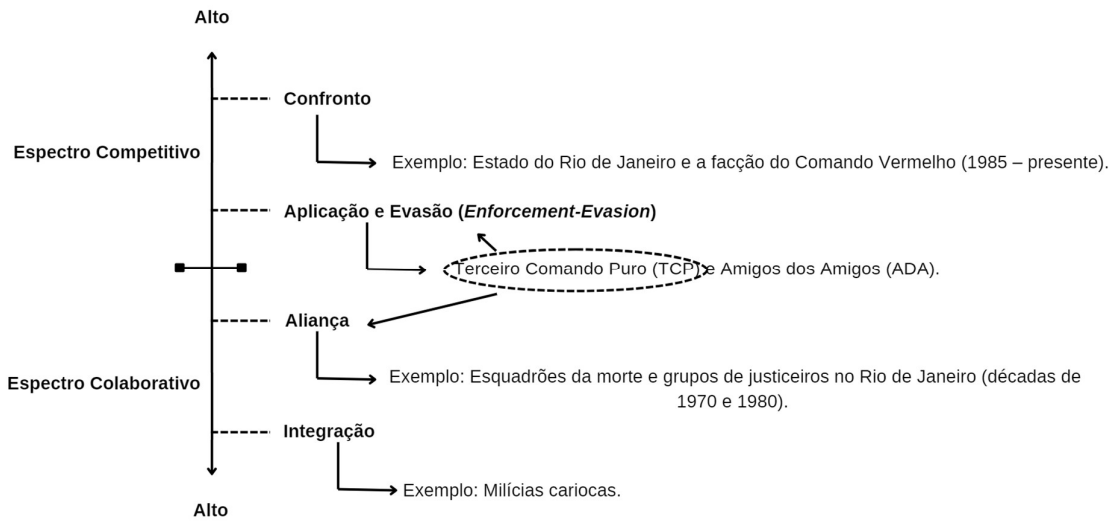
A partir daqui discute-se como se construiu o processo de competição entre o Estado e os narcotraficantes do Comando Vermelho. Além disso, objetiva-se demonstrar como a religião entrará dentro da política de (in)securitização enquanto instrumento de legitimação da “guerra contra o tráfico”. Como exposto na seção anterior, a meta do Estado, ao expulsar o Comando Vermelho das comunidades do Rio, era a necessidade de se criar um ambiente “menos hostil” por causa dos eventos esportivos internacionais. Logo, o avanço policial sobre áreas dominadas pelo Comando Vermelho foi uma ação explícita ao longo da política de “pacificação”. De acordo com dados fornecidos pelo relatório final da expansão das milícias no Rio de Janeiro, desenvolvido por Hirata et. al (2021, p. 13-14), entre 2007-2019, as áreas com menor concentração de operações policiais eram majoritariamente dominadas por grupos milicianos, tais como: Guaratiba, Barra da Tijuca e Campo Grande. Além disso, segundo o mesmo relatório, 40,9% das operações policiais realizadas na capital carioca em 2019 ocorreram em áreas dominadas pelo Comando Vermelho, apenas 6,9% se deram em áreas do TCP e 6,5% em regiões dominadas pela milícia. Tais dados reforçam, então, a construção do processo de sufocamento do CV, além de evidenciar a maleabilidade estatal no que tange às milícias e ao TCP, demonstrando assim a “vantagem política” desses dois grupos. De acordo com o entrevistado 3, isso se deu porque:

O Comando Vermelho tem uma identidade na sua dimensão de origem, um perfil anti-estado. Eles veem o Estado como inimigo. O Estado criou o Comando Vermelho como inimigo. Quando os membros do CV foram tratados como inimigos da segurança pública e jogados na Ilha Grande, no "caldeirão do

diabo”, eles foram lá para serem torturados, massacrados, mortos e é essa experiência que vai dar origem ao CV. É essa experiência do terror lá nos porões da ditadura. Logo, o tratamento que as áreas do Comando Vermelho recebem, por parte da segurança pública, sempre tem tratamento de terror (ENTREVISTADO 3, 2022, grifos meus).

Nicholas Barnes (2017) utiliza o conceito “política criminal” (*criminal politics*) para explicar que as dinâmicas de ação do Estado frente ao crime organizado variam de acordo com os arranjos que são estabelecidos entre eles. Através da distinção entre esses arranjos é possível distinguir os níveis de violência das dinâmicas de segurança em determinados locais. O autor descreve que ao todo existem quatro arranjos divididos entre dois espectros, um mais competitivo e o mais colaborativo (Figura 1). No espectro competitivo, tem-se a competição, contexto no qual existe uma hostilidade mútua entre organizações criminosas e o Estado e ambos se atacam de forma beligerante, por exemplo: Estado versus CV. Na aplicação e evasão (*enforcement-evasion*), que seria um cenário competitivo mediano, as organizações criminosas não têm o Estado como alvo direto, mas também não colaboram com ele. Pelo menos na maioria dos casos, a meta é se esquivar das estratégias legais utilizadas pelo Estado sempre fugindo de confrontos diretos, por exemplo, Estado versus outros grupos do crime organizado. Já no colaborativo, tem-se a aliança e a integração. Nos arranjos de aliança, o crime organizado estabelece acordos formais ou tácitos com o Estado a fim de limitar a aplicação da lei e gerar benefícios mútuos. Aqui é onde ocorre a construção dos modelos de governanças criminais descritos por Lessing (2020) e que serão explicados mais à frente. Então, as relações de alianças são construídas em áreas que o Estado “é incapaz ou não quer assumir um papel mais ativo”, e, por isso, é mais vantajoso para o Estado usar grupos criminosos para combater outros grupos criminosos que sejam mais hostis a presença do estatal e, assim, complementar seu controle e autoridade, por exemplo, Estado aliado ao TCP para conter a expansão do CV (BARNES. 2017, p. 973, tradução minha). Na integração, crime organizado e Estado interconectam, de forma que o crime tem acesso ao aparato estatal e, a partir disso, conquista influência política e acesso direto às informações, por exemplo Milícias. Assim, constroem-se “instituições estatais que, embora formalmente sob o controle do Estado, estão sujeitas à influência generalizada do crime organizado” (BARNES, 2017, p. 973, tradução minha)

Figura 1: Tipologia das relações crime-Estado



Adaptado de: (Barnes, 2017, p. 971)

Bigo e Tsoukala (2008, p. 4-5, tradução minha) explicam que o processo de (in)securitização surge como resultado da “competição estrutural entre atores com diferentes formas de capital e legitimidade sobre definições contraditórias de segurança e diferentes interesses”. O que Bigo (2000) descreve é que a segurança precisa ser global, e é construída para ser global, por isso, quando invocada, ela emana como uma "visão transversal" que envolve "algum conhecimento sobre ordem pública e vigilância dentro ou fora do território, associado a dispositivos específicos de controle" (BIGO. 2000, p. 173). Logo, ao se olhar para o caso específico do Rio, é exatamente isso que se vê, a (in)securitização da violência atrai diferentes universos, que passam a convergir em torno de um objetivo em comum, combater o “inimigo”.

Chama atenção que esse projeto de segurança não apenas se sustentou com a promessa de lidar com a violência gerada pelo narcotráfico. Criou-se uma narrativa de legitimidade em torno dele, e é este elemento que vai trazer a religiosidade para o campo da segurança. Isso porque, uma vez que o inimigo foi designado, o próximo passo foi escolher as “armas” para combatê-lo. No caso do Rio, além do Estado e de seu braço armado ilegítimo (milícias) e tráfico representado pelo TCP, o próximo agente que entra nessa “luta” são as Igrejas (neo)pentecostais. A ideologia (neo)pentecostal, nesse sentido, se destaca em meio a um processo de construção de “redes de proteção e laços de solidariedade” (VITAL DA CUNHA, 2015).

Destaca-se que o termo (neo)pentecostais será usado nesta pesquisa não com o objetivo de tratar o pentecostalismo e o neopentecostalismo como fenômenos análogos. A questão chave

para a escolha desse conceito se deu pelo fato de que a maioria das Igrejas analisadas, aqui, reproduzem o que se denomina de “neopentecostalização” (VITAL DA CUNHA, 2015, MARIANO, 1999). As denominações evangélicas citadas ao longo dessa pesquisa, em especial as Assembleias, historicamente classificadas como pentecostais, sofreram adaptações doutrinárias, teológicas e ritualísticas que fazem forte referência ao neopentecostalismo. Mariano (1999, p. 226) explica “que a promessa de salvação paradisíaca no pentecostalismo sempre foi acompanhada de forte rejeição e desvalorização do mundo.” Já o neopentecostalismo trouxe uma adaptação dessas concepções acerca do que é ser cristão. A partir daí, abraçar o cristianismo deixa de ser um processo de abnegação, e passa a ser um meio para “permanecer liberto do diabo e obter prosperidade financeira, saúde e triunfo nos empreendimentos terrenos”. Essa foi uma estratégia que conseguiu atrair mais fiéis, em especial nas periferias.

Diante disso, levando em consideração que a maior parte das Igrejas (neo)pentecostais mantém suas atividades por meio da cobrança de dízimo, o fluxo de pessoas torna-se importante. Nesse sentido, há a defesa do acúmulo de capitais na terra, da gestão de riqueza etc. E essa lógica econômica vai ser importante no processo de aproximação entre traficantes e Igrejas. Dentro dessa vertente religiosa, a busca pela felicidade pela prosperidade pelo bem-estar deve ser feita nesse mundo. Segundo a pesquisadora Livia Reis para os (neo)pentecostais:

Você tem que fazer por onde e não só na vida individual, você tem que dar um pouco para Igreja. Da lá seus 10% botar na mão de Deus porque você vai poder cobrar Deus a parte que você tem direito, porque ele já deu o filho dele em sacrifício. O sacrifício já foi feito e ninguém mais precisa sofrer nesse mundo. Mas você tem que ficar ali seguindo determinados valores para que você seja recompensado. **Se você seguir aquela cartilha ali de valores você vai ter direito de ser feliz nessa vida, nesse mundo. Ninguém na Igreja quer ser pobre, porque eles já são pobres e a vida do pobre é ruim!** (ESCAFANDRO#53, 2021).

Enquanto instituições dizimistas, essas Igrejas se beneficiaram dessas parcerias, um exemplo de como isso ocorre foi ilustrado por Christina Vital (2015, p. 387) a partir de uma entrevista com um traficante da comunidade de Acari chamado Cacau. A autora narra que durante a semana Cacau trabalha no tráfico e aos finais de semana frequentava a Igreja Universal do Reino de Deus, na comunidade, local onde segundo o traficante ele não é julgado por suas atividades. Segundo ele, a Igreja gerava um conforto para ele, havia sempre uma palavra para agradá-lo e se alguém estivesse mal, “com algum problema, eles vão te rezar.” Desde que entrou na IURD, Cacau fez parte de diversas campanhas de “libertação” e “cura” uma delas tinha como nome “e se alguém me servir o Pai te honrará.” Enquanto membro da

Igreja, o traficante vivia sob a promessa de abandono da vida profana, e por isso “servia” a instituição. De acordo com Vital da Cunha (2015, p. 387) enquanto dizimista da IURD, Cacau, “contribui com R\$ 1.600,00 ou R\$ 2.400,00 por mês, dependendo do pagamento obtido por semana no tráfico de drogas local.” Assim, o viés doutrinário dessas instituições baseado na teologia da prosperidade não irá condenar ao “tormento eterno” o traficante por suas “atividades”, desde que sua alma esteja prometida a Deus.

Vital da Cunha (2015, p. 252) explica que muitas instituições pentecostais que atuam em comunidades entenderam que precisavam adaptar seus dogmas para conseguir “competir no diversificado campo religioso nacional”. Não seria atrativo para pessoas já condicionadas socialmente à pobreza terem que aceitar sua miséria sem nenhuma expectativa ou “promessa” de que Deus lhes proverá fartura na terra. Elas querem ser felizes aqui. Ferreira (2014, p. 131) explica que muitas instituições pentecostais notaram isso e começaram a abandonar o repúdio pelo secular. “Com isso, o usufruto de riquezas e o gozo de saúde e de prosperidade passaram a ser o objeto de desejo dos pentecostais que, antecipando as virtudes do paraíso, desejam viver regaladamente o presente, relegando o futuro”. Esse fato é o que Mariano (1999) denomina de neopentecostalização do pentecostalismo, para tanto, o conceito (neo)pentecostais foi preferencialmente escolhido para se referir aos agentes aqui analisados.

Tido como uma ramificação do pentecostalismo estadunidense, o neopentecostalismo foi difundido pela Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e ganhou espaço nas comunidades cariocas. Aos poucos a vertente, marcada pela teologia da prosperidade¹³, e teologia do domínio¹⁴, começou a ocupar o *locus* assistencialista da Igreja católica e conquistou adeptos entre traficantes e milicianos. Em 2023, O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) publicou uma nota técnica indicando que, em 2000, havia 25 igrejas evangélicas no Rio de Janeiro para cada 100.000 habitantes. Em 2010, dois anos após a introdução das UPPs, esse número aumentou significativamente, passando para 60 templos por 100.000. Em 2019, o número ultrapassou mais de 80 igrejas por 100.000 habitantes (ARAÚJO, 2023, p. 19).

Cristina Vital (2008, p. 30) explica que as constantes intervenções nos morros ampliaram significativamente o número de Igrejas Evangélicas nas comunidades em detrimento de uma redução das religiões de matriz africanas. Tal processo se deu em decorrência do que a

¹³Crença que pressupõe que o cristão deve ser próspero e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, o neopentecostalismo constrói a imagem da religião associada à promessa divina de riqueza (MARIANO, 2004).

¹⁴ Segundo essa teoria, a igreja atual seria a nova escolhida por Deus para receber as promessas divinas antes direcionadas ao povo de Israel no Antigo Testamento. Com essa nova interpretação, os evangélicos são os novos escolhidos para viver essas promessas que envolvem uma vida repleta de fartura, domínio e controle sobre territórios de destaque na Terra. A partir dessa interpretação o Cristão pode alcançar aqui a prosperidade dos céus e construir seu reino neste mundo (MARIANO, 1999).

autora denomina de processo de “demonização dos santos”. Desse modo, “como a expressão religiosa afro-brasileira, com destaque para o candomblé, estava ligada no imaginário social e policial à criminalidade”, uma vez que era comum, principalmente entre os traficantes do CV o ato de ‘fechar o corpo’ em terreiros, após a ocupação, essa religião deixou de ser bem-vinda uma vez que o domínio daquele local era agora do Estado. Como enfatiza a autora:

Destruir imagens de entidades ligadas às religiões de matriz africana e em seus lugares colocar imagens de Jesus Cristo não é qualquer coisa! É expressivo da ação e da linguagem violenta que a polícia, ou melhor, o Estado, implementa na direção de determinadas religiões e determinados grupos sociais, especificamente, as religiões de matriz africana e os habitantes dos variados “territórios da pobreza”, com destaque aqui para as favelas (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 337).

Em entrevista à rádio escafandro, Wagner Júnior, um babalorixá que atuava em Parada de Lucas, na Zona Norte, explicou que, antes dos evangélicos juntarem-se ao tráfico, quem reinava nas comunidades era a macumba - a umbanda. “Umbanda dos exus, seu zé pilintra então... Seu zé pilintra era Deus na favela. Era difícil não ter um cara com um fio de conto, um guia como na umbanda fala do seu Zé, de Exu” (ESCAFANDRO#53, 2021). Diante disso, como destaca Vital da Cunha (2008), a primeira etapa dessa “ocupação policial” teve que mostrar para todos que a nova ordem era a do Estado e não a da “bandagem”. Tal questão foi aos poucos alterando o espaço nas comunidades. Uma das formas como isso se deu, de acordo com a autora, foi através de marcações simbólicas e materiais, que contaram com amplo apoio midiático. A título de exemplo, menciona-se a construção do imaginário popular em relação às benfeitorias que as intervenções traziam aos moradores nas comunidades. Para ficar mais claro, relembra-se a extensa cobertura da mídia em torno da ocupação do Complexo do Alemão pelas forças policiais em 2011.

No caso do Complexo do Alemão, como pontua Machado (2013), além da ostensiva presença do exército no início da ocupação, aquele território foi “inundado” por diversos shows de artistas evangélicos promovidos pelo Estado. Logo após a ocupação, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) promoveu um culto que envolveu nomes conhecidos do “mundo gospel”. Além disso, o evento também contou com a presença da Banda Evangélica do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE) – “Tropa de Louvor”, cujo logo era “se quer paz, prepare-se para guerra”¹⁵. Segundo Machado (2013):

¹⁵ Ver: Banda gospel formada por PMs do Bope se prepara para lançar o primeiro CD - Jornal O Globo. Acesso em: 29 de jun. 2023. <https://oglobo.globo.com/rio/banda-gospel-formada-por-pms-do-bope-se-prepara-para-lancar-primeiro-cd-2953174>

A ocupação dos chamados territórios pacificados no Rio de Janeiro não tem se dado exclusivamente através da presença da polícia e do exército. Serviços, projetos de empreendedorismo, negócios, empresas, algumas poucas políticas públicas e diversas entradas articularam-se em torno de estratégias de ocupação simbólica destas localidades. Uma ocupação simbólica com a intenção de não deixar “espaços vazios”, pois é supostamente neste “vazio” que o crime e o tráfico ganham força. Ou, como na tradicional afirmação cristã, “mente vazia, oficina do diabo” (MACHADO, 2013, p. 13).

Diante disso, como defende Vital da Cunha (2015, p. 340), “a ocupação policial foi acompanhada de uma ocupação evangélica visível através dos espaços públicos por faixas, cartazes e pela proliferação das Igrejas”. A autora explica que “a relação pentecostalismo – cidade – favela – o mal – a guerra” é a principal justificativa para essas mudanças (VITAL DA CUNHA, 2015, p 187). Isso porque o *ethos* da guerra, presente na perspectiva teológica dessa doutrina, adequa-se à realidade de diferentes atores dentro das comunidades. Como propõe a autora:

A “batalha espiritual” contra o mal – que assume variadas formas sociais e religiosas – é um foco importante da ação de lideranças e fiéis evangélicos na contemporaneidade e se baseia na teologia do domínio. A ênfase é, pois, numa cosmologia acentuadamente dualistas fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e Diabo pelo domínio da humanidade. Nessa batalha, nessa guerra cósmica, para obter a vitória sobre o Mal é importante fortalecer espiritualmente, dizem as lideranças religiosas, e o comparecimento aos cultos e a participação em um sem número de corrente e campanhas de cura e libertação é condição sine qua non da vitória (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 253).

Dado o pressuposto, o que se observa é a forma como a relação entre o secular e o sagrado foi construída em um contexto de reorganização do território nas comunidades. Bourdieu (1989) explica que a religião, enquanto sistema simbólico, pode ser utilizada como ferramenta de ordem, uma vez que os símbolos são instrumentos de integração social, o que, conseqüentemente, contribui para a reprodução de uma ordem social pautada nos interesses das classes dominantes. O autor descreve que esses sistemas simbólicos, aqui representados pelas religiões (neo)pentecostal, possuem funções políticas cujo fim é a legitimação da dominação de uma classe sobre a outra por meio da violência simbólica. Nesse sentido, a dominação não ocorre apenas por meio da força física. Para que ela se concretize, é necessário o consenso do grupo dominado, mesmo que de forma inconsciente. A partir disso, o elemento religioso é

agregado dentro da lógica de (in)segurança na capital e a construção do assemblage global de (in)segurança começa a ser estruturada.

A definição teórica do termo “assemblages”, em seu contexto original proposto por Deleuze e Guattari (1987, p. 323, tradução minha), refere-se à “união” entre “elementos heterogêneos”. Os autores descrevem que, dentro dessa lógica, o território se constitui como o primeiro *assemblage*. Posto isto, tem-se que um assemblage é fundamentalmente territorial, e o que vai determinar suas características é a interação entre os componentes desse espaço. Deleuze e Guattari explicam isso a partir da análise da interação entre alguns animais na natureza. Um exemplo é o caso de uma espécie de pássaro, denominada *Troglodytidae*. Esse animal toma posse de seu território (assemblage) e produz um “refrão”, termo usado pelos autores para descrever qualquer agregado de assuntos e expressões que desenham um território, “existem refrãos ópticos, gestuais, motores, etc.” (DELEUZE e GUATTARI, 1987, p. 323, tradução minha). No caso do pássaro, seu refrão é definido pelo som emitido por ele para demonstrar para invasores seu poder sobre aquele ninho. Esse exemplo de dispersão simbólica de fronteiras é o que acontece no caso do Rio de Janeiro. A política de pacificação vai gerar refrãos, compostos em grande parte por símbolos e elementos da cultura (neo)pentecostal, que foram utilizados pelos agentes envolvidos nesse processo para demarcação territorial que, a princípio, começa de maneira simbólica e, depois, torna-se física, tomando conta do espaço visual e sonoro das comunidades.

1.3 CONSTRUÇÃO DA SACRO-SECURITIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Nesta seção busca-se ampliar a discussão levantada anteriormente e demonstrar de que forma a parceria entre as UPPs e as Igrejas (neo)pentecostais colaboraram para ascensão dos traficantes convertidos, em projeto que visava ocupar bem mais do que o território físico das favelas, mas os espaços simbólicos que eram associados ao tráfico e isso é que será chamado de sacro-securitização, um processo de securitização promovido por atores (neo)pentecostais. Diante do qual o “mal” se tornou uma ameaça. Para Vital da Cunha (2015, p. 339) quando o Estado ocupou as comunidades cariocas, parte de seu plano era tirar os “bandidos (e Exu e as demais entidades afro) e colocar os policiais (e Jesus)”. Segundo a autora, parte do plano deu certo, uma vez que “os bandidos voltaram, a polícia se foi, mas Jesus ficou.” Essa luta simbólica, agregada à “luta física”, travada pelas forças policiais nas comunidades, representa a dominação simbólica do Estado dentro das favelas. Nesse modelo de securitização não foi só o crime que se tornou um problema foi preciso elaborar estratégias para acabar com o

“demônio” com as forças malignas que ocupavam essas comunidades, e esse processo deu início a “demonização dos santos” em muitas comunidades do Rio (VITAL DA CUNHA, 2015). Logo, por mais que o modelo das UPPs não tenha sido eficaz na suposta garantia e manutenção da ordem a interposição da religião foi, e alterou a dinâmica social de diversas favelas no Rio.

Em 2008, o Jornal Extra noticiou o conteúdo da agenda de um traficante da favela de Acari após uma ação da Polícia Civil no local. Nos escritos pessoais do criminoso foi encontrado a seguinte oração:

Só Deus faz a alma feliz. Meu Deus, quando eu morrer eu quero ir para o teu reino. Por isso vou me converter e sair do tráfico. Não sei o dia, mas ainda vou sair do tráfico. Não quero ser uma alma penada como outros que morreram. Jesus! Se você tem um olho grande então porque não enxerga Jesus? Senhor meu Deus e meu Pai, te agradeço por mais um ano de vida porque vida de bandido não é fácil. Meus Deus, quero te pedir perdão por todos os meus pecados e quero te aceitar como meu salvador. Amém. Para Deus, Cristo Jesus.¹⁶

A expansão dos traficantes “convertidos” se tornou para os evangélicos, nesse sentido, a representação do avanço do sagrado sobre o profano e da quase vitória do bem sobre o mal no campo da guerra espiritual ou simbólica. Isso significa que por mais que o “mal” (representado pelo tráfico) perdurasse ele seria aos poucos impregnado pelo “bem” (representado pelas missões evangélicas voltadas para conversão dos traficantes) e que isso implicaria na redução do “seu potencial ofensivo” (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 360). Um ponto interessante dessa primeira etapa é que no início esse processo de conversão ainda estava associado a ideia do crime como algo que deveria ser superado para que a pessoa pudesse atingir a salvação, aceitar Jesus e sair do tráfico, com o passar do tempo como será visto nos próximos capítulos a conversão por si só já será vista pelos traficantes como algo suficiente para ter a segurança de ter o reino dos céus. Assim, não será mais necessário ser um ex-traficante redimido, mas um traficante de Cristo.

A partir disto, ao se fazer uma análise da dicotomia da luta entre o bem e o mal presente no processo de pacificação no Rio de Janeiro é possível observar que ela não consistia apenas na suposta batalha a ser travada pela polícia e traficantes de drogas, mas em uma guerra que se movia para o campo espiritual. A presença de representantes (neo)pentecostais, durante os eventos que precederam a tomada do controle das favelas pela polícia, trouxe a visão de que

¹⁶Disponível

em:<<https://acervo.extra.globo.com/resultados/?a=traficante+atormentado+&ye=2008&mo=6&da=11&o=relevancia&r=ARTICLES>> Matéria intitulada “**Traficante Atormentado**”, Acervo Jornal Extra, 2008.

esta era também uma guerra entre Deus e o diabo. Desse modo, segundo Machado (2018, p.10), o processo de ocupação dos chamados “territórios pacificados no Rio de Janeiro não ocorreu exclusivamente através da presença da polícia e do exército”. Mas, "através de uma ocupação simbólica com a intenção de não deixar 'espaços vazios', pois é supostamente neste 'vazio' que o crime e o tráfico ganham força".

Mas por que as Igrejas evangélicas? Vital da Cunha (2015) explica que mesmo que a Igreja Católica tenha um amplo histórico de poder de influência no Estado, o papel que essas instituições exercem dentro das comunidades sempre foi vertical, hierarquizado e extremamente institucionalizado. Para ser padre era necessário estudo um processo longo e rígido. De acordo com a autora, os padres raramente moram nas comunidades onde atuam, não se casam e não possuem filhos, o que os afasta da realidade vivida por vários moradores. Já as novas igrejas evangélicas (neo)pentecostais possuem um modelo organizacional horizontal, tanto os pastores quanto seus convertidos pertencem ao mesmo meio social e nada impede que o fiel seja também um pastor (VITAL DA CUNHA, 2015; BIRMAN e LEITE, 2002). Diante disso, criou-se um senso de comunidade e de pertencimento, que Vital da Cunha (2015) denomina de “laços de fraternidade”. Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo a repórter Anna Virginia Balloussier (2023) explicou essa situação a partir do exemplo fictício da personagem Maria, segundo a repórter, Dona Maria não tinha nome, era apenas uma doméstica, mas quando ela ia para a Igreja ela era a "Irmã Maria", a que mandava na cantina e fazia bazar, todo mundo sabia quem ela era¹⁷.

Michel Foucault usa o termo “poder pastoral” para explicar um tipo de poder que é exercido em oposição àquele aplicado sobre a unidade de um território. Ele explica que o poder pastoral é um “poder de cuidado” que age sobre “uma multiplicidade em movimento”, no qual o pastor cuida do rebanho, tornando-se assim seu intermediário. Foucault (2008) define que foi a Igreja cristã que coagulou todas as questões relacionadas a este poder em mecanismos precisos e instituições definidas. Por isso, segundo o autor, o poder pastoral só cuida da alma dos indivíduos na medida em que esta condução também implica em uma intervenção permanente na conduta, nas ações cotidianas, na gestão da vida dos bens, da riqueza e das coisas em geral (FOUCAULT, 2008, p. 204). Tal questão pode ser vista no Rio de Janeiro reproduzida de forma direta pelas UPPs, Unidades de Polícia Permanente que foram implementadas nas comunidades com o objetivo de tutelar aqueles locais. O programa UPP social, por exemplo, foi criado com o objetivo de promover a implantação de serviços voltados para saúde, educação e urbanização

¹⁷ BALLOUSSIER, Anna Virginia. Como é que é? | Como traficantes evangélicos atuam no Rio? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cni-mA9PE3E>>. Acesso em: 20 maio 2023.

nas favelas. Tal iniciativa resgata o ideal de projetos anteriores, entre eles o projeto Favela-Bairro de 1993, cujo objetivo era a integração entre “a duas cidades”: a “cidade informal” (Favelas) e a “cidade formal” (VENTURA, 1994; BURGOS, 2002). A proposta inicial dessas duas políticas era então, de acordo com Cunha e Mello (2011, p. 375), “integrar as favelas ao restante da cidade por meio de obras de urbanização, saneamento básico e acesso a equipamentos e mobiliários urbanos.” Como descrito anteriormente, para aqueles envolvidos na política de segurança do Rio as favelas são consideradas “território inimigo” que precisavam ser pacificadas e reintegradas ao Estado.

Os habitantes das favelas, como posto por Pacheco de Oliveira (2014) sempre foram vistos como cidadãos “colaboradores em relação ao seu próprio mal”. Dito isso, precisavam ser trazidos para o lado “santo”. Essa questão se alinha àquilo que Norbert Elias (1994) chama de processo civilizador. O autor explica que a sociedade, no geral, foi construída a partir da criação de dicotomias, destaca-se aquela que foi utilizada para criar a autoimagem do Ocidente pautada na antítese cristão versus pagão. Em nome da cristandade e da “civilização”, a sociedade Ocidental invadiu diversos outros países e como justificativa para tal ato usaram o lema colonial de “civilizar” os povos “selvagens” e “hereges”. Pacheco de Oliveira (2014, p. 136-137) descreve que durante o período colonial no Brasil o conceito “pacificação” fazia analogia a transformação extensa sofrida por grupos cujo os “componentes pagãos, imorais e anárquicos eram substituídos por uma condição supostamente nova e mais elevada, propícia à sua participação na sociedade colonizadora.” Em uma outra fase da história brasileira, após a independência, a pacificação foi associada a tutela, um processo no qual o Estado estaria atuando no sentido de proteger grupos vulneráveis que foram “largados à própria sorte”, em especial os povos indígenas. De forma geral, como posto por Rodrigues, Mendonça e Morato (2021, p. 100-101) o termo “pacificação” se projeta ao longo da história brasileira enquanto um dispositivo criado “para atualizar o esforço das Forças Armadas” na construção de “um modelo de nação ideal”. Destaca-se aqui que o conceito “dispositivo” é entendido a partir da definição foucaultiana (1998) enquanto uma rede tecida entre elementos heterogêneos que reproduz uma função estratégica dominante cujo fim é articulação entre estratégias de poder.

Sabe-se que o processo de colonização latino-americano foi marcado pela marginalização de determinados grupos em especial os negros e os indígenas. Quijano (2005, p. 125) discorre “que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-Nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais.” De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 72,9% dos moradores de

favelas eram pretos e pardos.¹⁸ Logo, tem-se as favelas como produtos de um processo contínuo de segregação racial e social construídas a partir de políticas públicas que removeram pobres e pretos dos grandes centros urbanos e os condicionaram a marginalização, assim como todos os elementos culturais (religião, música etc.) associados a eles, isso porque, assim como posto por Bhabha (1998, p. 73) a presença negra, assim como sua história é “amarrada por estereótipos traiçoeiros, associados ao primitivismo e a degeneração”.

Pacheco de Oliveira (2014, p. 144) descreve que se no período colonial eram as dicotomias religiosas: católicos versus pagãos que eram difundidas como meios para sinalizar os níveis de “civilidade” de grupos sociais, atualmente são as “diferenças culturais”. De acordo com o autor, incluem-se nessas diferenças não só as “marcas da exclusão social (baixa escolaridade, desemprego, subemprego e baixa renda), mas também estilos comportamentais identificados pelas forças policiais, pela mídia e pela classe média como indícios de uma agressividade ameaçadora” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 144). Bhabha (1998) descreve que o racismo, as discriminações e a criação dos estereótipos não são estigmas individuais, nem são práticas obsoletas, são práticas contínuas dos discursos coloniais. Estigmas, nesse contexto, podem ser compreendidos, segundo Goffman (1988, p. 6), como “um atributo profundamente depreciativo” que busca estigmatizar a fim de confirmar a normalidade a outrem e o “normal” aqui é ser cristão, essa é a religião da corte e dos “civilizados”.

Pacheco de Oliveira (2014) explica que assim como as pacificações coloniais tiveram como real objetivo a manutenção das relações de poder e da estrutura econômica daquele período, pós independência a dinâmica se manteve. Desse modo, a pacificação enquanto dispositivo, no caso brasileiro, se traduz enquanto o processo cujo fim é “neutralização” de ameaças à ordem estabelecida. As UPPs resgatam esse histórico normalizador do período colonial porque elas enxergaram as favelas como os locais de “barbárie” - a cidade informal que precisava ser “civilizada” e “doutrinada”. Pacheco de Oliveira (2014, p. 137) explica que as “ações pacificadoras” nas favelas cariocas tinham como meta principal: restabelecer o “controle estatal (leia-se militar) sobre as favelas ocupadas pelo tráfico”, [...] uma clara analogia as ‘pacificações’ coloniais, dirigidas contra grupos “que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época.” E é assim que o ideal de “pacificar” os “selvagens” e de levar para eles a cultura da corte, do império e de “salvar” aqueles que estavam

¹⁸ Ver: Pretos e pardos representam 72,9% dos moradores de favelas, indica Censo; mulheres também são maioria. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/11/08/pretos-e-pardos-representam-729percent-dos-moradores-de-favelas-indica-censo-mulheres-tambem-sao-maioria.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

abandonados se reflete na política de (in)segurança construída no Rio de Janeiro (ELIAS, 1994; PACHECO DE OLIVEIRA, 2014). Uma pedagogia colonial que como posto por Pacheco de Oliveira (2014) utiliza-se de modelos repressivos e religiosos para “civilizar” e sujeitar grupos específicos da sociedade. A “comunidade pacificada”, nesse sentido, não se reduz apenas aquela que passou por um processo de ocupação militar com objetivo de expulsar o crime organizado “mas aquela em que os moradores e as condições de vida teriam passado por uma modificação completa, fruto de uma ação supostamente de natureza civilizatória” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 138). Se no período colonial se comemorava “o surgimento de um novo índio, cristão e súdito fiel do Rei de Portugal”, com as UPPs se comemorava o surgimento do periférico cristão que vai a Igreja (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 137). A partir dessa ideia é possível verificar como o poder pastoral foi aplicado no contexto de segurança do Rio, uma vez que a exigência de pacificar as comunidades não implicava necessariamente no fim do crime organizado, mas na redução das ameaças geradas por ele por meio de uma intervenção militar e “sagrada”. Isso pode ser visto na própria descrição dos objetivos originais das UPPs que são resumidos em dois:

a) consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Além disso, ao se pegar o exemplo da ocupação do Complexo do Alemão novamente é válido ressaltar que "além da presença ostensiva do exército, esse território também foi ocupado por vários concertos de música evangélica, promovidos por agentes do Estado", incluindo a banda "Diante do Trono". Segundo Machado (2013), estes eventos de músicas gospels podem ser traduzidos como uma ocupação sonora do Complexo pelo Estado. A música gospel seria o “som da ocupação” seria a transformação da paisagem sonora daquele local (*soundscape*). Tal fato pode ser visto como uma clara oposição aos bailes funks, diretamente ligados ao tráfico de drogas.

Desse modo, Richmond (2018, p. 12) argumenta que em contraste com o modelo dominante de policiamento de favelas, baseado em operações ostensivas e beligerantes “de captura e morte”, “as UPPs foram projetadas para estabelecer uma presença permanente nas favelas e construir relacionamentos e confiança com organizações e moradores locais”. Neste contexto, muito mais do que a ocupação física do território, as UPPs precisavam ocupar o espaço simbólico nas comunidades, de modo geral, ser a intervenção recorrente descrita por

Foucault através do “poder pastoral”. No Rio de Janeiro isso foi feito através do uso da “mensagem cristã pacificadora” a fim de não deixar que nenhum espaço ficasse vazio para ser ocupado pelo diabo, sinônimo de crime e tráfico de drogas" (MACHADO, 2013, p. 15).

Assim, após a ocupação, o próximo passo foi lidar com o problema das "populações perigosas". A Igreja propôs a conversão e o Estado aceitou. A partir de então, “o perigo representado pelo crime tornou-se o perigo representado pelas drogas, e o ‘tratamento’ do vício torna-se um caminho de recuperação moral para o membro ou ‘quase’ membro de uma gangue de drogas" (MACHADO, 2018, p. 10, tradução minha). Portanto, além de ocupar os “territórios do crime” era necessário “salvar as almas condenadas”. Neste sentido, as Igrejas (neo)pentecostais, em particular a Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), iniciaram o trabalho de conversão dos traficantes de drogas guiados pela lógica de uma batalha espiritual baseada na "teologia do domínio" (MACHADO, 2013; TEIXEIRA, 2008; VITAL DA CUNHA, 2015). Como posto por Machado (2013):

Ao mobilizar a gramática evangélica da nova vida em Cristo, o estado do Rio de Janeiro e seus parceiros dão uma nova chance às populações perigosas de se converterem ao bem e se libertarem do pecado. Sem oferecer políticas públicas incisivas e soluções institucionais para promover o bem-estar social, o Estado oferece em suas margens um modelo moral que garante o bom comportamento mesmo em situações adversas, pois é assim que elas ainda são - adversas e precárias [...]. Assim, pacificar-se torna-se redentor, remeter. E um conjunto significativo de ações político-religiosas foram tomadas pelo Estado do Rio de Janeiro para consolidar esta associação de significados (MACHADO, 2013, p. 23).

A partir disso, o trabalho de conversão é então desenvolvido tanto no âmbito das comunidades como fora delas, no contexto das prisões. Christina Vital (2015) explica que este fenômeno de doutrinação foi excepcional para transformar o modelo de ação de muitos grupos de tráfico de drogas. Em sua etnografia da favela de Acari, ela explica como a conversão de Jeremias, um dos primeiros líderes do Terceiro Comando (que mais tarde se tornaria o Terceiro Comando Puro), foi decisiva para influenciar toda uma geração de traficantes de drogas que o sucedeu. A autora explica que “é com Jeremias que a presença evangélica na favela (Acari) e entre os traficantes ganha força” (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 353). Vale notar que tudo isso ocorreu logo após a ocupação policial da comunidade em 1996, muito antes do desenvolvimento do projeto da UPP. Desse modo, a relação entre o Estado e as igrejas (neo)pentecostais dentro dos projetos de "pacificação" das comunidades não foi algo exclusivo das políticas de 2008, mas sim um processo marcado pela continuidade e ruptura (MACHADO, 2018). Segundo Machado (2018, p. 10, tradução minha), o pastor Marcos Pereira, presidente

da ADUD, por exemplo, está presente nas cadeias do Rio desde 1991 e ocupou um lugar-chave na evangelização dos detentos nas prisões do Estado. “Da mesma forma, os serviços eclesiais realizados nos presídios de todo o Brasil, autorizados pelo Estado, evidenciam a associação entre a segurança pública e as igrejas evangélicas que trabalham com populações perigosas”.

O processo de sacralização da segurança ou de sacro-securitização é evidenciado, nesse contexto, a partir de vários exemplos e um deles é a relação construída entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense. Machado (2013, p. 3) explica que a Baixada sempre foi vista no imaginário popular como um local cercado pela violência e marcado pela “falta de recursos”. A autora chama atenção para o fato de que “uma análise irrefletida da política de pacificação” pode gerar um discurso precipitado que relaciona a falta de UPPs na Baixada com a pobreza econômica e social do local frente à cidade do Rio. Entretanto, para a autora essa região não é tão “pobre” como muitos argumentam e pode ser definida como umas das peças-chaves para entender como se deu a parceria entre o Estado e as Igrejas pentecostais no processo de “recuperação” das “populações perigosas”. Antes de explicar tal questão é válido destacar que diferentemente do imaginário popular, para os evangélicos os municípios da Baixada Fluminense são considerados “puros”, livres dos pecados da cidade grande, tornando essa região atrativa para projetos religiosos que se tornaram foco das UPPs. Segundo Machado (2018):

A ADUD opera seu templo em uma dessas áreas da Baixada Fluminense há mais de 20 anos e consolidou-se como um ponto importante na circulação de políticos e outros atores do mundo 'social' no Rio de Janeiro, incluindo visitas estratégicas regulares ao templo da ADUD, seus serviços e jantares com o Pastor Marcos, como parte de seu itinerário essencial. No entanto, apesar das representações tradicionais da Baixada como um território violento, não é lá que a igreja prioriza suas ações (MACHADO, 2018, p. 9).

Diante disso, para discorrer sobre a questão acima é válido utilizar o exemplo da relação entre as UPPs e a ADUD - a Igreja do Pastor Marcos Pereira. Localizada na cidade de São João de Meriti, a ADUD apresenta uma doutrina marcada por “códigos rígidos de comportamento”. Tais “códigos”, segundo Machado (2018, p. 8, tradução minha), “exigem um forte controle sobre o corpo e sobre a relação entre os membros da igreja e “o mundo”, este último visto como composto de tudo o que está fora da vida religiosa institucional”. Aqui há novamente a construção de controle social baseado num processo de “dominação pastoral”. A partir disso, a atuação da ADUD na Baixada vai motivar a criação de uma parceria entre a instituição e a UPP do morro do Turano, localizada na zona norte do Rio de Janeiro. Isso porque o “sucesso” do

trabalho da igreja na recuperação de “ex-bandidos do tráfico” fará com que o local se torne um centro de recuperação para dependentes químicos, enviados pela UPP da zona norte para receberem tratamento na instituição (MACHADO, 2013).

Machado (2018, p. 9, tradução minha) explana que essa relação evidencia outra característica importante da ADUD, o fato de o “público-alvo” da igreja não ser os moradores da Baixada Fluminense e daquele local não ser considerado “perigoso”. A autora explica que para a instituição o perigo reside em outros espaços, mais especificamente nas áreas metropolitanas. Além disso, “o primeiro território historicamente privilegiado pelo ADUD não era nem mesmo um distrito ou uma cidade, mas as cadeias do Estado do Rio.” Desse modo, o que se nota é que a presença da ADUD na Baixada, assim como as UPPs em comunidades do Rio de Janeiro acarretará um processo de desorganização e reorganização de “redes já consolidadas, produzindo ordens e resistências, diluindo a legitimidade dos atores locais e (re)produzindo outras figuras de mediação” (MACHADO, 2016, p. 129, tradução minha).

Trazer a questão da Baixada Fluminense, nesse sentido, é uma tentativa de demonstrar em um cenário limitado como as Igrejas (neo)pentecostais foram usadas pelo Estado como ferramentas dentro do projeto de pacificação e passaram a funcionar como uma extensão do poder estatal, mesmo que em um sentido mais simbólico. Na baixada fluminense não houve a implementação de UPP, mas a “pacificação” ocorreu, mesmo que por intermédio de um poder simbólico pastoral (BOURDIEU, 1989; FOUCAULT, 2008). Dentro dessa lógica, os fluxos de atores religiosos dentro da Baixada geraram, segundo Machado (2018, p. 13, tradução minha) “uma inversão moral do centro e da periferia: o centro que emana a salvação é a Baixada, e a periferia a ser resgatada é a favela da cidade do Rio.” Assim, resgatar a periferia não era no sentido de acabar com o crime, mas de trazer os criminosos para o “lado de Jesus”, convertê-los, nesse contexto, era inseri-los dentro da lógica de poder construída a partir da pacificação. A figura do traficante evangélico emana, então, desse processo de “resgate das almas condenadas”. Para Teixeira (2008, p. 186) a conversão é o que garante a mudança na vida do indivíduo, logo ele não precisa necessariamente abandonar o tráfico, desde que ele veja essa “atividade” como algo passageiro. Para o autor, a mudança, a partir da perspectiva evangélica, ocorre quando o indivíduo cumpri o ritual de passagem “ao exército de Deus ‘aceitando Jesus’, pois, se o mal que assola a sua vida possui uma origem sobrenatural – o Demônio –, então, para se reverter a situação, não basta uma conscientização (política) e uma ação ‘institucionalizada’, mas enxergar a batalha entre Deus e o Diabo e se posicionar do lado ‘santo’”.

Por fim, o que se nota neste capítulo é que a necessidade do Estado de lidar com a problemática do crime organizado no Rio, por pressão de eventos internacionais, gerou uma

reorganização das estruturas de segurança e dos agentes que as compõem. Como exposto, securitizar envolve dissolver as fronteiras entre segurança interna e externa. Nesse processo o Estado, por si só, deixa de ser o principal ator na construção da (in)segurança. Isso porque a securitização permite que diferentes atores com formas variadas de capital e legitimidade passem a atuar nesse campo em prol de uma meta pré-estabelecida. No caso do Rio, o objetivo de combater a violência atraiu diferentes grupos, resultando na convergência de vários universos em torno do objetivo comum de combater o “inimigo”. Para isso, o público se uniu ao privado, o legal ao ilegal e principalmente o sagrado se uniu ao profano em um contexto de construção de uma narrativa de legitimidade para a “guerra” que estava sendo construída. Tal fato trouxe a religiosidade para o campo da segurança, resultando no processo de sacro-securitização que por sua vez foi essencial para a ascensão do narcopentecostalismo no Rio, questão explorada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: RELIGIÃO E A CONSAGRAÇÃO DA GUERRA: A EXPANSÃO NARCOPENTECOSTALISMO CARIOCA

Oh, aos 45 do segundo arrependido / Salvo e perdoado / É Dimas o bandido (Racionais MC's)¹⁹

A partir desse capítulo a meta é demonstrar que o que aconteceu no Rio foi uma conversão de objetivos, o modelo expansionista das Igrejas (neo)pentecostais se alinhou não apenas com os objetivos da política de pacificação, mas também com o tráfico. Isso porque as religiões (neo)pentecostais pregam uma necessidade de “expansão” - teologia do domínio – para esse cristianismo evangélico, as noções de espaço e território sempre foram centrais e isso foi traduzido a partir da noção de conversão e dominação prevista em versículos bíblicos como: Marcos 16:15, “ide a todo mundo e pregai o evangelho”, ou Mateus 28:19 “portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo [...]”. O que chama atenção nisso é que a teologia do domínio delimita que a dominação ou a expansão, não está condicionada a todos os seres humanos, mas aos cristãos é deles a função de cumprir esse ordenamento divino.

A teologia do Domínio surgiu nos Estados Unidos e ganhou força no final dos anos 90. É uma corrente teológica que possui raízes Calvinistas e deriva do movimento que ficou conhecido como “restauração cristã”. Nos moldes dominionista prega-se a batalha espiritual entre Deus e o Diabo. Então tem-se o lado santo e todos os que não estão desse lado santo são aliados do diabo e precisam ser derrotados. Nessa vertente de teocracia, “o outro” é demonizado e precisa ou ser convertido ou “destruído” (GARRARD, 2020). Garrard (2020, p. 5, tradução minha) explica que quando o dominionismo chegou na América Latina, enquanto uma doutrina importada, ele foi adaptado para atender a interesses políticos de grupos específicos. Segundo a autora, esses grupos passaram a pregar que com o cristianismo (neo)pentecostal uma “nova era de paz, prosperidade e benevolência cristã” seria inaugurada a todos aqueles que sofrem, mas para que isso acontecesse primeiro era preciso avançar sobre o mal. Para essa teologia, o mal provém de forças demoníacas que invadiram a terra devido à existência de práticas religiosas indevidas como por exemplo: as de origem indígena e africana (PENA e ZIENTARSKI, 2022; GARRARD, 2020). A partir disso, destaca-se que a guerra espiritual neste contexto dominionista “não é simplesmente a libertação ou o exorcismo de um indivíduo,

¹⁹ RACIONAIS MCS. **Da Ponte pra Cá – música e letra de Racionais MC's** | Spotify. Disponível em: <<https://open.spotify.com/intl-pt/track/77ZXEJcwC7r4gfodNwERJz>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

mas de um local e da coletividade de pessoas que habitam um determinado espaço físico e metafísico” (GARRARD, 2020, p. 5, tradução minha).

Marx Weber (1982, p. 386) explica que a “guerra justa” e legítima é travada sempre em nome de Deus e por causa disso quando o homem viola as leis de autoridades políticas sua redenção é assegurada porque “deve obedecer antes a Deus do que ao homem.” As UPPs eram uma forma de “guerra” contra o tráfico, mas também era uma batalha contra o mal como será exposto ao longo deste capítulo. Peixão é um traficante, mas se posicionou do “lado santo” então sua luta era também uma batalha legítima contra o mal. Diante disso, é possível verificar como essa teologia difundida pelos (neo)pentecostais serve aos interesses dos envolvidos na política de pacificação do Rio de Janeiro e como ela entra em consonância com a própria ideia de pacificação. Em suma, o que se tem é que além do inimigo em comum a ocupação territorial torna-se o elo que une todos os agentes envolvidos no processo de “pacificação” do Rio de Janeiro. O dominionismo enquanto ideologia e a pacificação enquanto dispositivo se mesclou com as características de ocupação territorial do tráfico somado à ocupação pregada pelas UPPs. Já foi citado ao longo dessa pesquisa, que no decorrer da história do Brasil a noção de pacificação esteve ligada ao modelo de relação construída entre o Estado, sob representação das Forças Armadas, e determinados grupos sociais vistos como uma ameaça ao ordenamento político dominante. Hoff e Blanco (2021, p. 68) pontuam que pacificar pode ser resumido no processo de “identificação da existência do outro como uma ameaça existencial para si.” Nesse processo há a construção de inimigo e a partir do momento em que ele é definido constrói-se um processo de legitimação para justificar sua neutralização baseado na autossobrevivência do “pacificador”.

Na história do Brasil o inimigo sempre foi aquele que desafiava a ordem política estabelecida e colocava em risco dinâmicas de poder e econômicas. No caso do Rio, como foi mostrado no capítulo 1, a premissa se manteve, o CV se tornou o inimigo porque seguia reproduzindo uma lógica de atuação oposta à presença do Estado, resistindo em “seguir as regras do jogo”. Se a pacificação assim, como posto por Rodrigues, Mendonça e Morato (2021) é um dispositivo, nos termos foucaultianos, um conjunto de práticas que visa assegurar dinâmicas de poder, a religião enquanto ideologia segue a mesma lógica. Bourdieu (1989, p. 10) explica que a ideologia enquanto um “produto coletivo, coletivamente apropriado”, tem como propósito atender interesses individuais, porém elas são mascaradas de interesses coletivos. Dessa forma ela é um instrumento da cultura dominante moldado para desmobilizar as classes dominadas e legitimar a ordem estabelecida. Desse modo, o que se observa é que “doutrinar”, “evangelizar” e “pacificar” ao final possuem vértices comuns, sendo eles a

construção de ordenamentos de poder a fim de assegurar e legitimação da dominação por meio da “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989; WEBER, 1982)

Outro ponto importante, a se falar dessa teologia e dos discursos presentes (neo)pentecostalismo gira em torno da questão racial, por mais que os (neo)pentecostais demonizam religiões e expressões religiosas ligadas a grupos étnicos minoritários, até porque é um projeto político que parte de grupo dominantes que reproduzem relações coloniais baseadas em classe e raça, há entre seus adeptos uma maioria preta e parda e baixa renda. De acordo com dados do DataFolha, de 2020, aproximadamente 63,7% dos pentecostais no Brasil ganham até 1 salário mínimo e 53,7% deles são pretos e pardos.²⁰ Um dos motivos pelo fato dessas instituições terem ganhos tantos adeptos essas zonas periféricas já foi descrito aqui e está ligado a seu modelo organizacional horizontal que permite a qualquer adepto ocupar cargos de lideranças nas Igrejas, mas um segundo ponto para isso pode ser explicado a partir da análise do perfil socioeconômico e racial dos adeptos dessas instituições, e esse ponto é algo que reforça a ideia de como essas Igrejas se tornaram ferramentas de “domesticação política das massas” dentro desse processo de “pacificação” das comunidades (WEBER, 1982). Weaver (2016, p. 398) explica que nessa vertente teológica dominionista a raça não é delimitada pela cor da pele, ou pelas diferenças entre grupos étnicos, mas se relaciona “lealdade de alguém ao cristianismo”. Assim, “se alguém é um verdadeiro cristão, tem o tipo certo de DNA espiritual” porque a raça que importa é a “raça da igreja”. Nesse discurso vemos a atuação dos sistemas simbólicos que gradativamente transformaram as dinâmicas sociais nas comunidades cariocas. Através desses recursos as UPPs tiveram um certo êxito, isso porque elas conseguiram instaurar aquilo de Bourdieu (1989, p. 10) denominou de “integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas.”

2.1 A RELIGIÃO (NEO)PENTECOSTAL E A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA CRIMINAL DA SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO

A partir daqui discute-se como a partir da trajetória dos autodeclarados traficantes de drogas evangélicos é possível entender a construção das diversas conexões no submundo do

²⁰ Ver: A classe trabalhadora e sua nova identidade evangélica. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-classe-trabalhadora-e-sua-nova-identidade-evangelica/>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

crime no Rio de Janeiro. A história do TCP, por exemplo, começou quando divergências internas dentro do então conhecido Terceiro Comando (TC), na época aliado ao grupo Amigos dos Amigos (ADA), ambos rivais do CV, levaram à divisão do grupo. A partir disto, tem-se a formação de um grupo cujo líder, Fernando Gomes de Freitas, conhecido como Fernandinho Guarabu, começa a impor sua ideologia religiosa como parte do modus operandi da organização. Destaca-se aqui, que a religiosidade não era uma novidade na história do Terceiro Comando, como foi supracitado, a organização já teve outros líderes evangélicos como foi o caso de Jeremias (VITAL DA CUNHA, 2015).

Desse modo, antes de discorrer sobre a questão da religiosidade dentro do TCP é importante demonstrar os fatores que influenciaram todo o modus operandi da organização a partir do momento em que Guarabu assumiu o poder na Ilha do Governador. Logo, vale ressaltar, que a construção das conexões existentes hoje dentro do Terceiro Comando Puro teve início a partir do momento supracitado. De acordo com o Entrevistado 3 desta pesquisa, a conexão do TCP com forças do Estado existe desde a formação do grupo, por causa disso a façção sempre foi menos hostil com policiais dentro das comunidades o que facilitou a construção de acordos entre o Estado e o grupo, em prol do da dissolução do CV. Segundo o entrevistado 3:

Polícia para Comando Vermelho é verme, tem que ser morto! E porque a própria polícia sempre massacrou e matou o CV [...] **O CV atua de forma mais agressiva, vai roubar mais. A maior parte do lucro vem de atividades criminosas, especialmente roubos.** Em áreas do Terceiro Comando Puro, não são áreas protegidas, tem negócio, tem acordo e funciona tranquilo. As coisas são de outro perfil [...] O Terceiro Comando Puro eles fazem muito mais composição, pagam aluguel para milícia funcionam muito protegidamente tem seus ganhos mais garantidos. E isso mostra a diferença entre o CV e TCP. [...] O TCP tem uma fachada de que ali é pacífico, ali é tranquilo, eles são da paz, são comunidades "pacíficas". Isso porque tem todo um acordo por trás que sustenta essa "passividade" [...] **isso porque o TCP atua em conjunto com as milícias em diversas comunidades** (Informação verbal)²¹.

A expansão do TCP esteve então entrelaçada com a lógica estabelecida pelo projeto de "pacificação" das comunidades (UPPs). Na época das UPPs, como foi demonstrado, as políticas de segurança que promoveram a ocupação territorial das comunidades carentes acabaram por incorporar discursos e práticas religiosas (neo)pentecostais para impor uma nova ordem pública, oposta àquela até então perpetrada pelo CV sob o disfarce da iconografia dos cultos afro-brasileiros. Assim, nessa nova fase, os traficantes não mais se "protegem" em terreiros,

²¹Entrevistado 3. [Fev. 2022]. Entrevistadores: Matheus Hoffmann Pfrimer e Anna Clara Barros Oliveira. Goiânia, 2022. 1 arquivo.mp4 (98 min).

mas vão à Igreja. Consequentemente, o tráfico passa a ser uma atividade cuja finalidade é puramente lucrativa, a garantia de "prosperidade". As práticas de evangelização, em especial nos presídios, por exemplo, já existiam antes das UPPs.

O período em que Guarabu controlou o tráfico na Ilha do Governador foi marcado pela construção de várias alianças. O traficante assumiu o controle do Morro do Dendê com o apoio de PMs corruptos do 17º batalhão, que não estavam interessados no retorno do ex-chefe do morro, Marcelo PQD²², aliado do Comando Vermelho. Assim, quando tomou oficialmente a comunidade em 2003, o traficante iniciou parcerias importantes e passou a explorar atividades ilegais em parcerias com policiais militares, ademais passou a adotar em seus domínios práticas semelhantes às das milícias. Segundo Ramalho (2024, p. 140), “a monopolização da venda de botijões de gás, garrações de água e fornecimento de sinal clandestino de TV e internet passaram a fazer parte do combo de atividades econômicas ilegais em sociedade com os PMs.”

Além disso, seu projeto de demarcação territorial foi caracterizado pelo uso de símbolos religiosos. Guarabu construiu seu legado por meio de propaganda religiosa, deixando claro que o Bonde de Jesus estava no controle da área. Por isso, não havia espaço para qualquer outra coisa que remetesse à hegemonia do Comando Vermelho, incluindo as religiões de origem africana. O espaço, portanto, passou por um processo de remodelação cujo objetivo não foi apenas demarcar o território, mas mudar toda a dinâmica social das comunidades. Dessa forma, a sacralização das comunidades e a territorialização do TCP nas favelas cariocas só foram desenvolvidas por meio da construção de alianças e concessões entre os atores envolvidos na governança da (in)segurança no Rio de Janeiro. Note como nesse caso específico já é possível entender como essa situação do Rio expõe uma interação entre os agentes da (in)securitização de tal forma que eles foram se fundindo e passaram a incorporar os "refrões" característicos dessa interação, a partir da assimilação das particularidades da realidade imposta por cada um desses elementos (DELEUZE e GUATTARI, 1987).

Um dos primeiros exemplos disso se deu em 2008 quando Guarabu proibiu qualquer tipo de manifestação ligado às religiões de matriz africana, a partir daí ele ordenou o fechamento de terreiros, o uso de roupas brancas, guias etc. em todas as áreas dominadas ou sob influência do seu grupo, como o Morro do Dendê, na Ilha do Governador, Nova Iguaçu e Duque de Caxias,

²²“O apelido PQD fazia referência à passagem do traficante pela divisão de paraquedistas do Exército. Foi dispensado das Forças Armadas em 1997, quando se aproximou do tráfico na condição de fornecedor de armamentos, forma recorrente de parceria nas trajetórias criminais do Rio. Preso em 2000 por porte de armas de uso restrito das Forças Armadas, PQD ficou em Bangu 1, mas foi poupado da rebelião de 2002 liderada por Marcinho VP e Beira-Mar. Deixou o TCP para se aliar ao Comando Vermelho” (MANSO, 2020, p. 159).

na Baixada fluminense (EXTRA, 2008).²³ Em 2017, por exemplo, os registros de ataques a terreiros de Nova Iguaçu foram extensos e dois casos específicos chamaram atenção pelo fato terem sido ordenados, segundo investigações, pelo TCP. Ambos foram gravados e divulgados em redes sociais e veículos de comunicação. O primeiro caso é o de uma mãe de santo que foi obrigada a destruir todas as imagens e símbolos religiosos de seu templo. No vídeo o traficante utilizava palavras de ordem e agrediu verbalmente a vítima, associando a ação como uma forma de combater o “mal”. “Olha aqui meus amigos, a capeta chefe tá aqui, taca fogo em tudo. Quebra tudo! Quebra tudo! Apaga a vela, pelo sangue de Jesus tem poder, rebenta as guias toda. Todo mal tem que ser desfeito, em nome de Jesus!” Quebra tudo!” [...] Rebenta as guias desse demônio que tá aí.” Já no segundo vídeo o mesmo homem ameaça um sacerdote e o obriga a vestir uma camisa com a imagem de Jesus. Na ocasião ele alegou: “Que bandeira branca é essa? Bandeira aqui é o TCP, porra! Eu sou de Jesus Cristo. Primeiramente é Jesus, porra!” [...] Você não sabe desde o começo que o mano não quer mais macumba aqui!”²⁴

A partir desse exemplo específico já é possível notar como a sacro-securitização é colocada em prática, para o traficante evangélico do TCP o ataque aos terreiros se justifica sob o lema de batalha contra o mal contra o demônio, a violência diante disso é praticada enquanto uma tentativa de “desfazer” o mal. Quando o traficante alega que aquela violência que está exercendo sobre a mãe de santo tem como meta explicar o “demônio que ta ali” ele cita uma ameaça invisível ligada ao sagrado.

O que se tem então é que quando os (neo)pentecostais assimilaram a guerra contra o tráfico em meio à política de (in)segurança, eles a transformaram em uma guerra cósmica eles sacro-securitizaram questão ligadas ao imaginário religioso. Juergensmeyer (2019, p. 139-140, tradução minha) explica que a linguagem ou construção religiosa da "guerra cósmica" é geralmente explorada para fins políticos por aqueles que buscam uma justificativa moral para a violência. A partir disso, o autor mostra que, na maioria das vezes, essa "guerra cósmica" é mais do que apenas uma metáfora; “é o grande contexto no qual todas as lutas da vida, inclusive as políticas, fazem sentido. A guerra cósmica e a guerra real se tornam uma só”. Portanto, o que se pode notar é que a colaboração entre o Estado e as Igrejas com relação à "pacificação" das comunidades atribuiu um significado simbólico à política de segurança no Rio baseada na batalha espiritual: bem/mal, Deus/mal, guerra/paz. Essas dicotomias, amplamente utilizadas

²³ EXTRA. **Olheiro do Morro do Dendê confirma intolerância religiosa na favela**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/olheiro-do-morro-do-dende-confirma-intolerancia-religiosa-na-favela-481732.html>>. acesso em: 18 jul. 2023.

²⁴ O DIA ONLINE, **Intolerância: Mais um ataque a terreiro religioso**, YouTube: [2:11], 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0IEBX__2r4E> acesso: 16 jul. 2023.

durante o processo de pacificação, foram essenciais para a construção dos arranjos descritos nesta pesquisa e para o surgimento dos chamados "traficantes convertidos". Não só isso, o "modus militar" de controle construído com a pacificação, além de mudar as políticas de segurança, também alterou o modelo de ocupação do tráfico de drogas, especialmente o modo de gestão, que passou a ser muito mais estruturado em práticas de controle e vigilância (RODRIGUES, BRANCOLI e KALIL, 2018).

A partir disso, o que foi visto é que o processo de dominação instituído por Guarabu, em parceria com as milícias, não consistiu apenas em atos ostensivos de violência, mas na construção de um inimigo e na invocação de um ethos religioso. De acordo com Manso (2020, p. 206), "Guarabu deu um significado metafísico à sua luta. Ele era um 'bandido de Cristo' [...] colecionava Bíblias, tinha paredes pintadas com frases religiosas e tinha o nome de Jesus Cristo tatuado no antebraço direito." Esse "moralismo", segundo o autor, foi uma das razões da aproximação dos traficantes evangélicos com os milicianos. No entanto, vale ressaltar que esse não foi o principal motivo da afinidade entre as organizações, mas sim "a existência de um inimigo comum: o Comando Vermelho, considerado a representação do mal" (MANSO, 2020, p. 206).

Nesse ínterim, ressalta-se que Guarabu foi um dos primeiros a explorar essa "tolerância" do Estado com sua facção e passou a fazer acordos com policiais e milicianos para garantir o controle da comunidade, barrando, assim, uma possível tentativa de avanço do Comando Vermelho sobre o local. Logo no início de seu período de domínio na comunidade do Dendê, além de ter apoio de PMs locais como descrito anteriormente, o traficante teve como seu principal aliado o miliciano, Antônio Eugênio de Souza Freitas, o Batoré²⁵, ex-PM e braço direito do chefe do Escritório do Crime²⁶ Adriano Magalhães da Nóbrega. Dessa forma, durante o período que esteve no controle do tráfico na Ilha do Governador, Guarabu deu início a um arranjo que se espalhou por todas as outras comunidades do Rio de Janeiro, a "União 5.3" (sigla que faz referência a junção da milícia 5M com o TCP). Diante disso é possível observar que umas das principais características do exército de Guarabu foi, então, as conexões entre o lícito e o ilícito, entre o público e o privado e entre o secular e o sagrado.

A partir daí começa a construção do modelo de governança criminal que se expandiu pelo Rio. Lessing (2020, p. 2, tradução minha) explica que esse tipo de governança se distingue

²⁵ Batoré foi expulso da PM em 2005 após ser condenado por vender armas de fogo ao Grupo de Guarabu.

²⁶ Grupo de extermínio criado em 2009 pelos chefes da milícia que controlavam o bairro da Muzema e de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio. Um dos principais nomes por trás do grupo foi o ex-capitão do BOPE Adriano de Nóbrega.

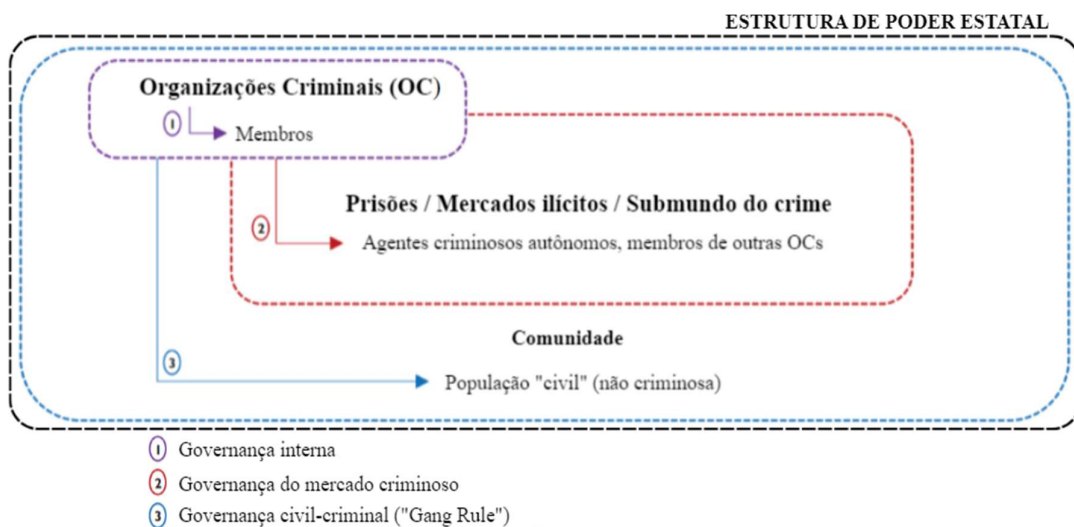
do modelo Estatal e rebelde pelo modo como ele é construído. Para o autor a governança criminal surge nos locais onde o Estado tem mais dificuldade de governar nos “bolsões de fraqueza estatal que, no entanto, são cercados e intermitentemente penetrados pelo forte poder do Estado, como prisões e bairros de baixa renda.” A governança criminal nasce então como um modelo de governança híbrida na qual atores não estatais começam a exercer funções estatais dentro de determinados territórios. Assim, arranjos de segurança e proteção passam a ser administrados através da relação ilícita entre atores estatais e não estatais. E o ponto chave desse tipo de governança é que ele não tem como fim gerar mais violência, mas controlá-la. Isso porque esses esquemas surgem como uma tentativa de gerenciar territórios marcados por disputas entre diferentes atores. Frequentemente associa-se a ascensão de modelos de governança híbrida a fraqueza e a perda da legitimidade do Estado em determinados locais (WILLIAMS, 2008). No caso carioca esses modelos surgem de um processo de concessão, o modelo de governança criminal descrito aqui surge como uma tentativa do Estado de evitar o avanço de determinados grupos do crime organizado sobre territórios estratégicos. São agenciamentos construídos a partir de uma política de (in)securitização (NOSSA, SUAREZ, PIMENTA, 2024; VILLA, DE MACEDO BRAGA, FERREIRA, 2021).

Logo, é válido destacar que a governança criminal não pressupõe o fim da governança Estatal nas comunidades. Peters (2011) explica que por mais que as instituições formais de um Estado possam falhar em determinados contextos, isso não implica dizer que elas perdem seu controle formal sobre determinadas temáticas, isso porque mesmo que funções de governança sejam delegadas a instituições informais, as instituições formais jamais perderão sua capacidade de recuperar o seu controle formal. O que acontece é que o Estado inicia um processo de renúncia parcial de seu monopólio legítimo da força (SASSEN, 2008). A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, por exemplo, pode falhar em suas políticas de gestão do crime organizado, contudo tal questão não significa dizer que o Estado perdeu a gerência sobre os chamados “territórios do tráfico”. Um exemplo disso são as operações em favelas, que demonstram que seja de forma pacífica ou violenta o Estado sempre vai estar dentro desses locais.

A partir disso, o que se nota é que esse modelo de governança não pressupõe a exclusão do poder estatal, ele o complementa e em muitos casos é facilitado através da construção de modelos colaborativos de gestão da “segurança”. Peters et. al (2012, p. 14) explica que o conceito de Governança colaborativa representa um “processo complexo através do qual uma pluralidade de atores sociais e políticos com interesses divergentes interagem para formular, promover e alcançar objetivos comuns através da mobilização, troca e utilização de uma série

de ideias, regras e recursos.” Logo, ao se analisar o caso específico do Rio foi exatamente isso que foi visto, a (in)securitização da violência atraiu diferentes atores que passaram a convergir em torno de um objetivo em comum que era combater o “inimigo”. Logo, por mais que a governança criminal “enfraqueça o monopólio do Estado sobre o uso da força” ela não está completamente oposta aos interesses do primeiro, pelo contrário existe uma relação de simbiose entre os dois modelos (LESSING, 2020, p. 14, tradução minha). Observe a figura abaixo:

Figura 2 - Quem é governado? Subtipos da Governança Criminal



Adaptado de: (LESSING, 2020, p.5)

Originalmente no modelo acima são delimitados os três níveis em que a governança criminal atua e quem ela governa em cada um deles. Porém a fim de ilustrar melhor como funciona a relação de simbiose entre o modelo criminal e estatal adiciona-se um novo nível que engloba todos os outros: a estrutura de poder Estatal. Não existe governança criminal fora da estrutura de poder do Estado. Note na figura 2 como a divisão entre essas estruturas são porosas ou como Lessing (2020) define, empíricas de modo que “os mecanismos de governança em um nível geralmente transbordam ou são deliberadamente estendidos a outros níveis” (LESSING, 2020, p. 5). Neste sentido, aplicando esse modelo para uma situação mais prática, o que se observa é o fato de que por mais que grupos armados tenham começado a dominar vários setores da atividade social, política e econômica em lugares onde a presença do Estado era baixa, como as favelas, isso não implica dizer que eles estabeleceram uma governança paralela ao Estado, mas em conjunto com ele de um modo “parasitário” (ARIAS, 2014; CEPIK e BORBA, 2011). Um exemplo disso é o próprio caso do TCP e das milícias. Como exposto, a relação que se

construiu entre o Estado e os membros do TCP foi menos beligerante marcada por arranjos de aplicação e evasão (*enforcement-evasion*) e aliança, por isso ter esse grupo dominando algumas comunidades era “menos problemático” para a segurança pública. Com as milícias a situação é semelhante, além de possuir um arranjo de integração com o Estado, Arias e Barnes (2017) explicam que o fato do miliciano ser parte do aparato estatal fizeram com que suas atividades ilegais, pautadas em grande parte na venda de segurança, fossem vistas como legítimas ou como um “mal menor” frente ao narcotráfico.

2.2 TERRITORIALIZAÇÃO DO TCP

A partir disso, antes de avançar na temática da territorialização é válido definir o que se entende aqui por território, para tal parte-se da concepção de Haesbaert (2004) e também de Deleuze e Guattari (1987) que explicam que território está relacionado ao poder, e não necessariamente ao “poder político”. Haesbaert (2004) explica que um território se desdobra a partir de relações de dominação e apropriação, Deleuze e Guattari (1987) de modo ainda mais específico explicam que um território se forma a partir de dois tipos de agenciamentos: maquínicos (relações sociais) e coletivos de enunciação (dispersão de símbolos). O processo de territorialização do TCP irá corresponder ao momento em que a facção começou a se projetar sobre territórios simbólicos, socialmente construídos através de relações entre grupos distintos. Logo, não estamos tratando de locais fixos com fronteiras definidas, os “territórios funcionais” como se entende no contexto jurídico.

O “exército de Guarabu” se expandiu, nesse sentido, através da união de forças entre duas organizações criminosas e o resultado disso foi a criação de uma complexa rede do crime na Ilha Governador. Assim, o TCP da Ilha passou a atuar desde a distribuição de drogas até cobrança de taxas por serviços diversos. No começo, por volta de 2008, Guarabu faturava apenas com a exploração do chamado "gatonet", o esquema rendia cerca de R\$ 1,4 milhão por ano depois disso, os negócios se expandiram para a cobrança de pedágio de motoristas, e ainda no mesmo ano, o “negócio” gerou por volta de R\$ 2,8 milhões (EXTRA, 2019).²⁷ Investigações revelaram que, entre 2013 e 2015, o criminoso arrecadava cerca de R\$ 27 milhões com extorsões semanais de motoristas de transporte coletivo como vans e kombis das 13 linhas que circulavam na Ilha, e havia criado uma espécie de secretaria de transporte do crime, cujo

²⁷ EXTRA. **Quem era Fernandinho Guarabu, o traficante que comandou por 15 anos a venda de drogas em uma favela no Rio**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/quem-era-fernandinho-guarabu-traficante-que-comandou-por-15-anos-venda-de-drogas-em-uma-favela-no-rio-23767558.html>>. acesso em: 22 set. 2024.

responsável era Batoré. O lucro da “União 5.3” era tão alto que foi descoberto que o grupo de Guarabu havia criado uma cooperativa de fachada, denominada de Shalon Fiel²⁸, para justificar os valores extorquidos dos motoristas (O DIA, 2019).²⁹ Como posto por Manso (2020):

Na narcomilícia do Dendê, cabia a Batoré coordenar as linhas de cerca de trezentas vans que circulavam na Ilha do Governador e cobrar as taxas dos motoristas. Policiais militares ainda pagavam pedágio ao grupo pela exclusividade da venda de gás na comunidade. Segundo investigações, Guarabu e Batoré também financiavam os “arregos” dos policiais do 17o Batalhão. Em decorrência das investigações sobre o esquema de vans e propinas em 2017, Batoré ficou preso por um mês, mas foi solto. Teve prisão novamente decretada, porém já havia sumido e se tornado foragido (MANSO, 2020, p. 204-205).

Além disso, segundo as investigações, a relação de Guarabu com PMs da região envolvia, além do tráfico de armas, concessões para exploração da venda de gás na Ilha. De acordo com informações da corregedoria do Rio de Janeiro, os policiais, um tenente e um cabo da reserva, pagavam ao traficante um “aluguel” de R\$60 mil por mês para gerir uma distribuidora de gás (EXTRA, 2019).³⁰

A partir disso, o que se observa é que o processo de dominação instituído por Guarabu, em parceria com as milícias, não consistiu somente em atos de violência ostensivos, era um negócio baseado na cooperação em termos econômicos e de proteção mútua. De acordo com Manso (2020), o Morro do Dendê era visto como um local estratégico não só para o mercado de drogas, mas também para o de armas dado sua proximidade à Baía de Guanabara que facilitava o acesso aos carregamentos vindos de barcos e navios. Diante disso, levando em consideração que a área também era uma zona de interesse do Comando Vermelho, a possibilidade de a região passar para o controle do CV colocaria em risco tanto os negócios do TCP quanto dos milicianos, logo a melhor saída foi a união entre os grupos pelo “bem dos negócios”.

Segundo Rita Abrahamsen e Michael Williams (2010, p. 95, tradução minha) um assemblage global de segurança é definido como “ordens institucionais complexas e multissetoriais onde uma série de diferentes agentes de segurança interagem, cooperam e competem para produzir novas práticas e estruturas de governança de segurança”. O modelo de

²⁸ Observe como a palavra que nomeia o estabelecimento carrega essa iconografia cristão e hebraica bastante utilizada pelos traficantes evangélicos.

²⁹ O DIA. **Guarabu e aliados montaram “exército” com cerca de 100 homens para controlar o Dendê | Rio de Janeiro | O Dia**, disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5657514-guarabu-e-aliados-montaram--exercito--com-cerca-de-100-homens-para-controlar-o-dende.html>>. acesso em: 22 set. 2024.

³⁰ EXTRA. **PMs eram milícia particular de Guarabu e pagavam “pedágio” ao traficante por venda de gás**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-eram-milicia-particular-de-guarabu-pagavam-pedagio-ao-trafficante-por-venda-de-gas-23770083.html>>. acesso em: 27 ago. 2024.

cooperação entre o tráfico, milícias, Igrejas e as UPPs pode ser classificado dentro dessa definição pelo fato de ter como principal objetivo a governança da (in)segurança no Rio de Janeiro. O legado de Guarabu, nesse sentido, correspondeu a continuação dessas relações e da manutenção da religiosidade nas cadeias de comando do TCP. Entre 2008 até 2019, ano da morte de Guarabu, o traficante fechou os dez terreiros que funcionavam na favela e encheu os muros da comunidade de trechos bíblicos (EXTRA, 2019)³¹.

Tal modelo de ação foi então assimilado por outros líderes do TCP de diversas favelas cariocas e a hegemonia do grupo foi estabelecida alinhada à lógica religiosa e às parcerias com milicianos e com o Estado. Um exemplo disso, é a relação que será construída entre os membros do TCP na Baixada Fluminense e a principal milícia da região: O bonde do Ecko. Segundo informações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), a aliança entre as duas organizações teve como principal objetivo enfraquecer o poder do CV sobre áreas próximas da Baixada e expandir o controle da milícia sobre esses territórios. Desde que selaram a parceria, em 2019, o grupo conseguiu ocupar territórios importantes do CV, na Vila Kennedy e na Praça Seca, na zona oeste. Além disso, de acordo com investigações feitas pela Delegacia de Repreensão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO), os dois grupos atuavam em conjunto no comércio de entorpecentes nas comunidades, dividindo os lucros das vendas. Para o Promotor do MP-RJ, Luiz Antônio Ayres:

Hoje, as milícias atuam no tráfico com franquias do TCP, que vendem drogas e repassam parte dos seus lucros. Mas há efeitos colaterais preocupantes. Com o domínio da milícia na zona oeste, os índices de criminalidade tendem a zero. Aí, a região deixa de ser um problema estatístico e sobram policiais para atuar em outros lugares do Rio. Com isso, os moradores passam a viver em um estado de narcomilícia (UOL,2019).³²

Os acordos construídos pelo Terceiro Comando Puro com agentes do estado tornaram a organização bastante poderosa, principalmente no quesito bélico. A associação de Guarabu com Batoré, por exemplo, facilitou que a organização tivesse acesso ao amplo estoque de armamento dos milicianos e por causa disso foram se expandindo por diversas regiões do Rio de Janeiro, em especial a Baixada. O poderio bélico do TCP foi, inclusive, inspiração para letras

³¹ EXTRA. **Quem era Fernandinho Guarabu, o traficante que comandou por 15 anos a venda de drogas em uma favela no Rio**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/quem-era-fernandinho-guarabu-traficante-que-comandou-por-15-anos-venda-de-drogas-em-uma-favela-no-rio-23767558.html>>. acesso em: 18 set. 2022.

³²UOL, **Milícia do Rio se une ao tráfico em guerra contra o Comando Vermelho**, disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/01/milicia-do-rio-se-une-ao-trafico-para-enfraquecer-o-comando-vermelho.htm>>. acesso em: 28 ago. 2023.

de músicas como a versão “proibidão” do funk “Rap das armas” de Cidinho & Doca. Na canção, lançada em 2007, os artistas destacam:

Pra subir aqui no morro até a BOPE treme / Não tem mole pro exército civil, nem pra PM / Eu dou o maior conceito para os amigos meus / Mas morro do Dendê também é terra de Deus / Vem um de AR15 e outro de 12 na mão / Vem mais dois de pistola e outro com 2oitão / Um vai de URU na frente, escoltando o camburão / Tem mais dois na reta-guarda, mas tão de Glock na mão / Amigos que eu não esqueço, nem deixo pra depois / Lá vem dois irmãozinhos de 762.³³

Por fim, o que se observa é que durante os 15 anos (2003-2019) em que Guarabu ficou no controle do tráfico do Dendê ele construiu uma extensa rede que envolvia milicianos e policiais da região em um esquema de proteção da comunidade. Manso (2020, p. 207) explica que foi a união em favor da dissolução do Comando Vermelho que colocou do mesmo lado todos esses grupos, e que “essa aliança ajudou as forças de segurança a controlar o crime sem prejudicar os negócios da milícia e do tráfico de drogas”. Apenas o CV [...] e os moradores dos bairros controlados pela facção saíram perdendo.” O sucesso da União 5.3 se deu então pelo fato de que “a estrutura dessa rede era mais importante do que os nomes por trás dos grupos. Alguns podiam ser mortos e presos desde que a aliança continuasse.” E os limites fossem respeitados (MANSO, 2020, p. 207). E foi exatamente isso que aconteceu, Guarabu foi morto pela polícia, em 2019, juntamente com Batoré, e operação que acarretou a morte dos dois foi desencadeada logo após a morte do major Alan de Luna Freire, membro setor de Inteligência do 17º BPM da Ilha do Governador, que investigava o grupo. Vale ressaltar que esse batalhão foi listado por ter membros que faziam parte da “rede de proteção de Guarabu”. Segundo Manso:

O major havia instalado uma câmera na casa onde Guarabu, Batoré e outros integrantes da quadrilha se encontravam, gravando imagens importantes para a investigação sobre drogas e corrupção policial. **O oficial foi executado em novembro de 2018, com mais de vinte tiros de fuzil, quando chegava em sua casa em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.** Batoré, o miliciano pistoleiro, foi apontado como suspeito. A polícia perdeu o controle do grupo. Não havia mais clima para a relação entre o grupo de Guarabu e os policiais (MANSO, 2020, p. 207-208, grifos meus).

Diante disso, o que se observa é que a rede de Guarabu terminou, mas seu exemplo de “gerência” não, tornando modelo para outros líderes do TCP, em especial o traficante Álvaro Malaquias de Santa Rosa, o Peixão. Destaca-se aqui que Malaquias não substituiu Guarabu na gerência da Ilha do Governador, sua trajetória foi bem mais ambiciosa e expansionista e teve como principal foco dominar áreas sob o controle do Comando Vermelho, projeto teve início

³³ ULTRA MUSIC, **Cidinho E Doca - Rap Das Armas (Original)**, YouTube: [3:36], 2009. disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rj-Q-cgG70I>>

bem antes da morte de "Fernandinho". Diante disso, depois da experiência no "Bonde" criado por Guarabu, Peixão passou a atuar ativamente na comunidade de Parada de Lucas, na Zona Norte, local cujo domínio já era do TCP. A partir daí, Malaquias começou a expandir seus domínios e colocar em prática o plano de construção do "Complexo de Israel". Seguindo a mesma lógica religiosa de Guarabu, Peixão fazia questão de expor sua crença e de demarcar seus territórios com mensagens bíblicas, e seu principal objetivo era "libertar o povo da Alta" (referência à comunidade de Cidade Alta, controlada pelo CV).

A história de Malaquias começa, então, na Baixada Fluminense, em especial em Duque de Caxias, local onde o traficante nasceu e se juntou ao "Bonde de Jesus". Foi na baixada que Malaquias se converteu e se juntou à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Portas Abertas, onde atuava como pastor. Segundo investigações da Polícia Civil, a instituição servia também como quartel general do Bonde de Jesus na Baixada e era uma das responsáveis por ordenar ataques às religiões de matriz africana na região (G1, 2019).³⁴ Nesse sentido, nota-se uma expansão da lógica iniciada na Baixada fluminense, como demonstrado por Machado (2018), da mesma forma que os autores religiosos acreditavam que Baixada era o local que emanava salvação enquanto a cidade era o local que precisava de resgate, Peixão entendia que a Zona Norte precisava ser inserida nesse processo de "resgate" por isso as expressões como: "libertar", "salvar" foram bastante utilizadas por ele durante o processo de invasão das comunidades dessa área. Além disso, durante a tomada de Cidade Alta o traficante disse em áudio que: "O mais determinado a lutar por esse bagulho aí abaixo de Deus é eu mesmo [...] esse projeto é meu pô, é meu com Deus" ([TL] SA:MP ÁUDIO, 2017). Veja como o dominismo está presente em suas palavras, isso porque ele construiu para si uma cruzada, se colocando como o predestinado a libertar aquele território.

Somado a isso ainda é possível notar como o discurso da "pacificação" se reflete nas palavras do traficante, principalmente por tratar os territórios de seu interesse como locais que precisavam ser salvos, aqui o "selvagem" era o traficante do CV, ele se torna a figura que precisa ser "neutralizada" e os locais dominados por eles se tornam para os traficantes do TCP, em especial Malaquias áreas que precisavam passar por um processo "civilizatório". Em áudio, que veio a público em 2017, e foi atribuído ao traficante, foi possível ver que para ele a tomada de Cidade Alta era pautada em uma lógica "pacificadora" e de tutela. No áudio o traficante dialoga com outra pessoa e diz:

³⁴ G1. **Com líder pastor, facção tem "quartel-general" em condomínio em Duque de Caxias, RJ**, G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/15/com-lider-pastor-faccao-tem-quartel-general-em-condominio-em-duque-de-caxias-rj.ghtml>>. acesso em: 5 set. 2022.

Muitos, muita gente perdeu seu espaço de viver tranquilo, de escolher o que fazer devido que tem essas regras malditas dessa facção imunda que vivem aí certo? [...] E a gente quer passar a luz que tem na nossa vida aqui para vida de vocês também, estamos querendo compartilhar na moral, se for necessário gastar algumas mil balas para isso, certo? ([TL] SA:MP ÁUDIO, 2017).

Os projetos do traficante começam, nesse sentido, a serem desenvolvidos já em 2016, sendo amparados pelas mudanças estruturais que estavam acontecendo no Rio de Janeiro, em especial, por causa da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). No capítulo anterior desta pesquisa foi destacado que um dos motivadores da política de “pacificação” no Rio, por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora, foi a pressão desses dois eventos internacionais e que em algumas comunidades, onde não foram instauradas as UPPs, o que foi realizado foi a substituição de facções como foi o caso de Vigário Geral, Cidade Alta entre outras. Tal projeto será, desse modo, a força motriz da expansão do TCP sobre os territórios do CV próximos à Parada de Lucas. Logo, a criação do Complexo de Israel só será possível por meio da união entre o Estado, milícias, o TCP e as Igrejas neopentecostais.

2.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO DO TCP: A HEGEMONIA DE PEIXÃO

O que se tem então é que a territorialização do TCP, bem como sua desterritorialização que será discutida a partir dessa seção esteve ligada às relações que essa facção estabeleceu com outros agentes para exercer poder sobre o espaço e assim conseguir realizar “funções” e produzir “significados” (HAESBAERT, 2004). Deleuze e Guattari (1987) abordam que a desterritorialização acontece de forma concomitante à re-territorialização. A expansão do TCP demandou a construção de novos agenciamentos estes por sua vez começaram a moldar a construção de novos territórios a partir dos existentes, será esse processo que veremos após a morte de Guarabu. Como posto por Haesbaert e Bruce (2002, p. 16):

Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização [...] Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado (HAESBAERT e BRUCE, 2002, p. 16).

A morte de Guarabu foi o fator que inaugurou a nova fase do TCP caracterizada pelo processo de desterritorialização do grupo. A partir daí, a facção deixa de se concentrar apenas em uma região e passa a se expandir por outros territórios, especificamente a Zona Norte. A

partir disso, é possível analisar o que o entrevistado 3 desta pesquisa chamou de expansão geopolítica do TCP. Segundo o entrevistado 3, essa fase pode ser dividida em três períodos: primeiro a implementação das UPPs, em 2008, segundo a invasão do Alemão, em 2010, e terceiro a disputa pelos territórios periféricos da Baixada e da Zona Norte, em 2014. Cada uma das etapas consistiu em um processo de sufocamento do Comando Vermelho por meio de uma lógica que uniu estrutura policial, estrutura miliciana e Terceiro Comando Puro. As duas primeiras etapas dessa expansão foram tratadas nos capítulos anteriores, a partir daqui será discutido de que forma essa terceira etapa ocorreu e como ela está inserida dentro de um processo de desterritorialização do TCP.

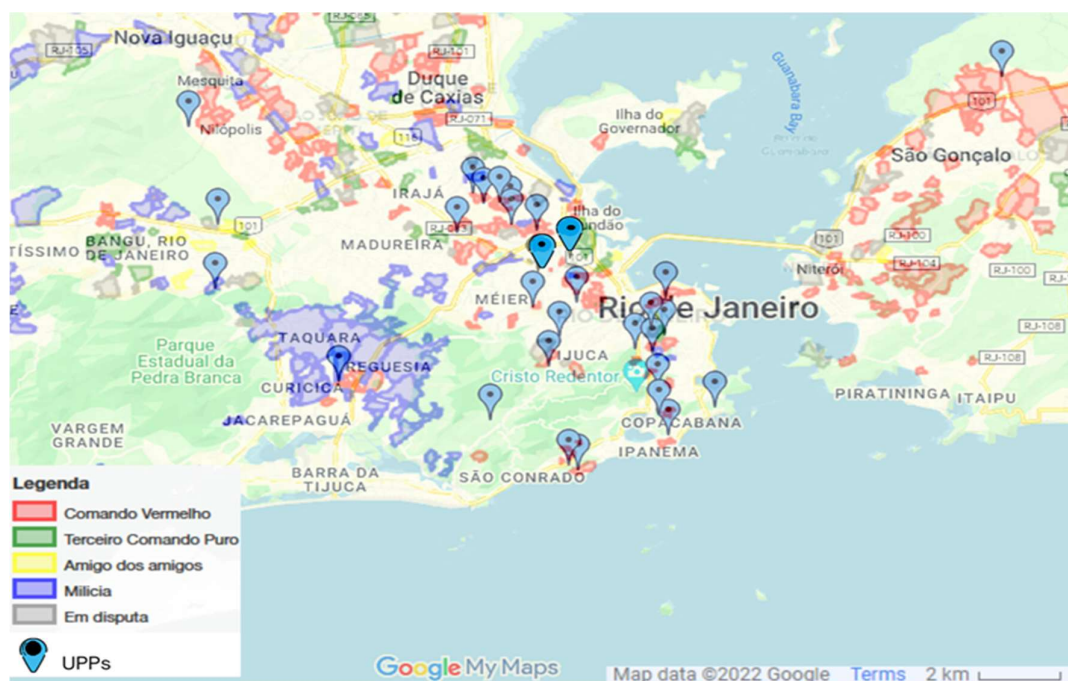
Dittmer (2014, p. 387-388, tradução minha) explica que a desterritorialização de um assemblage ocorre a partir de um processo de interação que abrange “a codificação de vários corpos de acordo com lógicas discursivas de inclusão e exclusão.” Dentro dessa lógica um assemblage se torna menos territorializado a partir do momento em que suas fronteiras deixam de ser tangíveis e se mesclam com as fronteiras de outros territórios, “interagindo uns com os outros de forma a produzir novas capacidades.” Diante disso, trata-se da expansão do TCP como um processo de desterritorialização pelo fato de que a partir dela essa organização irá construir novas conexões e um novo território (assemblage) por intermédio da interação com outros agentes, em especial as milícias e o Estado.

Quando Peixão deixou a Baixada para assumir o controle de Parada de Lucas, por volta de 2014, ele já iniciou seu projeto de unificação do TCP em conjunto com a segurança pública do estado do Rio. Até esse momento, o TCP já controlava uma das comunidades mais importantes da região, Vigário Geral, que passou para o domínio da organização em 2007, também com a interferência do poder público. A tomada de Vigário foi uma das maiores conquistas do TCP na Zona Norte, isso porque a comunidade está localizada nas proximidades das principais vias do Rio de Janeiro, através dela é possível chegar rapidamente na Dutra, Avenida Brasil, Washington Luiz e a linha vermelha (Mapa 2). Logo, quando o CV perdeu o controle da região perdeu também o acesso a rotas importantes para o tráfico (ENTREVISTADO 3, 2022).

O ano chave para a expansão territorial do TCP foi então 2014, ano em que ocorreu a Copa do Mundo do Brasil. Nessa ocasião, Peixão começa a tomar os territórios periféricos da Baixada Fluminense que passaram a ser foco de interesse CV, em decorrência da tomada policial das favelas da Zona Norte. Esse período foi caracterizado por intensos confrontos entre traficantes do CV e as UPPs. Aqui, a meta do Estado era expulsar o CV mediante toda a necessidade de se criar um ambiente “menos hostil” no Rio de Janeiro por causa dos eventos

esportivos internacionais. O avanço policial sobre áreas dominadas pelo Comando Vermelho foi uma ação explícita, tal fato pode ser observado no mapa abaixo que relaciona a presença de facções e os locais onde foram instaladas UPPs até 2015.

Mapa 1: Relação entre a presença de facções e os locais onde foram instaladas UPPs até 2015



Fonte: Adaptado de GENI/UFF (2019) e OLERJ (2015)³⁵

Nesse ínterim, em 2016, o processo de substituição das facções ganha mais força na Zona Norte e o TCP avança sobre o outro importante território do CV, Cidade Alta, um conjunto habitacional localizado no bairro de Cordovil na divisa com Parada de Lucas. Vale ressaltar que a região também possui localização estratégica para o tráfico. E não apenas isso, mas são áreas que circundam as principais zonas de acesso ao Rio de Janeiro (Mapa 2). Para Peixão o local era “uma terra boa” que com o plantio de boas sementes poderia dar bons frutos ([TL] SA:MP ÁUDIO, 2017). Durante o processo de invasão da comunidade o que chamou atenção foi a estratégia utilizada por Peixão. De acordo com indícios, antes de invadir definitivamente o território inimigo, Peixão mapeou toda a região utilizando drones.

³⁵ Ver: <<https://geni.uff.br/2021/03/26/mapa-dos-grupos-armados/>>
<<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>>

Em entrevista à rádio Escafandro, o Delegado Titular da Delegacia de Combate às Drogas (DCOD) - Marcus Amim - explicou que Malaquias usou estratégias típicas de forças especiais, algo pouco comum no tráfico de drogas. Além do uso de drones, ele infiltrou comparsas nos territórios alvos, “simulando alguns serviços de Uber e motoboy para conseguir mapear melhor junto com as imagens aéreas que ele estava captando.” Só depois desse processo que ele entrou na comunidade e uma de suas primeiras ações, no caso de Cidade Alta, por exemplo, foi a instalação de câmeras para poder monitorar local, já que ele não era muito íntimo daquela localidade e não tinha um conhecimento do terreno como ele possuía de Parada de Lucas e Vigário Geral (ESCAFANDRO#53, 2021).

Mapa 2: Zona Norte: conjunto habitacional de Cidade Alta



Fonte: The Intercept, 2017³⁶

Além da instalação de câmeras pelas comunidades, a ostensividade religiosa foi uma das etapas características de seu processo de invasão. Moradores da Cidade Alta e Vigário Geral relataram que durante a invasão do TCP umas das primeiras ações do grupo era extinguir qualquer símbolo que remetesse ao domínio do Comando Vermelho. A partir disso, trocaram os líderes das associações de moradores e iniciou-se um processo semelhante a um trabalho de evangelização. A doutrina (neo)pentecostal de Peixão foi então imposta sobre todos os

³⁶ Disponível em <<https://theintercept.com/2017/05/02/rio-de-janeiro-toma-conhecimento-de-guerra-na-cidade-alta-apos-cinco-meses-de-confronto/>>

moradores locais. Diante disso, religiões de matriz africanas foram obrigadas a encerrar suas atividades logo nos primeiros dias de ocupação. Por causa disso e outros atos, Peixão se tornou o primeiro traficante investigado por terrorismo. De acordo com o secretário da Polícia Civil do Rio, o delegado Felipe Curi, em entrevista à Folha de São Paulo: “O crime de terrorismo tem relação também com questões políticas ou religiosas. No caso do Peixão, sabemos que ele impõe uma ditadura religiosa, ele não permite certos tipos de crenças ou religiões. Ele expulsa pessoas que possuem religiões afro” (FOLHA S. PAULO, 2025).³⁷ Wagner Junior, era babalorixá em Cidade Alta e explicou em entrevista à rádio escafandro, que quando o TCP tomou a comunidade, em 2016, três dias depois da invasão completa ele recebeu a visita dos novos traficantes em seu terreiro que o notificaram que ele estava proibido de fazer “macumba” na comunidade, e caso ele insistisse a área seria invadida e tomada dele (ESCAFANDRO#53, 2021). No capítulo anterior foi citado um trecho de um áudio atribuído a Malaquias no qual ele criticava o fato de que quando Cidade Alta estava sob o controle do CV “muita gente perdeu seu espaço de viver tranquilo, de escolher o que fazer” por causa do que ele chamou de “regras malditas” do CV. Entretanto, dias após a tomada do local o traficante colocou em prática seu manual ético listando uma série de proibições aos moradores como foi supracitado ([TL] SA:MP ÁUDIO, 2017). Em um outro áudio vazado, também atribuído a Malaquias, foi possível verificar que o que Peixão esboçava era uma “ética” de contraposição às atitudes que eram associadas ao CV, inclusive no que tange ao comportamento religioso. No áudio, o traficante fala:

Você acha que ficar por aí roubando bolsa de pão das velhinhas igual os caras ficam é uma parada maneira? A gente não faz como o Comando Vermelho por nada deste mundo. O menor não está aqui para ser usado e morto pela gente, não. O menor tá aqui pra ser instruído, para ser ensinada a nova doutrina e ir lá onde ele é cria e fazer a diferença. (...) A partir de agora e para sempre, a Cidade Alta é Terceiro Comando Puro, bonde dos taca bala, exército do Deus Vivo! Lá de Israel! (TAB UOL, 2020).³⁸

Outro aspecto importante da tomada de Cidade Alta foi a participação das forças estatais no processo de invasão e de manutenção do TCP na área. Menos de um ano após a tomada da Comunidade pelo TCP houve uma invasão do Comando Vermelho na tentativa de retornar à área. Na ocasião o CV reuniu um verdadeiro exército e o resultado foi um confronto violento

³⁷ **PM retira estrela de Davi do alto do Complexo de Israel no RJ; veja.** Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/03/pm-retira-estrela-de-davi-do-alto-do-complexo-de-israel-no-rj-veja.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

³⁸ TAB UOL. **Nação de Jesus: Fuzis ungidos e grafite gospel em muros da comunidade: para facção do Rio, a lei do tráfico é a lei de Deus**, 2020. disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/nacao-de-jesus/>>. acesso em: 29 jul. 2022.

que “fechou” a comunidade, a facção reuniu em torno de cento e trinta membros de sete comunidades diferentes e utilizou-se de granadas e fuzis. Para tentar dificultar a entrada da polícia no local, o CV incendiou nove ônibus e dois caminhões, bloqueando o acesso na Avenida Brasil e na Rodovia Washington Luiz (O GLOBO, 2017)³⁹. Mesmo assim, a polícia interveio e enviou membros do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), do 16ºBPM (Olaria) e do 22ºBPM (Maré) para “solucionar” a problemática, o resultado foi a prisão em massa de membros do Comando Vermelho. No relatório divulgado pela PMERJ, ao todo foram presas 45 pessoas, 32 fuzis, 11 granadas e 4 pistolas, todas do Comando (THE INTERCEPT, 2017).⁴⁰ A ausência de prisão de membros e armamentos do TCP foi um fator que chamou atenção no conflito em Cidade Alta e a suspeita principal era de que a PM estava ajudando a facção no local. Esse fato se tornou ainda mais notável quando houve o vazamento de um áudio, acompanhado de uma denúncia anônima, nas redes sociais, que informava que um grupo de policiais teria recebido R\$ 1 milhão para transportar traficantes do TCP de volta à comunidade, dentro do “Caveirão” (veículo blindado usado pela PM) (EXTRA, 2017).⁴¹

O processo de desterritorialização representa, desse modo, a construção de novos “agenciamentos” por parte do TCP (DELEUZE E GUATTARI, 1987). E o que chama atenção é que esses agenciamentos não foram apenas maquínicos (relações sociais) e coletivos de enunciação (dispersão de símbolos) eles também foram feitos a partir da utilização de recursos técnicos, como câmeras e drones, utilizados para mapear vigiar os novos territórios e atacar territórios rivais. Em 2024, por exemplo, imagens divulgadas na internet e gravadas pelos traficantes do TCP mostraram o uso de drones para lançar granadas sobre áreas dominadas pelos CV na comunidade do Quitungo em Brás de Pina (G1, 2024).⁴² Nesse período, as políticas expansionistas de Peixão fizeram com que os limites de seu domínio e suas alianças se tornassem difíceis de mensurar. Durante a gestão de Guarabu, por exemplo, tinha-se que seu território era a Ilha do Governador com influência direta na baixada e em algumas comunidades da Zona Norte. Com Peixão definir o que era ou não território do TCP era quase impossível

³⁹O GLOBO. **Invasão na Cidade Alta expõe o crime cada vez mais organizado no Rio - Jornal O Globo**, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/invasao-na-cidade-alta-expoe-crime-cada-vez-mais-organizado-no-rio-21299312>>. acesso em: 27 jul. 2022.

⁴⁰THE INTERCEPT, **Rio de Janeiro toma conhecimento da guerra na Cidade Alta após cinco meses de confronto**, The Intercept Brasil, disponível em: <<https://theintercept.com/2017/05/02/rio-de-janeiro-toma-conhecimento-de-guerra-na-cidade-alta-apos-cinco-meses-de-confronto/>>. acesso em: 18 set. 2022.

⁴¹EXTRA. **PM investiga se policiais colocaram bandidos em caveirão para retomar a Cidade Alta**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-investiga-se-policiais-colocaram-bandidos-em-caveirao-para-retomar-cidade-alta-21308066.html>>. acesso em: 27 jul. 2022.

⁴²Ver: G1. **Polícia Civil investiga o uso de drones para monitorar e lançar granadas em comunidades do Rio; VÍDEO**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/08/video-bandidos-usam-drones-contra-rivais-no-rio.html>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

pois as fronteiras físicas e simbólicas de seu “império” estavam em constante expansão e não era possível estipular o que fazia ou não parte dela. Tal fluidez acabou representando de certa forma uma ameaça à Peixão uma vez que sem a existência de barreiras e acordos bem definidos para proteger seus domínios a organização estava mais exposta a confrontos. Nesse ínterim, tal período não só se torna o ápice da expansão do TCP como o momento em que Peixão mais se aproxima da prisão. Em um dos casos o traficante foi perseguido e quase preso em cerco realizado na Avenida Presidente Dutra.⁴³ Entretanto, nenhuma das ofensivas as quais foi exposto limitou sua estratégia e seus planos de unificação.

A partir daqui já é possível verificar a atuação em conjunto de quatro agentes diferentes: Estado, milícias, Igrejas e tráfico em prol do suposto projeto de pacificação. Assim, trata-se o traficante (neo)pentecostal do TCP como o produto desse processo ou a quarta agente que surge dentro de um projeto de securitização da violência orientado pelo Estado. Ao se realizar, neste capítulo, uma atenta análise do papel da religião (neo)pentecostal enquanto ferramenta no processo de ocupação simbólica do estado nos chamados “territórios do crime” chama-se atenção para como essa aglutinação entre Estado e Igrejas influenciou diretamente a alteração do modus operandi dos narcotraficantes do TCP que se expandiram congregando toda a lógica disseminada pelo processo de “pacificação”. Note, como esse fato está alinhado à lógica de construção de um assemblage de (in)segurança principalmente no que tange a ideia de conexões entre agentes heterogêneos que (re)produzem novas ordens baseadas na (in)segurança.

Além disso, já é possível notar como a governança criminal de Peixão mescla traços desses processos. Como citado anteriormente, o avanço do TCP no Rio de Janeiro foi beneficiado pela “tolerância” que o Estado tinha frente a essa organização porque eles sabiam negociar e de certo modo reconheciam seu lugar nas dinâmicas de poder construídas. Além disso, o fato de a facção ter como principal rival o CV fez com que ela se alinhasse aos interesses do Estado frente a políticas de segurança pública dentro do padrão definido pelo popular provérbio árabe “o inimigo do meu inimigo é meu amigo.” No que tange a religião, também foi exposto que a religiosidade foi algo explorado dentro do TCP como um diferencial ao “antigo tráfico” para conseguir também legitimidade nos territórios conquistados. Logo, a governança instituída por Malaquias, baseada em parcerias com o Estado, milícias e Igrejas nada mais é que o reflexo de um longo processo de ocupação das comunidades construído pela segurança pública do Rio de Janeiro.

⁴³Ver:<<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/31/saiba-quem-e-peixao-chefe-do-complexo-de-israel-que-mistura-assistencialismo-com-violencia.ghml>>

CAPÍTULO 3: CONGREGAÇÃO DOS MODELOS DE GOVERNANÇA RELIGIOSA E CRIMINAL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA: O COMPLEXO DE ISRAEL

Não existem declarações individuais, nunca existiram. Todo enunciado é o produto de um conjunto maquínico, em outras palavras, de agentes coletivos de enunciação (entenda “agentes coletivos” não como povos ou sociedades, mas como multiplicidades) (DELEUZE e GUATTARI, 1987, p. 3).

A partir desse capítulo discute-se a (re)territorialização do assemblage de (in)segurança que começou a ser construído em 2008 com as UPPs. Estado, milícias, tráfico e Igrejas passam, assim, interagirem dentro de um único território (assemblage), inaugurando um modelo de (in)segurança baseado na ostensividade religiosa, assistencialismo, “ética criminal”, ampla capacidade bélica e monitoramento espacial. Dittmer (2014) explica que um assemblage se torna mais ou menos territorializado de acordo com a fluidez de suas fronteiras. Assim, quanto mais concentrado forem as interações, entre agentes e objetos, em um só território maior sua territorialização. A (re)territorialização do Complexo, desse modo, corresponde à construção das fronteiras dominadas pelo TCP de Malaquias. Destaca-se aqui que esse processo não terminou e ainda está em expansão, contudo dentro dos territórios tomados por Peixão, na zona norte, barreiras físicas foram construídas e o processo de delimitação territorial foi definido por meio da utilização de diversos recursos não humanos. Todas as entradas das comunidades que compõem a área, por exemplo, estão tomadas por barricadas, diante disso, para entrar no local é inevitável o contato com os narcotraficantes do TCP. Além disso, de acordo com o entrevistado 1 desta pesquisa em termos de segurança: “se por acaso eles desconfiam que alguém tá passando mensagem eles pedem para ver” (ENTREVISTADO 1, 2022). Segundo um ex-morador da região:

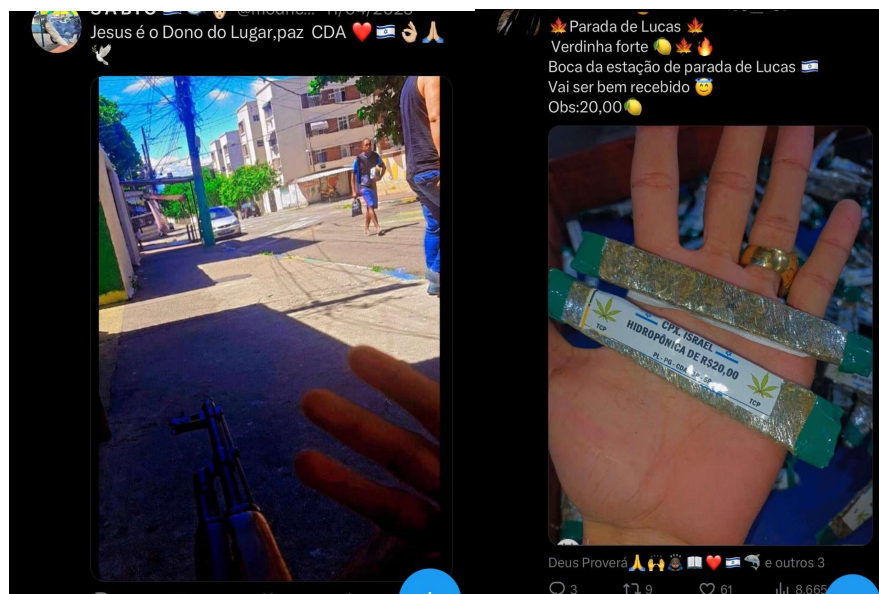
O complexo de Israel está cercado por todas as entradas por barricadas e para entrar na comunidade é inevitável contato com os narcotraficantes do TCP. Quando eu cheguei no final da rua, já na Avenida Brasil, olhei pelo retrovisor as motos estavam paradas atrás, olhando para ver para onde ia. Então hoje não vai, se não conhece ninguém lá, até conhecendo fica um pouco complicado de você entrar lá. E se tiver com roupa de santo alguma coisa, vai sofrer opressão (ESCAFANDRO#53, 2021).

Com o avanço da pandemia em 2020, o policiamento nas comunidades foi reduzido. Fator que facilitou o processo de invasão de diversas comunidades no Rio de Janeiro. Foi exatamente diante desse cenário, que Malaquias avançou sobre vários outros territórios da Zona Norte como: Cinco Bocas e Pica-pau. Assim, a união dessas duas regiões com as outras três controladas pelo traficante, Parada de Lucas, Vigário e Cidade Alta, origina-se o território que

será denominado por ele como Complexo de Israel, área que abriga mais de 130 mil moradores. A partir daí Peixão passa a controlar seu novo “império” através de uma lógica (neo)pentecostal. Dentro desse contexto, a simbologia Judaico-Cristã foi aos poucos tomando conta do novo território, bandeiras de Israel foram levantadas em vários pontos do novo Complexo, juntamente com passagens bíblicas que encheram os muros das comunidades. Em Cidade Alta, por exemplo, foi instalada uma torre com a estrela de Davi no topo que pode ser vista em um raio de 2,5Km. Logo, o objetivo era mostrar que aquela região, muito além de pertencer ao TCP, pertence ao Exército de Arão (nome de origem hebraica que significa “pai dos mártires”), nome pelo qual Malaquias passou a denominar seu grupo.

Desse modo, Malaquias, assim como vários outros narcotraficantes do TCP, possui e prega um senso de moralidade deturpado. Em seus territórios apenas cristãos podem professar sua religiosidade, em detrimento das religiões de matriz africana, que não são permitidas. Costa (2023) explica que o "Líder Arão" como gosta de se intitular não permite o uso e comercialização de crack em seus domínios, mas acabou se estabelecendo como o “rei da erva”, já que a maconha, especialmente de cultivo hidropônico se tornou um dos produtos de destaque do Complexo de Israel. Em áreas do TCP, também não são permitidos roubos ou furtos. Bailes funks se equilibram entre grandes cultos e shows gospels. Vigílias são realizadas antes de missões de risco e palavras como “livramento” são utilizadas para situações de vitória. Além disso, frases como “Jesus é o dono desse lugar” marcam os muros dos territórios pertencentes ao grupo. A partir disso, Costa (2023, p. 110) demonstra como a religião pode ser utilizada como fronteira simbólica para delimitar os espaços e demonstrar para aqueles que estão de fora “quem é o dono e senhor daquele lugar”.

Imagem 1: Prints de tweets que mencionam o Complexo de Israel



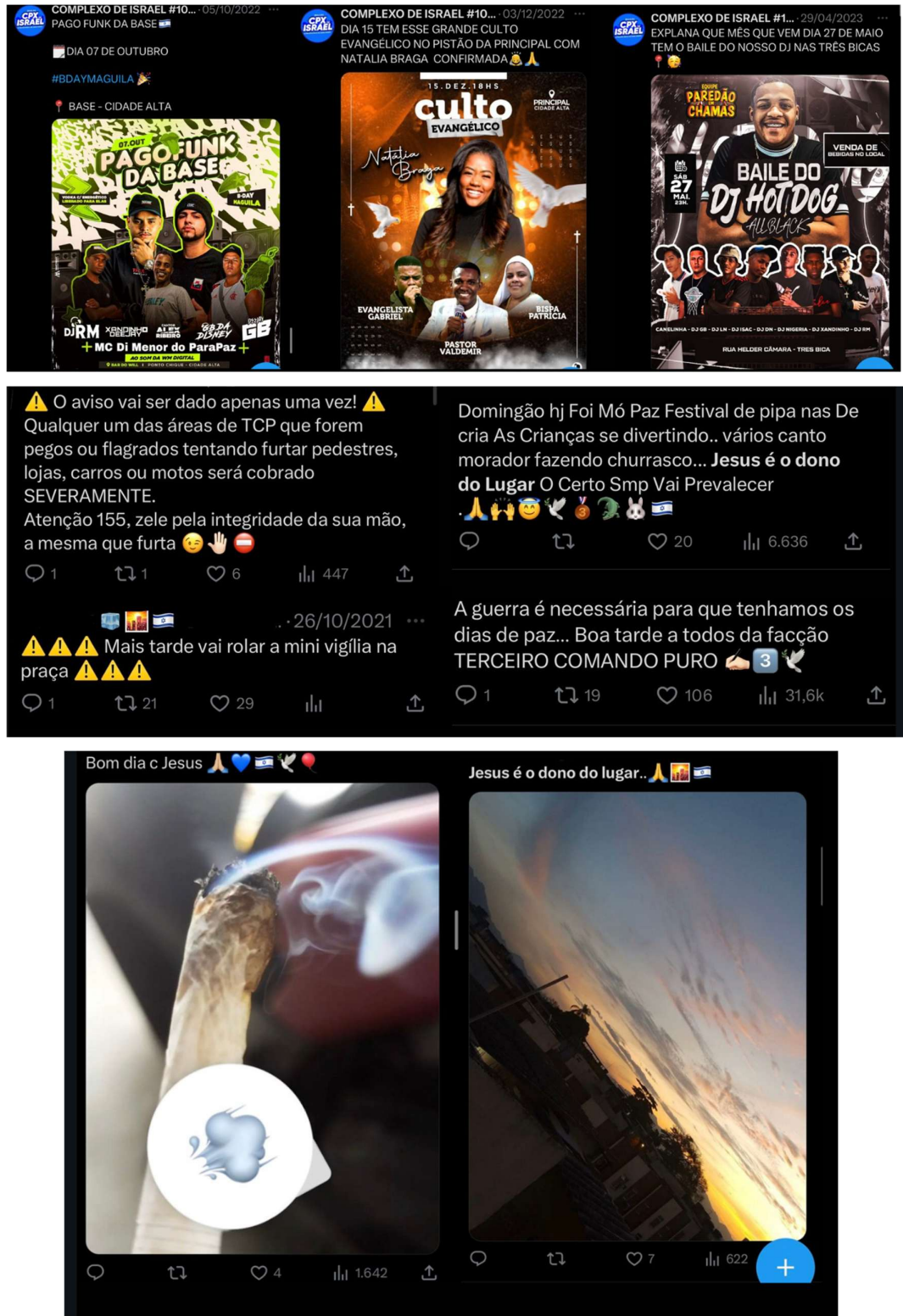
Bom dia com Jesus..



Fonte: Twitter (X)

Note então, como essa situação ilustra mais uma vez a superação de dicotomias entre realidades, a sacralização do espaço das comunidades não interpôs a exclusão do secular, demonstrando, assim, que sacralizar um território não indica eliminar a presença daquilo que se considera mundano. Demerath (2007, p. 68, tradução minha) argumenta que "as manifestações sagradas podem refletir forças seculares e vice-versa" e que mesmo os movimentos mais conservadores e "fundamentalistas" podem não ser irrevogavelmente religiosos como se costuma noticiar, isso porque, segundo o autor, "muitos dos seus membros têm uma agenda predominantemente secular que é ajudada pela legitimação religiosa."

Imagem 2: Montagem com prints de Tweets sobre ou de traficantes do TCP



Fonte: Twitter (X)

O caso específico analisado no Rio de Janeiro prevê exatamente isso, uma tensão entre elementos heterogêneos que passaram a negociar entre si para coexistirem, dando a entender a existência de um inimigo comum. Dado tal pressuposto, o que se tem é que o Estado usou as Igrejas (neo)pentecostais, que já tinham uma certa influência no cenário político do Brasil, na política de (in)securitização e através disso construiu pontes entre realidades e agentes distintos.

3.1 RE-TERRITORIALIZANDO O COMPLEXO DE ISRAEL

O caso exposto acima é então um exemplo de um processo de glocalização e de sacro-securitização pelo fato de diversos elementos terem sido fundidos, construindo um modelo de (in)segurança baseado na ostensividade dos traficantes evangélicos que “protegem” territórios contra o “mal” ou mais precisamente contra o retorno do Comando Vermelho e seus “demônios” - vistos como um inimigo externo. Costa (2023) explica que essa dinâmica pode ser identificada em diversas comunidades “pentecostalizadas” na zona norte carioca nas quais “o outro é expulso de seus territórios sob domínio da facção que estabelece e organiza sua terra prometida” (COSTA, 2023, p. 109). Nota-se assim, que a religiosidade nas comunidades cariocas não criou apenas pontes “entre” realidades, ela criou um novo território, re-territorializado a partir da construção de fronteiras que tiveram como objetivo separar e sinalizar os locais onde o “novo tráfico” ou os “convertidos” atuam.

Diante disso tem-se uma das primeiras características do processo de re-territorialização do TCP: o uso de símbolos religiosos, algo que se classifica como uma continuação do processo iniciado a partir da UPPs. Da mesma forma que o Estado promoveu o processo conhecido como “demonização dos santos” o avanço do TCP sob os territórios ocupados pelo CV também teve como característica essa substituição de símbolos. Segundo a entrevista de um ex-morador de Parada de Lucas à rádio escafandro, quando o bando de Peixão invadiu Cidade Alta ele promoveu um serviço de limpeza “tirando a imundice” que para eles representava o CV. Diante disso, imagens de santos também foram retiradas das comunidades, assim como outros elementos associados às religiões de matriz africana (ESCAFANDRO#53, 2021). Para o delegado Marcus Amim, a religiosidade extrema é algo que chama muita atenção no modo de ação de Peixão, sendo uma das formas que ele usa para se justificar entre os moradores das comunidades que domina. Entretanto Marcus ressalta que a violência é também algo bem característico de Malaquias:

Ele tem um viés sanguinário, mas é também uma pessoa muito religiosa. Ele é

evangélico por convicção e dentro do núcleo da organização criminosa comandada por ele, eles se tratam com nomes bíblicos e ele se autointitula Arão. E a região que ele domina, composta por essas comunidades que eu citei anteriormente, ele chama de Complexo de Israel. “Ele acredita também que espalhando seu domínio ele ta espalhando também a palavra de Deus. Ele acha que está fazendo além, obviamente, de expandir os seus negócios está fazendo um bem para aquela população. Como se libertasse aquela população, como foi feito na época com Israel ele realmente acredita naquilo que ele prega (ESCAFANDRO#53, 2021).

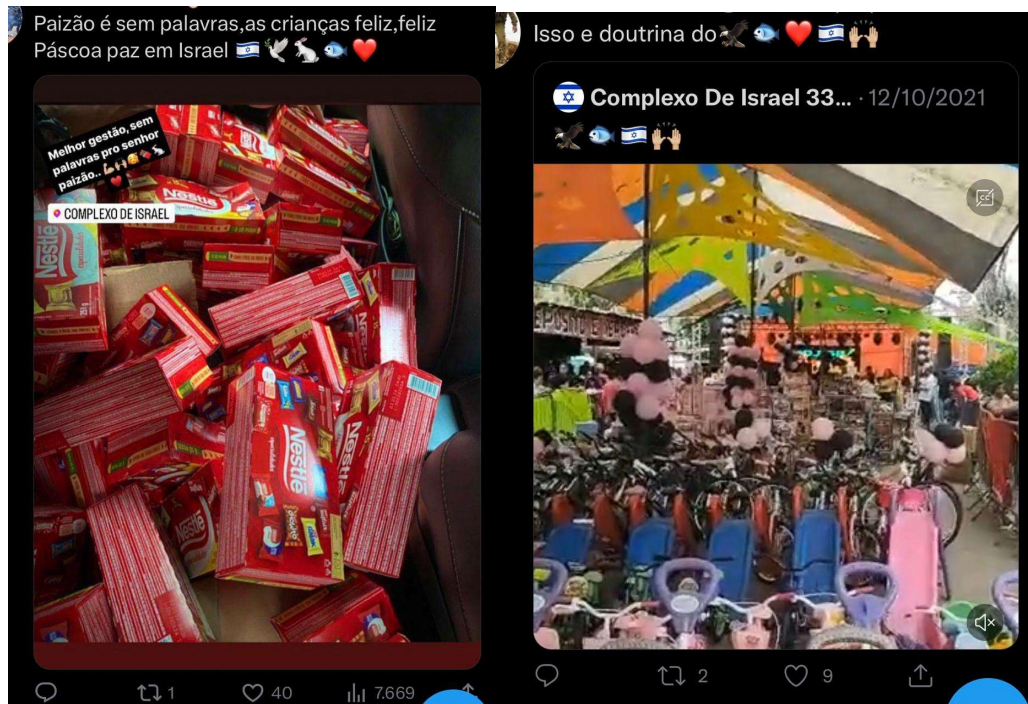
Assim, dentro desse processo de re-territorialização do Complexo foi possível observar algumas características importantes, o primeiro ponto é o fato de que mesmo com amplo poderio bélico peixão não baseia sua estratégia de domínio somente na violência, logo há toda uma tentativa de legitimação. Da mesma forma que as UPPs se utilizaram de um discurso pautado na dicotomização da luta entre o “bem” versus “mal”, Malaquias também construiu a narrativa do TCP baseado nessa contraposição entre o novo/amigo e o velho/inimigo tráfico - representado pelo CV. Como foi citado no capítulo anterior, Peixão tinha essa necessidade de diferenciar seu modus operandi daquilo que era tido como comum entre narcotraficantes. Em um áudio enviado a moradores do Complexo, Malaquias deixa claro essa característica, na ocasião o traficante alegou: “Se você falar com pessoas facciosas do CV, vão dizer que nós é só coisa ruim. Mas se tu falar com alguém que gosta de ti, vão te falar o que tamo fazendo de bom aqui. União maneira, povo feliz” [...]. A partir daí é possível observar como o traficante utiliza-se do termo “facciosas” para se referir ao CV, diferenciando o TCP do que se entende como facção. Tal fato demonstra como o assistencialismo e o discurso religioso passaram a ser instrumentos nessa tentativa do traficante de se legitimar frente aos moradores, no mesmo áudio Peixão finaliza: “o que eu posso te falar é que a gente aqui é puro, não fechamos a porta para ninguém. Se você estiver com seu coração puro e transparente e quiser estar aqui, posso até te amar, te deixar pesado”. “Mas você vai ser um em meio a centenas armados” (ALESSI, 2021). O delegado Marcus Amim explicou que a tentativa de conquistar a população é uma etapa importante dentro do processo de dominação coordenado por Peixão:

Na Cidade Alta, no início da sua ocupação, ele faz um forte assistencialismo porque já estava enraizada a facção criminosa rival (CV). Então ele faz um forte assistencialismo, troca a presidência da Associação de Moradores, bota alguém mais próximo a ele e entra com assistencialismo muito forte: Gás, remédio, provendo cesta básica, justamente para conquistar a população. Aí, a partir do momento que ele consegue conquistar a população, que a população aceita a presença de pessoas estranhas, aí ele consegue realmente conquistar aquele território (ESCAFANDRO#53, 2021).

Outro exemplo desse assistencialismo do traficante foi a construção de uma ponte circular para ligar duas comunidades dentro do Complexo: as favelas Cinco Bocas, em Brás de

Pina, e Pica-pau, em Cordovil. A obra, realizada em 2021, não contou com dinheiro público e além de facilitar a locomoção dos moradores entre as comunidades se tornou mais um reflexo dessa união entre as áreas do Complexo. Isso porque antes da ponte ser construída as duas áreas eram ocupadas por facções rivais, logo não era interessante um canal de acesso rápido entre elas, assim para chegar a um dos lados era necessário seguir pela Avenida Brasil (G1, 2021)⁴⁴.

Imagem 3: Eventos assistencialistas promovidos por Peixão no Complexo de Israel



Fonte: Twitter (X)

Diante disso, tem-se de forma mais explícita, a partir de 2021, o desenho das fronteiras dominadas pelo TCP. Dessa forma, as características que representam os domínios dessa facção se tornam tangíveis. Dentro e fora do complexo, o TCP passou a ser reconhecido por características importantes dentre elas: os traficantes evangélicos, associação com milicianos, parcerias com o Estado e a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. A expansão do Complexo de Israel foi sustentada, assim, pela política iniciada a partir das UPPs e o sucesso dessa conquista esteve atrelado a construção de acordos importantes com agentes do estado e principalmente com milícias.

⁴⁴ G1. **Traficantes do Complexo de Israel erguem ponte para circular entre favelas e evitar vigilância policial**, G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/19/ponte-traffic-complexo-de-israel.ghtml>>. acesso em: 23 ago. 2022.

Se a territorialização de assemblagens depende da concentração das interações entre agentes dentro de um território o Complexo de Israel se apresenta enquanto o exemplo máximo da re-territorialização do TCP, isso porque os “amigos” e “inimigos” aqui já foram definidos e as conexões formadas dentro desse território seguem padrões específicos. E dentro desses padrões a construção de alianças é ponto chave. De acordo com informações reveladas pelo Jornal O Globo, em 2020 os traficantes do Complexo de Israel teriam pago, em apenas uma semana, R\$ 175 mil em propina para policiais corruptos que atuam em batalhões da região (O GLOBO, 2024)⁴⁵. Além desse caso, Peixão selou acordos importantes com milicianos de áreas próximas como forma de garantir um cerco contra qualquer tentativa do CV de tomar comunidades vizinhas à área, como é o caso da parceria com milicianos Quitungo, em Brás de Pina. Com o novo acordo, Peixão passaria a coordenar o tráfico no Quitungo e Guaporé, enquanto os milicianos gerenciariam seus negócios voltados para prestação de serviços e “segurança”. O TCP até o momento não conseguiu controlar os dois locais de forma completa e a área continua em disputa. Destaca-se aqui que a comunidade do Guaporé está situada a menos de 1km do Morro do Sereno, no Complexo da Penha, área de domínio do CV, (O DIA, 2021)⁴⁶. Outra parceria importante dentro desse processo foi o possível acordo entre Peixão e o substituto de Guarabu no Morro de Dendê, o traficante Marcos Vinicius dos Santos, conhecido como Chapola. Segundo investigações da Polícia Civil, Chapola teria se convertido e estaria utilizando a mesma estrutura de governança de Peixão no Dendê o que também significa a continuidade da forma de governança criada por Guarabu. Sendo assim, a partir desses casos já é possível notar como a religiosidade, a princípio exercida por Guarabu, se expande com Peixão, sendo passada para outras lideranças do TCP tornando-se, assim, uma característica geral da facção (O DIA, 2021).⁴⁷

3.2 OSTENSIVIDADE E (IN)SEGURANÇA: A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA (NEO)PENTECOSTAL DE PEIXÃO COMO REFLEXO DA PACIFICAÇÃO

⁴⁵ Ver: **Complexo de Israel: em uma semana, traficantes pagaram R\$ 175 mil em propina a policiais corruptos**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/10/27/complexo-de-israel-em-uma-semana-trafficantes-pagaram-r-175-mil-em-propina-a-policiais-corruptos.ghtml>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

⁴⁶ O DIA. **Peixão também fez aliança com a milícia | Rio de Janeiro | O DIA**. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6065455-peixao-tambem-fez-alianca-com-a-milicia.html>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

⁴⁷O DIA. **Complexo de Israel pode ganhar força com aliança na Ilha do Governador | Rio de Janeiro**. 2021 disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6065439-complexo-de-israel-pode-ganhar-forca.html>>. acesso em: 15 ago. 2024.

O uso do capital simbólico judaico dentro do Complexo é uma das principais marcas de Malaquias. Diante disso, vale ressaltar, que essa característica, reproduzida pelo traficante, é um traço disseminado pela doutrina (neo)pentecostal seguida por ele. Dessa forma, o processo de dominação exercido por Peixão não se restringe a violência física, mas segue a lógica iniciada pela UPPs baseada na dominação dos “corpos e das almas” em processo civilizatório e de tutela estabelecido pelos militares. A estrutura religiosa construída por ele no Complexo se reproduz dentro dos dogmas propostos pelas doutrinas (neo)pentecostais. O resultado disso pode ser claramente visto no Complexo de Israel. O evangelho e as “boas novas” foram espalhadas nos muros da comunidade e marcam quem é o “dono daquele lugar” onde o “velho tráfico” já não tem mais o controle e assim prova-se o suposto sucesso da política de pacificação ou da famigerada guerra contra o tráfico (VITAL DA CUNHA, 2015; MACHADO, 2018, 2016, 2013). E essa noção de “guerra” como exposto nos capítulos anteriores também é uma justificativa para explicar o “sucesso” das UPPs e dos arranjos criados a partir dela. Vásquez e Marquardt (2003), ao fazerem uma análise sobre a relação entre as Gangues de El Salvador e dos Estados Unidos com Igrejas pentecostais narram que:

Embora a reterritorialização do pentecostalismo seja apresentada na linguagem do controle e do amor fraterno, essa linguagem inclui frequentemente imagens vívidas de guerra. A luta para construir um novo eu e uma nova comunidade assume os contornos de uma guerra cósmica contra o mal, uma conflagração maniqueísta que coloca Deus e os seus exércitos [...] contra Satanás e os seus lacaios (VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003, p. 136).

O que se observa é que os símbolos utilizados por Peixão reproduzem o discurso dispensacionalista adotado por grande parte dos (neo)pentecostais. Tal termo, segundo Maynard (2016, p. 29), prega uma ideia de interpretação literal dos ensinamentos bíblicos propostos no Velho Testamento. Para os dispensacionalistas a história humana está traçada na bíblia e não há como fugir do que foi definido. “Mesmo as manifestações mais modernas do dispensacionalismo, conhecidas como dispensacionalismo clássico ou normativo, progressivo e ultra dispensacionalismo, não abrem mão da compreensão de que o tempo é determinado pela administração da vontade Divina.” Esses ordenamentos proféticos, chamadas por eles de “dispensações” são divididas em sete, mas três se tornam destaque aqui: Israel, o povo judeu e a Igreja/fé.

Tal aglutinação foi exemplificada quando a Polícia Civil invadiu a casa de Peixão em Parada de Lucas, em 2021. Durante a operação foi encontrado na área externa do imóvel um painel com uma pintura reproduzindo parte da cidade de Jerusalém. Peixão não estava no local

quando a polícia chegou, e segundo uma moradora, em entrevista à rádio escafandro, após a operação Peixão se reuniu com “seus soldados” em roda e “oraram, agradecendo a Deus por não terem caído na batalha” (ESCAFANDRO#53, 2021; EXTRA, 2021)⁴⁸. Em 2024, uma outra operação policial, denominada “Operação Êxodo” desencadeada pela Polícia Civil, encontrou um “resort de luxo” pertencente à Peixão em Parada de Lucas, o local, além de possuir um lago artificial, tinha uma área de lazer com uma academia. E o que chamou atenção foi que por todo o imóvel havia estrelas de Davi estampadas em todos os lados e objetos da casa (UOL, 2024).⁴⁹

Assim, para os apoiadores desse conceito, Deus construiu uma aliança especial e incondicional com Israel, mais especificamente com Abraão. Por causa disso, essa nação sempre será um povo especial para Deus e no dia do “juízo final” receberá sua bênção. Outro ponto importante é que dentro dessa vertente a salvação está condicionada à fé.⁵⁰ Os que creem nessa doutrina serão salvos. Diante disso, o dispensacionalismo se organizou em torno da valorização do Estado de Israel o que fez com que muitas igrejas protestantes adotassem sua matriz religiosa. Tal fato, segundo Maynard (2016, p. 72) foi visto pelos (neo)pentecostais como uma chance de libertação. Por meio da apropriação da simbologia judaica, dentro da doutrina cristã, esses grupos passaram a ter “material necessário para a sua proposta religiosa de se munir do sagrado, sem que com isso fosse necessário buscar o capital simbólico vinculado ao catolicismo romano, ato que seria considerado idolatria.” Segundo o autor, esse processo colaborou também para a demonização das religiosidades afro-brasileiras, isso porque:

“Nesse momento, os capitais simbólicos de religiosidade de matriz africana foram identificados como co-responsáveis pelos males vivenciados pelos fiéis. As abordagens dos grupos neopentecostais apresentavam os problemas vivenciados pelos seus fiéis como sendo causados por esses capitais simbólicos afro-brasileiros. Expressões como ‘encosto’ ou correntes de libertação dos ‘trabalhos de macumba’, entre outras, demonizaram esse capital, conduzindo-os para outra utilização dentro do campo pentecostal” (MAYNARD, 2016, p. 72).

⁴⁸ EXTRA. **Evangélico, traficante que criou “Complexo de Israel” em favelas do Rio pintou cidade de Jerusalém no muro de casa**, Extra Online, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/evangelico-trafficante-que-criou-complexo-de-israel-em-favelas-do-rio-pintou-cidade-de-jerusalem-no-muro-de-casa-24974259.html>>. acesso em: 23 ago. 2022.

⁴⁹ UOL. **Polícia acha “resort” de luxo do traficante Peixão no Rio; veja vídeo**. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/10/10/policia-acha-resort-de-luxo-do-trafficante-peixao-no-rio-veja-video.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

⁵⁰“Uma das compreensões da utilização do capital simbólico judaico no ‘campo’ neopentecostal estaria associada a princípios de ‘retorno’ ao Antigo Testamento e a ‘austeridade’ que buscaria um distanciamento da identidade hegemônica, impressa nos padrões de sagrado apresentados pelo catolicismo romano. Entre as várias razões que explicariam a aproximação das denominações neopentecostais ao judaísmo, podemos assinalar o ‘retorno’ dos protestantes como um todo ao denominado Antigo Testamento em marcada oposição às diretrizes da Igreja Católica Apostólica Romana. Dizendo de outro modo, a leitura de versículos da Bíblia hebraica levaria quase que naturalmente à incorporação de trechos da liturgia judaica nos cultos dessas igrejas, bem como a utilização dos símbolos judaicos” (MAYNARD, 2016, p. 55)

Dentro dessa lógica os (neo)pentecostais começaram a mesclar esses símbolos judaicos com a vertente cristã. Ao promover a aproximação dos fiéis com Israel, mais especificamente dos símbolos que a representam, essas instituições passam a pregar que “eles são o povo escolhido” de Deus. Esse processo se torna ainda mais evidente no Brasil através do exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus e de sua famosa réplica do Novo Templo de Salomão (NTS) inaugurado em 2014, em São Paulo. Diante desse fato é possível verificar como essa vertente evangélica vai conquistando seu público através da promessa da salvação, por meio da reprodução dos símbolos que representam a “terra prometida” ou “nova Jerusalém”.

Aqui é importante chamar atenção para o fato de que essa não foi uma mudança espontânea, mas um processo construído através da interação entre elementos heterogêneos. Quando se trata da construção de assemblages de (in)segurança é válido lembrar que eles surgem a partir de encontros e trocas entre agentes no decorrer de determinadas políticas, do encontro entre multiplicidades que (re)produzem refrãos capazes de (re)territorializar espaços. Nos capítulos iniciais foi explicado que a valorização de Israel já era evidente entre os setores militares brasileiro, posteriormente alcançou atores religiosos através do que Maynard (2016) chamou de “judaização” das Igrejas (neo)pentecostais, essas Igrejas por sua vez amplamente utilizadas no processo de “pacificação” começaram a alterar o modus-operandi do crime organizado através de um poder pastoral (FOUCAULT, 2008). Com isso temos traçado o perfil dos “traficantes evangélicos do TCP” moldado através da perspectiva evangélica que ensinou a seus fiéis que o caminho da salvação jamais seria alcançado em um “terreiro” tudo isso atrelado a uma política de sacro-securitização implementada pelo Estado dentro um projeto civilizatório contemporâneo.

Antes de iniciar a discussão de porque o Complexo de Israel se projeta enquanto um assemblage global de (in)segurança é válido discutir o papel da religião nesse processo dado sua capacidade de atrair diferentes realidades e agentes para atuar em conjunto, de modo a construir pontes entre universos distintos. Para compreender tal ponto, assim como posto por Vásquez e Marquardt (2003, p.37, tradução minha), é necessário entender a globalização como processo que vai muito além de um fluxo de ideia, pessoas e bens, mas algo composto por “práticas e estruturas organizacionais de atores territorializados, como os migrantes, o Estado e as igrejas.” Logo a globalização não é simplesmente uma questão de dominação ou homogeneização, ela corresponde a um processo de "resistência, heterogeneidade e a negociação ativa do espaço, do tempo e da identidade nas bases" (, p. 3, tradução minha). Dado tal pressuposto qual seria então o papel da religião no processo de globalização? Ao considerar

a religião como um “espaço transnacional”, Sheringham (2010) descreve que seu papel é muito importante quando se analisa sua capacidade de desafiar dicotomias construídas entre o global e o local, moderno e tradicional, sagrado e profano. Ela ajuda a conectar essas realidades que foram dicotomizadas pela modernidade e desestabilizadas pela globalização. Ou como posto por Vásquez e Marquardt (2003), a religião é:

uma fonte fundamental de matérias-primas simbólicas na construção de identidades e mundos de vida contemporâneos, misturando-se frequentemente com outros artefatos culturais de formas que desafiam as dicotomias entre o sagrado e o profano, entre o local e o global, e entre o moderno e o tradicional (VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003, p. 48, tradução minha)

Nesse íterim, um estudo que mescele a globalização e a religião deve partir do que se chama de “lugares intermediários” (*in-between spaces*). O que os autores que estudam essa relação descrevem é que a Igreja ou Instituição religiosa tem a capacidade de representar de forma literal uma zona fronteira, um espaço capaz de gerar conexões diretas entre dois ou mais lugares se colocando com uma ponte que os liga (SHERINGHAM, 2010; VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003; SASSEN, 2018). O que se tem é que diante da globalização, o Estado-Nação já não possui mais a capacidade de limitar a religião dentro de suas fronteiras físicas, assim como, não consegue conter outros atores como, por exemplo, o próprio crime organizado. Mas o que chama atenção aqui é que essa superação fronteira não ocorre sempre de um modo literal. É uma superação simbolicamente construída, uma vez que a religião tem a capacidade de recuperar a visibilidade nas cidades, definidas como “espaço secular por excelência” ou “o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concretas e localizadas” (VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003, p. 45; SASSEN, 1998, p. 25). A religião cria novos territórios dentro de territórios, possibilitando o encontro entre culturas distintas. A partir disso ela possui uma capacidade desterritorialização (difusão e mobilização entre os agentes para solução de uma problemática específica) e reterritorialização (recentramento das redes criadas em locais específicos de uma comunidade) que lhe agrega a capacidade de criar novos espaços, simbolicamente delimitados, e onde se exerce uma soberania pastoral sobre os corpos e as almas (FOUCAULT, 2008; VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003).

Costa (2014) se apropria do conceito “religião vernacular” para explicar que essa religiosidade (neo)pentecostal que tomou conta das comunidades no Rio representa a noção de que a religião se faz da forma como “ela é vivida pelos sujeitos” (PRIMIANO, 1995; BOWMAN e VALK, 2014). Então, é preciso enxergar a religiosidade aqui não como algo abstrato, mas como múltiplos processos e práticas religiosas que se projetam a partir de

expressões verbais, comportamentais e materiais (PRIMIANO, 1995). O (neo)pentecostalismo nas comunidades cariocas incorporou à rotina desses locais e a partir disso se tornou uma religião fluida “em contínua formação pondo também em risco as fronteiras entre a religião e a não religião, entre o sagrado o profano: sacralização do secular ou a secularização da religião que se forma e se integra nas novas experimentações” (COSTA, 2023, p. 105). Note então como a globalização gerada pela religião pressupõe a invasão do local no global, do sagrado no profano de um modo que todas essas realidades passam a coexistir criando novas formas de territorialidade marcadas pela interação entre elementos distintos.

Diante desse processo, “as redes religiosas transnacionais” se fazem essenciais por sua capacidade de construir pontes “entre as mensagens universais de salvação e as necessidades existenciais particulares e entre as lógicas abrangentes das organizações translocais e os discursos e práticas de congregações específicas” (VÁSQUEZ e MARQUARDT, 2003, p. 57, tradução minha). A partir disso, como posto por Vasquez e Marquardt (2003, p.57, tradução minha), “o conceito de ‘glocalização’ ou ‘localização global’ fornece uma ferramenta útil para compreender a capacidade da religião para construir essas pontes.” A escolha desse termo que, é uma síntese da união entre as palavras “localização” e “globalização”, se deu pelo fato que através dele é possível explicar que o processo de globalização em si não corresponde “a homogeneização, o apagamento de culturas, línguas e religiões autóctones, como argumentam alguns críticos”. Pelo contrário, a glocalização é marcada por tensões entre esses elementos heterogêneos, e em meio a essas disputas a única via viável é a negociação (KHONDKER, 2018; VASQUEZ e MARQUARDT, 2003, p.57, tradução minha). Diante disso, em algum momento o sagrado pode se sobrepor ao profano ou o local sobre o global, mas isso não implica dizer que as outras realidades serão apagadas ou excluídas, elas continuaram naquele local e de algum modo ainda vão exercer alguma influência naquele cenário.

3.3 O “COMPLEXO” DE ISRAEL COMO UM ASSEMBLAGE GLOBAL DE (IN)SEGURANÇA

Dado que o global não implica necessariamente em algo externo além das fronteiras físicas de um território, o assemblage global de (in)segurança que se formou no Rio de Janeiro é marcado pelo que Ong e Collier (2007) chamaram de “formas globais” capazes de se assimilarem a novos ambientes, codificando “contextos e objetos heterogêneos”. Assim, essa heterogeneidade de elementos é então o que congrega o Complexo de Israel como um assemblage global de (in)segurança, um território formado dentro de um projeto de

(in)securitização da violência nas comunidades, onde o público se une ao privado, ao lícito, ilícito e ao sagrado e profano dentro de um contexto globalizado a partir de relações que estendem para além das fronteiras de um território. Um território que por si só desafia essa divisão entre o micro/macro. Manson (2001) em seus estudos sobre “teoria da complexidade” faz uso da definição “complexidade agregada” para explicar como surgem modelos complexos a partir da união entre elementos individuais. Assim como os “sistemas complexos”, os assemblages também são definidos a partir de interações. Por causa disso, de acordo com Dittmer (2014, p. 391), ambos estão abertos para influências externas uma vez que se projetam a partir de “relações de exterioridade”, sendo assim eles “excedem a soma de suas partes”. Delanda (2006, p. 15, tradução minha) explica que a teoria dos assemblages pode ser resumida em dois pontos principais: primeiro, os assemblages são compostos por partes “auto subsistentes e articuladas por relações de exterioridade, de modo que uma parte pode ser destacada é transformada num componente de outro assemblage”. Segundo ponto, todo assemblage tem duas dimensões: na primeira são definidos os papéis que seus componentes vão desempenhar, e esses papéis são variáveis e podem ser mais expressivos ou puramente materiais. Na segunda dimensão estão os processos em que esses componentes estão envolvidos estes por sua vez podem estabilizar ou desestabilizar a identidade de assemblage através de movimentos de territorialização e desterritorialização.

De forma geral o que se tem é que assemblages são construídos por relações multi-escalares. Então categorizar algo enquanto um assemblage global de (in)segurança é uma tentativa de entender processo e o resultado da união entre diferentes elementos ou agentes se encontram de forma contingente para lidar com questões securitárias. Logo, um assemblage global de (in)segurança pode ser traduzido enquanto um local que capta o encontro entre agentes que são ao mesmo tempo globais/nacionais/públicos e privados. “Estruturas híbridas que habitam em contextos nacionais, mas que se estendem para além das fronteiras nacionais em termos de atores, conhecimentos, tecnologias, normas e valores” (WILLIAMS, 2015, p. 134). De modo geral, assemblages desafiam dicotomias através do encontro de realidades. No caso dos assemblages globais de (in)segurança esse encontro ocorre através da desmontagem parcial do estado (*State disassembly*) que sede sua exclusividade, seu monopólio no que tange a governança da (in)segurança para que outros atores possam atuar no campo (WILLIAMS, 2015; ABRAHAMSEN e WILLIAMS, 2009, SASSEN, 2008).

A partir do momento em que se entende o Complexo de Israel como um território que aglutina cada uma das etapas aqui descritas é possível descrevê-lo enquanto um exemplo de assemblage global de (in)segurança. Um local arraigado por conexões entre agentes diversos

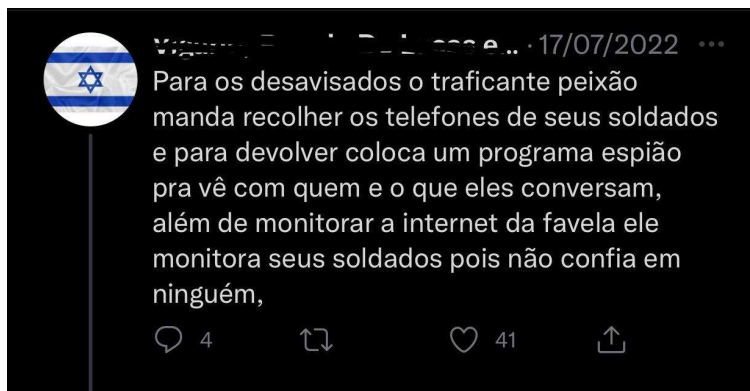
que (re)produzem novas ordens, resultantes da interação entre recursos humanos e não-humanos. Para entender isso é necessário considerar que a forma de governança instituída por Peixão e pelo TCP em diversas regiões do Rio de Janeiro seja na Baixada ou na zona norte, oeste, não foi algo espontâneo, e sim resultado do processo de (in)securitização das favelas, promovido pelo Estado, no qual não se houve o cuidado em manter uma separação entre os campos de segurança interna e externa. O crime foi transformado em guerra e dentro desse discurso todas as medidas se tornaram válidas à medida que o inimigo fosse combatido. Esse processo pode ser descrito como a securitização da violência nas comunidades cariocas (BALZACQ et al, 2010; BIGO, 2001; 2008).

O complexo de Israel é nesse contexto, um assemblage global de (in)segurança porque ele reflete essa construção. Peixão é um líder que pratica a ostensividade em seus territórios e vive sob o dilema relacional da segurança, amigo versus inimigo. Em suas próprias palavras ele diz que sua política “é recuperar e instruir a fazer o que é certo. E ensinar aos menor uma nova doutrina.” Ele se diz motivado por uma “guerra”, uma batalha, que se reproduz nas comunidades cariocas de forma física e no campo espiritual, uma vez que ele assume lutar contra o “avanço do mal” em um projeto dele com Deus ([TL] SA:MP ÁUDIO, 2017). Ele é um traficante que pratica atividades rotineiras do tráfico, mas que agregou a prática de sacro-securitização a essas atividades construindo, assim, sua “terra prometida” um espaço intermediário que surge enquanto reflexo da política de (in)securitização da violência no Rio de Janeiro.

Uma sacro-securitização porque ele com seu narcopentecostalismo promove uma repressão contra os moradores das comunidades em que domina sob justificativa de estar lutando uma guerra espiritual que ameaça seus domínios, uma guerra contra o mal. A ameaça dentro do Complexo deixa de ser apenas o traficante rival, mas um poder invisível que precisa ser combatido com orações e vigílias e controle religiosos. Peixão justifica sua intolerância e violência contra adeptos de religiões de matriz africana como uma tentativa de afastar o demônio. A ameaça que ele diz existir não pertence ao que se entende enquanto mundo real, mas ao imaginário religioso e mesmo assim ele criou estratégias de (in)segurança para lidar com essa ameaça, como por exemplo proibindo que as pessoas manifestem ou utilizem símbolos que fazem referências a práticas afro-religiosas. Logo, a sacro-securitização reproduzida pelo Malaquias reflete a que foi implementada pela política de pacificação, na qual a segurança espiritual se tornou pauta de segurança através de uma política de demonização dos santos. Os narcopentecostais sacro-securitizam seus territórios quando eles os marcam com passagens e símbolos religiosos com o intuito torna-los sagrados e de blindá-los contra o mal,

quando eles ditam regras de comportamento e agem com ostensividade contra aqueles que não professam seus dogmas. Quando se construiu a guerra cósmica construiu a sacro-securitização porque a partir dela o mal, o diabo se tornaram também uma ameaça que precisava ser combatida e eliminada por meio de um processo de sacralização.

Imagem 4: Prática ostensiva realizada por Peixão no Complexo



Fonte: Twitter (X)

Esse caso é então um exemplo de superação daquilo que Bigo (2013, p. 181-182) chamou “de a falsa distinção entre níveis (homem, Estado e guerra), assim como o privilégio do Estado e do sistema interestatal sobre a ação humana”. Nenhum agente no caso específico do Rio de Janeiro teria sucesso se não estivessem atuando e interferindo em realidades distintas - capturando elementos de cada uma delas no decorrer dessas interações. Esses autores podem pertencer ao local e ao global, podem ser seculares e sagrados, públicos e privados e até lícitos e ilícitos dependendo das ligações que eles estabelecem. De forma sucinta sua localização em termos espaciais é fluida e varia de acordo com os movimentos que eles fazem dentro de fronteiras, vistas como “lugares nos quais os rastros da passagem, da tradução, das lutas e das alianças entre atores são mais obviamente visíveis” (BIGO, 2013, p. 188).

Tal questão, como posto por Vásquez e Marquardt (2003, p. 199), "permite que as organizações produzam bens culturais "híbridos" que não são nem estritamente globais nem locais." Tanto Guarabu, quanto Malaquias foram convertidos por instituições com amplas conexões globais, a Assembleia de Deus Ministério de Portas Abertas, igreja que Peixão pregava, por exemplo, é uma rede com filiais em mais de 60 países.⁵¹ Sua experiência dentro

⁵¹Ver: **Portas Abertas: QUEM SOMOS**. Portas Abertas. Disponível em: <<https://portasabertas.org.br/sobre-nos/quem-somos>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

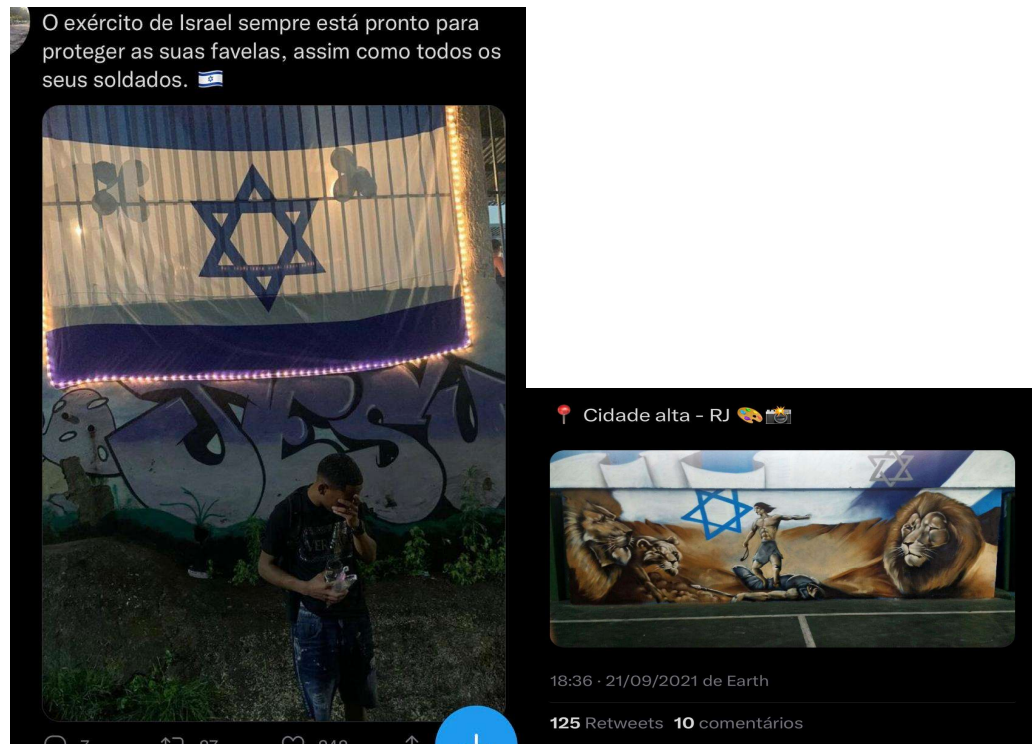
do Ministério de Portas Abertas não só influenciou seus atos de intolerância contra as religiões de matriz africana, mas sua própria percepção religiosa, que foi moldada de acordo com a vertente dispensacionalista dessa instituição.

E isso é o que Saskia Sassen (2008) denomina de "assemblages globais", conjuntos que desagregam as noções tradicionais de territorialidade do nacional. Logo, os arranjos formados entre os atores "da pacificação" no Rio de Janeiro não podem ser, exclusivamente, taxados enquanto locais ou globais, públicos ou privados, sagrados ou profanos e lícitos e ilícitos. Eles são um pouco de cada. O caso específico do Rio ilustra como determinadas formações políticas e culturais podem atravessar fronteiras e localidades de modo a construir novos territórios, seja por meio das tensões entre elementos heterogêneos ou do processo de glocalização.

O que se notou foi que a pressão dos eventos internacionais levou o Estado a colocar em prática uma política de segurança pensada para o exterior dentro de solo nacional. Como uma das etapas desse processo, em locais em que as forças de segurança não conseguiram atuar diretamente por intermédio das UPPs, o Estado construiu caminhos intermediários: a associação com as milícias, narcotraficantes do TCP e as Igrejas (neo)pentecostais, o encontro entre esses agentes vai gerar então refrãos que por sua vez vão se projetar no Complexo de Israel.

Nos capítulos iniciais desta pesquisa foi reforçado que o Estado de Israel era visto nos setores militares brasileiros como um *Hub* na área de defesa - um modelo a ser seguido. Depois vimos como as Igrejas (neo)pentecostais, usadas no processo de pacificação, começaram a passar por um processo de "judaização" que se refletiu no tráfico. Logo, Israel não está representado apenas no nome do conjunto de favelas que se formou na Zona Norte, mas também está presente nas técnicas de ocupação e gestão de territórios utilizadas pela PM e pelos traficantes do TCP, nas armas utilizadas por ambos (fuzis TAR-21) e no dispensacionalismo dos (neo)pentecostais.

Imagem 5: Capital judaico presente no Complexo de Israel



Fonte: Twitter (X)

Assim, se as cidades são constituídas por dinâmicas, simultaneamente, localizadas e globalizadas, as comunidades cariocas são espaços de tensões entre várias realidades cujo resultado foi a criação de um assemblage global de (in)segurança. E isso só foi possível porque esses agentes souberam interagir com não-humanos, com o espaço físico, formando um modelo de assemblage que tornou possível a construção de soluções, pautadas em leis não tradicionais e em uma forma de governança criminal, para lidar com os problemas securitizados pelo Estado (LESSING, 2022; ACUTO e CURTIS, 2014). Logo, a partir da troca de concessões entre os atores da pacificação, o inimigo (Comando Vermelho) começou a ser combatido, ou pelo menos expulso dos territórios alvos dessa política.

3.3.1 Re-territorialização do Comando Vermelho e desterritorialização das milícias?

A longo dessa pesquisa mostrou-se que a política de “pacificação” promoveu uma redução dos domínios do Comando Vermelho, permitindo assim a territorialização de outros grupos do crime organizado como o TCP e as milícias, especialmente na baixada fluminense e na zona norte. Entretanto, em 2022, as milícias começaram a sofrer um processo de fragmentação interna ou desterritorialização causada por desentendimentos e trocas nas cadeias

de comando após a morte de líderes importantes como, por exemplo, o miliciano Wellington da Silva Braga, o Ecko. Tais fatores permitiram que o CV começasse a avançar sobre os territórios que antes eram ocupados por elas especificamente na zona oeste na região de Jacarepaguá. Entre 2006 e 2021 as milícias foram o grupo do crime organizado que mais cresceu em termos de expansão territorial, com um crescimento 387,3% (HIRATA et al. 2021). A partir de 2023 a situação se transformou, e o que se viu foi a desterritorialização do grupo e a re-territorialização do CV. Entre 2022-2023 o Comando Vermelho foi a única facção criminosa a expandir seu controle territorial com o aumento de 8,4%, com isso a organização passou a controlar 51,9% de todas as áreas sob domínio do crime organizado, ultrapassando as milícias que controlam 38,9% (HIRATA e COUTO, 2024)⁵².

Um ponto importante a ser reforçado nesse processo é o histórico do TCP, de acordo com os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados (HIRATA e COUTO, 2024, p. 38), entre 2017 e 2023 o grupo foi o mais vitorioso entre todos os demais envolvidos no crime organizado, isso porque eles aumentaram seus domínios em 64,7% e dentre todos os territórios perdidos apenas 62 não foram recuperados. Já foi explicado aqui que a territorialização de um assemblage depende do nível de proximidade das partes que o compõem, no caso das milícias nota-se uma fragmentação de alianças, fator que enfraqueceu sua capacidade de agenciamento e favorece o avanço do CV. Em relação ao TCP, ainda é possível afirmar que o grupo se mantém territorializado principalmente na Zona Norte.

Destaca-se que em 2024, as comunidades que formam o Complexo de Israel foram palco de diversos confrontos entre traficantes do TCP e do CV, porém em nenhuma das investidas o Comando Vermelho saiu vitorioso. Em uma das tentativas de invasão o CV utilizou sua “equipe tática” denominada “tropa do urso”. A tropa tem como líder o chefe do Complexo da Penha, Edgar Alves de Andrade, conhecido como “Doca” ou urso.⁵³ O foco do grupo é a invasão de territórios, e no Complexo de Israel o objetivo é pôr fim à hegemonia de Peixão e do TCP. Essas e outras metas da “Tropa do Urso” já foram expostas em letras de funks “proibidões” como “Tropa do Urso Caçador de Alemão” do Mc Orelha, em dos trechos da música cita-se “O urso não entra no jogo para perder / E a cada dia reforça mais o time / só em saber que a meta

⁵² Ver: Grande Rio sob Disputa: Mapeamento dos confrontos por territórios | GENI. Disponível em: <<https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

⁵³ Ver: Doca: alvo de operação é chefe da Tropa do Urso e “condenou à morte” executores de meninos de Belford Roxo e de médicos na orla da Barra. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/03/quem-e-doca-alvo-de-operacao-e-chefe-da-tropa-do-urso.ghtml>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

é caçar TCP.”⁵⁴ No Trap do grupo intitulado “2S CV” são narradas frases como: “*Nois vai reconquistar Vigário e a Cinco Bocas Também*” / “*A meta é voltar para Alta*” / “*Quem me dera uma bazuca para explodir tudo lá dentro de Lucas*”.⁵⁵ Além disso, a letra ainda é composta por palavras de ordem contra Peixão, milicianos do Quitungo e contra o Estado.

Ademais, ressalta-se que o Complexo não foi alvo de ataques apenas de grupos rivais do TCP, esse ano a polícia coordenou uma série de operações dentro das comunidades que formam o território com objetivo de prender Peixão, mas até o momento não obtiveram sucesso. A operação mais recente considerada “emergencial” a princípio foi justificada como uma tentativa de encontrar o esconderijo de Peixão e prendê-lo. A polícia entrou em Parada de Lucas e encontrou umas das “mansões” do traficante repleta de iconografias judaicas como a tradicional estrela de Davi (O GLOBO, 2025)⁵⁶. A operação não resultou na prisão de nenhum traficante do TCP e em um segundo pronunciamento a polícia alegou que objetivo real da ação era evitar um “banho de sangue”, isso porque segundo informações do serviço de inteligência da PM os traficantes do TCP estariam formando um exército para invadir o Quitungo na tentativa de anexar o território ao Complexo. Durante o confronto um helicóptero da PM foi alvejado e precisou fazer um pouso de emergência (O DIA, 2025)⁵⁷. Essa mesma operação também desencadeou outras ações nas comunidades do Complexo, além das cumprir mandados de busca e apreensão em endereços ligados a Peixão, na Zona Norte a polícia civil em parceria com a política militar também demoliu um resort que o traficante havia construído em Parada de Lucas e removeu a emblemática estrela de Davi que ficava no topo de uma caixa d’água de Cidade Alta e era vista por todos que chegavam ao local (G1, 2025)⁵⁸.

De forma geral o que é válido destacar é que esse crescimento do CV e essas investidas territoriais podem acarretar no processo de desterritorialização do Complexo de Israel e afetar o assemblage que se construiu naquela região, um processo que é válido acompanhar em

⁵⁴ **Tropa do Urso Caçador de Alemão - Mc Orelha - LETRAS.MUS.BR.** Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mc-orelha/tropa-do-urso-cacador-de-alemao/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

⁵⁵ SEQUÊNCIA DA TROPA DO URSO CV VS A META É VOLTAR PARA ALTA EQUIPE TIRIÇA (LANÇAMENTO) 2023. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GD9rbHM0HZA>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

⁵⁶ O GLOBO. **Piscina, área de lazer e Estrela de Davi: polícia chega à mansão do traficante Peixão; veja imagens.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/02/12/piscina-area-de-lazer-e-estrela-de-davi-policia-chega-a-mansao-do-trafficante-peixao-veja-imagens.ghtml>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

⁵⁷ O DIA. **Tiroteio fecha vias expressas; helicóptero da PM é atingido e faz pouso de emergência; vídeos | Rio de Janeiro.** O Dia. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2025/02/7002892-tiroteio-fecha-vias-expressas-helicoptero-da-pm-e-atingido-e-faz-pouso-de-emergencia.html>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

⁵⁸ **Policiais derrubam estruturas com “Estrela de Davi”, símbolo utilizado por traficantes do Complexo de Israel.** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/11/policiais-derrubam-estrutura-com-simbolo-utilizado-por-trafficantes-do-complexo-de-israel.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

análises futuras. Porém, até o momento esses confrontos não foram significativos a ponto de alterar as dinâmicas de poder dentro do Complexo e a estrutura construída por Peixão segue estável. Outra questão é que esse avanço do CV já começou a mobilizar forças de segurança pública. Em um cenário próximo, tal fator pode gerar a construção de novos agenciamentos no estado. Em medida mais recente, foi divulgado em um relatório da Polícia Militar que a Secretaria de Segurança Pública do Rio estaria negociando com o governo dos Estados Unidos, mais especificamente com o Serviço de Segurança Diplomática o reconhecimento do Comando Vermelho como uma organização criminosa transnacional. No relatório, o serviço de inteligência alega que o CV estaria recrutando membros nos EUA e que o grupo se uniu aos cartéis da América do Sul e juntos estariam levando drogas para os Estados Unidos. Essa mobilização é importante pelo fato de que caso o seja reconhecido como uma Organização Criminosa Transnacional, isso iria permitir que outras agências, internacionais, de intervirem para combater a facção como por exemplo a *Drug Enforcement Administration* (DEA) e a Agência de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos (ATF) (O GLOBO, 2025)⁵⁹. E assim, mais uma vez, seria possível observar a construção de novos assemblages globais de (in)segurança voltados para a dissolução do grupo. Com isso, tem-se que o processo narrado nessa pesquisa ainda não teve um fim e segue ganhando novos contornos e agenciamentos que podem promover novos processos de territorialização de (des)territorialização que merecem ser estudados em análises futuras.

⁵⁹O GLOBO. **Secretaria de Segurança do RJ negocia acordo com governo dos EUA para combater o CV.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/02/24/secretaria-de-seguranca-publica-do-rio-negocia-acordo-com-o-governo-americano-para-combater-o-cv.ghtml>>. Acesso em: 7 mar. 2025.

CONCLUSÃO

Com essa pesquisa o que se buscou demonstrar foi que categorizar algo enquanto um assemblage global de (in)segurança implica dizer que os elementos que o constituem se conectam com formas globais ou são formas globais. Aqui o foco foi um território localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas que se projeta simbolicamente para além de fronteiras físicas e que se entrelaça com formas globais. Os traficantes do TCP são atores locais, mas estão atravessados pelo global. Seja pela doutrina importada, seja pelo armamento que eles carregam, entorpecentes que eles traficam ou as técnicas que eles utilizam para gerir seus domínios. O complexo de Israel é para os traficantes do TCP, em especial para Peixão, a “terra prometida”, um espaço intermediário sagrado que congrega elementos que ultrapassam o local. É um território que possui características que não surgiram de um movimento interno, de dentro das comunidades. Foi um processo externo que impactou diretamente na dinâmica do tráfico no Rio de Janeiro. Os traficantes do TCP não começaram uma idolatria pelos símbolos judaicos de forma espontânea, e sim fruto de um processo que transformou o perfil de instituições religiosas brasileiras. Toda a complexidade de elementos encontrados dentro do Complexo de Israel parte desse processo.

No decorrer dos capítulos aqui apresentados a meta foi demonstrar, a partir da análise dos resultados de uma política nacional que a securitização de temas relacionados à segurança pública possibilita o encontro de realidades, que se unem ou são levadas para o campo da segurança para lidar com um determinado “mal-estar”. Assemblages globais surgem quando se constroem políticas de segurança que são pensadas a partir do global para o local e podem ser melhor descritos como um emaranhado inextricável de laços público-privados, lícito-ilícito e sagrado-profano que mobilizam relacionamentos globais com contingências locais. No caso do Rio, a pressão a união desses diversos atores gerou refrões que foram projetados no Complexo de Israel.

O complexo foi o produto de um processo que começou com a política de securitização e de sacro-securitização do Rio. Nesse primeiro momento, como demonstrado no capítulo 1, foi possível demonstrar um processo de superação de fronteiras entre universos distintos por meio da transformação do crime em guerra, da associação entre a polícia e as forças armadas, ao longo de um processo de desdiferenciação da segurança que uniu diferentes agentes em prol de um objetivo comum. Esses agentes passaram então a atuar no campo da (in)segurança, cada um com uma função delimitada, mas focados no mesmo objetivo. Traficantes, milicianos, policiais e Igrejas tornam-se então agentes na construção da (in)segurança, cada um agindo de

alguma forma para "gerenciar" e supostamente lidar com o "mal-estar" que a política de pacificação disse que existia. Essa securitização é de fato composta pela interação entre elementos heterogêneos, mas homogeneiza a forma como esses agentes enfrentam esse problema, a partir da definição de um "foco compartilhado por todos" (BIGO, 2000, p. 196). Logo, quando a violência no Rio se tornou uma questão de Segurança as políticas criadas a partir disso passaram a ser desenvolvidas por meio da interação entre outros campos sejam eles do ilícito, público, privado e principalmente o sagrado.

No capítulo 2 foi visto que a parceria entre os agentes supracitados entrelaçou os *outsiders* e os *insiders* destas comunidades degradadas, e construiu assim uma nova lógica de relações na governança criminal, nomeadamente um *assemblage* global de (in)segurança construído a partir do processo de "sacralização do espaço cotidiano" que só foi possível através do uso correto da religião e de seus elementos em espaços nodais das cidades como forma de demarcação territorial simbólica (COSTA, 2023; CHEN, 2016). Chen (2016), descreve que esse fenômeno é entrelaçado pela negociação de relações de poder entre diferentes grupos de pessoas, no seio das quais emergem novas formas do sagrado, seja através da fé pessoal, da prática institucional ou do poder político. Esses elementos, esse discurso religioso, ao serem apropriados pelos narcotraficantes convertidos do Terceiro Comando Puro impactam no modo de atuação desse grupo, de modo que a prática da ostensividade religiosa se tornou uma prática rotineira do tráfico. Assim, os traficantes evangélicos do TCP, como exposto nos capítulos 2 e 3, vão reproduzir os dogmas (neo)pentecostais e o dispensacionalismo presente nessa doutrina em diversos níveis, tanto que os símbolos judaico-cristãos deram nome e formato ao Complexo de Israel. Costa (2023) explica que essa dinâmica pode ser identificada em diversas comunidades "pentecostalizadas" na zona norte carioca nas quais "o outro é expulso de seus territórios sob domínio da facção que estabelece e organiza sua terra prometida" (COSTA, 2023, p. 109).

O capítulo 3 explica que a formação de um *assemblage* global surgiu por meio da mesclagem de diversos elementos, construindo um modelo de (in)segurança baseado na ostensividade dos narcopentecostais que "protegem" territórios contra o "mal" ou mais precisamente contra o retorno do Comando Vermelho. Através do exemplo do Complexo foi possível demonstrar como que processos globalizados podem ocorrer a partir do local sem que haja uma transposição de fronteiras físicas. Assim, de forma breve o que se tem é que o processo de externalização das comunidades cariocas enquanto territórios do tráfico ou enquanto zonas de guerra transformaram aqueles locais em regiões à parte que precisavam ser reconquistadas. A "pacificação" promovida pelas UPPs se expandiu enquanto um projeto securitização que

tinha como meta lidar com uma ameaça supostamente iminente, o crime organizado, mas não com todos os atores que faziam parte dele, mas um grupo em especial: o Comando Vermelho. Para tal, como foi mostrado, o Estado brasileiro se apoiou em muitas técnicas usadas não em políticas de segurança pública, mas em contextos de guerra. A partir do momento em que representantes do governo associaram a situação do Rio como a experienciada em zonas de conflito internacional, seja no Haiti, seja na Palestina ou Israel, legitimou-se um processo de desdiferenciação da segurança interna e externa. Ao exército foi dado poder de polícia e tanques de guerras foram colocados nas ruas das favelas, essas estratégias baseadas na ostensividade foram apropriadas pelos traficantes do TCP que passaram a reproduzir o mesmo modus-operandi dentro do recém conquistado território, o Complexo de Israel. A partir daí esse território se tornou para seu líder, Malaquias, a representação da própria Jerusalém, a promessa de “Deus” ao seu povo - ao povo de Israel - ou melhor do Complexo de Israel que como mostrado no início do capítulo 3 se tornou para Peixão uma extensão do próprio Estado de Israel. Assim, em meio ao caos urbano, essa extensão de terra manifestou a reterritorialização de um novo domínio como um “santuário”, construindo fronteiras simbólicas e materiais para dividir e significar” a vida dos ‘novos traficantes de drogas’ e dos ‘convertidos’ que, a partir de agora, se reunirão em uma ‘terra prometida’.

Por fim, é válido ressaltar que o processo descrito aqui ainda está em progresso, se até o momento o Complexo está territorializado essa situação pode se reverter. Isso porque é válido lembrar, assim como posto por DeLanda (2006) o grau de estabilidade de um assemblage depende dos processos desempenhado por seus componentes segundo o autor eles podem gerar dois resultados estabilizar (territorializar) ou desestabilizar (desterritorializar) a identidade do assemblage. Através do Complexo de Israel isso pode ser visto, ele reflete as características de seus componentes e é também marcado pela tensão entre eles. Os atores que auxiliaram em sua construção e de certo modo o compõem possuem funções específicas. A territorialização do Complexo depende então da proximidade entre esses agentes, quanto mais próximos eles estiverem, maior a territorialização. Porém, como foi visto no capítulo 2, com o exemplo do Guarabu no Morro do Dendê, basta um desequilíbrio entre essas interações para que esses arranjos se tornem menos territorializados. Logo, as características que definem a identidade do Complexo estão ligadas ao processo de estabilização que há dentro dele. Malaquias continua mantendo laços com outros atores e esses laços têm assegurado a integridade territorial de seus domínios, mas esse processo pode se inverter a partir do momento em que um desses agentes deixarem de seguir “as regras do jogo”, como aconteceu com Guarabu. E aí teremos uma nova fase e novos agenciamentos cabíveis de estudos em análises futuras.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSEN, Rita, Return of the generals? Global militarism in Africa from the Cold War to the present, **Security Dialogue**, v. 49, n. 1–2, p. 19–31, 2018.

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael C. Security beyond the state: Global security assemblages in international politics. **International political sociology**, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2009.

ACUTO, Michele; CURTIS, Simon. Assemblage thinking and international relations. In: **Reassembling international theory**. Palgrave Pivot, London, 2014. p. 1-15.

ALESSI, Gil. **A ascensão do ‘narcopentecostalismo’ no Rio de Janeiro**, El País Brasil, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-27/a-ascensao-do-narcopentecostalismo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: A história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993, edição kindle.

ARAÚJO, Julia Nogueira da Costa. **"Melhores práticas" de (in)segurança: a posição de Israel como referência para o Brasil em defesa e segurança pública**. Dissertação (mestrado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=62779@1>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ARAÚJO, Victor. **Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019)**. 2023. ed. [s.l.]: Centro de Estudos da Metrópole, 2023. Disponível em: [https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_mi dia_anexos/NT20.pdf](https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_mi%20dia_anexos/NT20.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ARIAS, Enrique Desmond. **Drugs and democracy in Rio de Janeiro: Trafficking, social networks, and public security**. Univ of North Carolina Press, 2006.

ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. **Current Sociology**, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.

BARNES, Nicholas. Criminal Politics: An Integrated Approach to the Study of Organized Crime, Politics, and Violence. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 4, p. 967–987, 2017.

BALZACQ, Thierry; BASARAN, Tugba; BIGO, Didier; et al. Security Practices. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. [s.l.]: Robert A. Denemark, Blackwell, 2010, p. 1–30. Disponível em: <https://oxfordre.com/internationalstudies/display/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-475>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BERNARD, H. Russell. **Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches**. Rowman & Littlefield, 2017.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

- BIGO, Didier. When two become one: Internal and external securitisations in Europe. *In: International Relations Theory and the Politics of European Integration Power, Security and Community*. 1 ed. London: Routledge, 2000, p. 171-204.
- BIGO, Didier. Security (s): Internal and External, the Möbius ribbon. **Identities, borders, orders: rethinking international relations theory**, v. 91, p. 116, 2001.
- BIGO, Didier. International Political Sociology. In: WILLIAMS, Paul D. (Org.). *Security Studies. An Introduction*. 1. ed. London: Routledge, 2008, p. 116–129. Disponível em: <<http://www.scopus.com/inward/record.url?scp=57249115826&partnerID=8YFLogxK>>. Acesso em: 4 maio 2024.
- BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. Understanding (In)Security. *In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (Orgs.). Terror, Insecurity and Liberty. Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. [s.l.]: Routledge, 2008, v. 1, p. 1–9.
- BIGO, Didier. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, p. 173–195, 2013.
- BIGO, Didier. Rethinking security at the crossroad of international relations and criminology. **British Journal of Criminology**, v. 56, n. 6, p. 1068-1086, 2016.
- BIGO, Didier; MCCLUSKEY, Emma. What Is a PARIS Approach to (In)securitization? Political Anthropological Research for International Sociology. *In: GHECIU, Alexandra; WOHLFORTH, William C. (Orgs.). The Oxford Handbook of International Security*. [s.l.]: Oxford University Press, 2018, p. 115–130. Disponível em: <<https://academic.oup.com/edited-volume/34657/chapter/295291219>>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo? Brasil: Fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, p. 323-348, 2002.
- BOAZ, Danielle N. “Spiritual Warfare” or “Crimes against Humanity”? Evangelized Drug Traffickers and Violence against Afro-Brazilian Religions in Rio de Janeiro. **Religions**, v. 11, n. 12, p. 640, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BOWMAN, Marion; VALK, Ulo. **Vernacular Religion in Everyday Life: Expressions of Belief**. 1. ed. Sheffield Bristol, CT: Routledge, 2012.
- BURGOS, Marcelo Baumann. **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Edições Loyola, 2002.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole, **Regions and Powers: The Structure of International Security**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2003.
- CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. **Missão Haiti: A visão dos force comanders**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto internacional**, v. 33, n. 2, p. 375-405, 2011.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing Grounded Theory**. 2. ed. Los Angeles: SAGE Publications Ltd, 2014.

COSTA, Viviane. **Traficantes evangélicos**. 1a edição. [s.l.]: GodBooks, 2023.

DEMERATH, N. J., III. The SAGE Handbook of the Sociology of Religion. In: **The SAGE Handbook of the Sociology of Religion**. London: SAGE Publications Ltd, 2007, p. 57-80. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/reference/hdbk_socreligion/n4.xml#fn1n4>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DORA, Veronica Della. Infrasecular geographies: Making, unmaking and remaking sacred space. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 1, p. 44-71, 2018.

CUNHA, Neiva V. da; MELLO, Marco A. da S. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. In: **Dilemas**, v. 4, p. 371-401, 2011. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-3-Art1.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2022.

DELANDA, Manuel. **A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity**. 1. ed. London: Continuum, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia**. [s.l.]: University of Minnesota Press, 1987.

DITTMER, Jason. Geopolitical assemblages and complexity. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 3, p. 385-401, 2014.

ELIAS. Norbert. **O processo civilizador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENTREVISTADO 1. [jun. 2022]. Entrevistador: Matheus Hoffmann Pfrimer e Anna Clara Barros Oliveira. Entrevistado: Anônimo. Goiânia, 2022. 1 arquivo.mp3 (75 min.).

ENTREVISTADO 3. [Fev. 2022]. Entrevistadores: Matheus Hoffmann Pfrimer e Anna Clara Barros Oliveira. Entrevistado: Anônimo. Goiânia, 2022. 1 arquivo.mp4 (98 min.).

ESCAFANDRO#53. **Fé e tráfico** - Capítulo 1: Complexo de Israel. Entrevistados: Marcus Amim, Wagner Júnior, Lívia Reis, Magali Cunha. Entrevistadores: Tomás Chiaverini, Bruno Bartaquini, Amanda Pinheiro e Carolina Gonçalves [S. I.]: Rádio Guarda-Chuva, 1 set. 2021. Escafandro. disponível em: <<https://radioescafandro.com/2021/09/01/fe-e-trafico-capitulo-1-complexo-de-israel/>> Acesso em: 27 jul. 2022.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto 42.787 - 06/01/11 - Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro**, disponível em: <http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_42_787_-_060111.htm>. acesso em: 14 fev. 2023.

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. **Neopentecostalização do pentecostalismo clássico: mudanças na concepção escatológica das Assembleias de Deus**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4501>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FINLAYSON, Caitlin. Church-in-a-box: Making space sacred in a non-traditional setting. **Journal of Cultural Geography**, v. 34, n. 3, p. 303-323, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no College de France 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GARMANY, Jeff. Religion and governmentality: Understanding governance in urban Brazil. **Geoforum**, v. 41, n. 6, p. 908-918, 2010.

GARRARD, Virginia. Hidden in plain sight: Dominion theology, spiritual warfare, and violence in Latin America. **Religions**, v. 11, n. 12, p. 648, 2020.

GILLIAT-RAY, Sophie. ‘Sacralising’ sacred space in public institutions: a case study of the prayer space at the Millennium Dome. **Journal of Contemporary Religion**, v. 20, n. 3, p. 357-372, 2005.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. 1ª edição. London New York: Aldine, 1999.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. **Tradução: Mathias Lambert**, 1988.

GOMES, Horieste. **Cela 14**: militância, prisão e liberdade. Goiânia: Ed. do Autor, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HALLWARD, Maia Carter. Situating the “secular”: Negotiating the boundary between religion and politics. **International Political Sociology**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2008.

HARIG, Christoph. Synergy effects between MINUSTAH and public security in Brazil, **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, p. 142–168, 2015.

HELENO. **Entrevista com o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira**. In: CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. Missão Haiti: a visão dos force commanders. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 17-50.

HIRATA, Daniel Veloso et al. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados (Relatório Final)**, Rio de Janeiro: Fundação

Heinrich Böll Bras, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf> Acesso em: 24 set. 2022

HIRATA e COUTO. **Grande Rio sob Disputa**: Mapeamento dos confrontos por territórios | GENI. Disponível em: <<https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e234222, 2020.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. Do Haiti ao Rio de Janeiro e vice-versa: a pacificação enquanto pilar da governamentalidade brasileira acerca da paz. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, 2021.

JUERGENSMEYER, Mark (Org.). **Violence and the Sacred in the Modern World**. 1. ed. Milton: Routledge, 2019.

KHONDKER, Habibul. Glocalization. In: JUERGENSMEYER, Mark; SASSEN, Saskia; STEGER, Manfred B.; et al (Orgs.). **The Oxford Handbook of Global Studies**. [s.l.]: Oxford University Press, 2018, p. 93–112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190630577.013.4>>. Acesso em: 3 mar. 2024.

LESSING, Benjamin. Conceptualizing Criminal Governance. **Perspectives on Politics**, v. 19, n. 3, p. 854–873, 2020.

LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: Apresentação à edição especial. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 1–10, 2022.

MACHADO, Carly. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro, **Religião & Sociedade**, v. 33, p. 13–36, 2013.

MACHADO, Carly. Peace challenges and the moral weapons of pacification in Rio de Janeiro. **L’Homme. Revue française d’anthropologie**, n. 219-220, p. 115-147, 2016.

MACHADO, Carly. The church helps the upp, the upp helps the church: pacification apparatus, religion and boundary formation in Rio de Janeiro’s urban peripheries, **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, 2018.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MANSON, Steven M. Simplifying complexity: a review of complexity theory. **Geoforum**, v. 32, n. 3, p. 405-414, 2001.

MARIANO, Ricardo, Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal, **Estudos Avançados**, v. 18, p. 121–138, 2004.

- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. [s.l.]: Edicoes Loyola, 1999.
- MAYNARD, Cândido Luiz Santos. **O dispensacionalismo e a utilização de símbolos judaicos nos cultos evangélicos**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.
- MELO, Roberta; VIOLANTE, Alexandre. Operação Arcanjo: uma avaliação da Operação de Garantia da Lei e da Ordem nas comunidades do Alemão e da Penha no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais** (RPPI), v. 5, n. 3, pp. 204-231, 2020.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; EVENTOS (SESGE), **Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes. Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014**. 2012. Disponível em: <<http://localhost:8080/jspui/handle/123456789/194>>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- MISSE, Michel, Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro, **Estudos Avançados**, v. 21, p. 139–157, 2007.
- NOSSA, Irene Cabrera; SUAREZ, Marcial Alecio; PIMENTA, Marília. Hybrid governance and Violent Non-State Actors: examining the case of Brazil and Colombia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 11, n. 2, p. 301-317., 2024.
- ÖCAL, Devran Koray. Mosques as spaces of everyday geopolitical tensions. **Geopolitics**, v. 27, n. 2, p. 629-654, 2022.
- ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Ed.). **Global assemblages: Technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Blackwell Publishing Ltd, 2007.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125–161, 2014.
- PENA, Anderson dos Anjos Pereira; ZIENTARSKI, Clarice. Christianity of liberation, prosperity theology, and perspectives of class struggle in Brazil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270022, 2022.
- PETERS, B. Guy. Governance as political theory. **Critical Policy Studies**, v. 5, n. 1, p. 63–72, 2011.
- PETERS, B. Guy et al. **Interactive Governance: Advancing the Paradigm**. [s.l.]: Oxford University Press, p. 273, 2012.
- PRIMIANO, Leonard Norman. Vernacular Religion and the Search for Method in Religious Folklife. **Western Folklore**, v. 54, n. 1, p. 37–56, 1995.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**, p. 117-142, 2005.

RICHMOND, Matthew Aaron. Rio de Janeiro's favela assemblage: Accounting for the durability of an unstable object. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 6, p. 1045-1062, 2018.

RODRIGUES, Thiago; BRANCOLI, Fernando; KALIL, Mariana. Brazil, Pacification and Major Events: Forging an "Ambience of Security" in Rio. **Revista de Estudios en Seguridad Internacional**, 2018. Disponível em: <<https://seguridadinternacional.es/resi/html/brazil-pacification-and-major-events-forging-an-ambience-of-security-in-rio/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RODRIGUES, Thiago; MENDONÇA, Thaianie; MORATO, Tadeu. A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, 2021.

SANTOS CRUZ. **Entrevista com o General Carlos Alberto dos Santos Cruz**. In: CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. Missão Haiti: A visão dos force comanders. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 75-114.

SASSEN, Saskia. **Globalization and Its Discontents**. 1. ed. New York: The New Press, 1998.

SASSEN, Saskia. Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights. **Ethics & Global Politics**, v. 1, n. 1-2, p. 61-79, 2008.

SASSEN, S. Researching the localizations of the global. . In: JUERGENSMEYER, Mark; SASSEN, Saskia; STEGER, Manfred B.; et al (Orgs.). **The Oxford Handbook of Global Studies**. [s.l.]: Oxford University Press, 2018, p. 71-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190630577.013.4>>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SHERINGHAM, Olivia. Creating 'alternative geographies': religion, transnationalism and everyday life. **Geography Compass**, v. 4, n. 11, p. 1678-1694, 2010.

SUDDABY, Roy. From the editors: What grounded theory is not. **Academy of management journal**, v. 49, n. 4, p. 633-642, 2006.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro, O pentecostalismo em contextos de violência: uma etnografia das relações entre pentecostais e traficantes em Magé, **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 10, n. 10, p. 181-205, 2008.

[TL] SA:MP ÁUDIO - PEIXÃO AVISANDO QUE VAI INVADIR A ALTA. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_cTaoQKSqs0>. Acesso em: 18 jan. 2025.

VÁSQUEZ, Manuel A.; MARQUARDT, Marie F. **Globalizing the sacred: Religion across the Americas**. Rutgers University Press, 2003.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VILLA, Rafael Duarte; DE MACEDO BRAGA, Camila; FERREIRA, Marcos Alan SV. Violent nonstate actors and the emergence of hybrid governance in South America. **Latin american research review**, v. 56, n. 1, p. 36-49, 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina Vital da. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**, v. 15, p. 13–46, 2008.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Intolerância religiosa, UPPs e traficantes em foco: processos e práticas performadas pelo Estado em favelas cariocas**. In: Melvina Araújo; Christina Vital da Cunha. (Org.). **Intolerância religiosa, UPPs e traficantes em foco: processos e práticas performadas pelo Estado em favelas cariocas em RELIGIÃO E CONFLITO**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016, v. 1, p. 99-126.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de traficante**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 432p.

WAEVER, Ole. Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New ‘schools’ in security theory and their origins between core and periphery. In: **annual meeting of the International Studies Association, Montreal**. 2004.

WACQUANT, Loïc. The militarization of urban marginality: Lessons from the Brazilian metropolis. **International political sociology**, v. 2, n. 1, p. 56-74, 2008.

WEAVER, John. **The New Apostolic Reformation: History of a modern charismatic movement**. McFarland, 2016.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WILLIAMS, Michael C. Global Security Assemblages. In: **Routledge Handbook of Private Security Studies**. [s.l.]: Routledge, 2015, p. 131–139. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315850986-17/global-security-assemblages-michael-williams>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

WILLIAMS, Phil. Violent non-state actors and national and international security. **International Relations and Security Network**, v. 25, p. 1-21, 2008.